

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSENTAMENTOS DE SEM-TERRA: O CASO DO
ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA EM MARMELEIRO - PR

Francisco Beltrão - PR

2011

ALZEMIRO PRANDO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSENTAMENTOS DE SEM-TERRA: O CASO DO
ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA EM MARMELEIRO - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia – Área de Concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente: Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Dr. João Edmilson Fabrini

Francisco Beltrão - PR

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSENTAMENTOS DE SEM-TERRA – O CASO DO
ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA EM MARMELEIRO - PR

Autor: Alzemi Prando

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

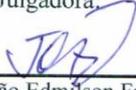
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Alzemi Prando e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 25 / 08 / 2011

Assinatura:



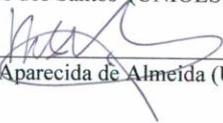
Comissão Julgadora:



Prof. Dr. João Edmilson Fabrini (UNIOESTE – M.C.R)



Profa. Dra. Roseli Alves dos Santos (UNIOESTE – F.B)



Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Francisco Beltrão - PR
2011

Prando, Alzemiro

P896 Políticas públicas para assentamentos de sem-terra: o caso do Assentamento Perseverança em Marmeleiro - PR. / Alzemiro Prando. – Francisco Beltrão, 2011. 185 f.

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Reforma Agrária. 2. Políticas Públicas. 3. Assentamento Perseverança – Marmeleiro – Paraná. 4. Crédito agrícola. I. Fabrini, João Edmilson. II. Título.

CDD – 333.318162

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da
Unioeste (Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090)

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que se empenham por um mundo mais justo e igualitário.

AGRADECIMENTOS

A realização do Trabalho foi possível com a participação de muitas pessoas:

Aos assentados do Perseverança – Marmeleiro, pela compreensão, respeito e recepção;

Ao professor Orientador Dr. João Edmilson Fabrini, pela competente orientação e profissionalismo;

Aos professores do Programa de Mestrado, principalmente das disciplinas cursadas;

Aos professores Dr^a. Roseli Alves dos Santos e Marcelo Dornelis Carvalhal, participantes da Banca de Qualificação;

Aos funcionários da UNIOESTE, em especial a Andréia Zuchelli Zucchi pela atenção e dedicação no repasse das informações;

Ao Coordenador do Mestrado Professor Fernando Sampaio e atual Coordenadora Marga Eliz Pontelli;

A Marialice Silverio, pela inserção das normas ABNT e correção do texto da dissertação;

As entidades colaboradoras com as pesquisas como o INCRA UA - Francisco Beltrão, CRESOL e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro, Instituto EMATER Regional de Francisco Beltrão e Local de Marmeleiro, Fundação Terra.

Cada um dos nossos pensamentos não é mais do que um instante de nossa vida. De que serviria a vida se não fosse para corrigir os erros, vencer nossos preconceitos e, a cada dia, alargar nosso coração e nossos pensamentos? Nós utilizamos cada dia para alcançar um pouco mais de verdade. Quando chegarmos ao fim, vocês dirão então o que é que valeu a nossa pena.

Romain Rolland – Jean Christophe

RESUMO

PRANDO, Alzemiro. **Políticas públicas para assentamentos de sem-terra: o caso do assentamento Perseverança em Marmeleiro**. 186 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2011.

A presente pesquisa estudou a influência das políticas públicas de reforma agrária aplicadas no Assentamento Perseverança (criado em 1988 pelo INCRA), localizado em Marmeleiro, quanto ao processo de crescimento econômico e social dos assentados. Para tanto, levantamos informações, junto aos assentados a partir de entrevistas verbais e questionários. Além disso, realizamos levantamento bibliográfico de obras e artigos científicos que abordaram sobre a temática de políticas públicas, dos principais programas governamentais que influenciaram direta e indiretamente os assentados de Perseverança. Coletamos dados secundários do IBGE; CRESOL; STR; EMATER; INCRA e da Fundação Terra. Isso permitiu traçar o perfil de desenvolvimento dos programas governamentais e a atuação das entidades nos diferentes assentamentos existentes no Município de Marmeleiro, em especial o Assentamento Perseverança. Além desses instrumentos de pesquisa, foram utilizados documentos (jornais da época), mapas, e fotografias que possibilitaram visualizar as evoluções vivenciadas pelos assentados. A permanência do assentado no interior do seu lote depende do conjunto de mecanismos que possam garantir a produção e dessa ter um retorno financeiro para manutenção das famílias e investimentos, condição básica que contribui na continuidade no lote. Verificamos que as políticas direcionadas ao assentamento são bastante restritivas. A mobilização dos assentados em termo das políticas é limitada, o que dificulta uma ação mais concreta do poder público no apoio e na solução dos problemas existentes. Trata-se de uma ausência que não está limitada aos recursos financeiros, todavia às políticas públicas mais amplas que envolvem assistência técnica, estímulo ao associativismo, educação do campo, entre outros. Percebemos entre os assentados de Perseverança a necessidade de políticas públicas diversas. Aqueles assentados mais carentes de políticas públicas, como os que estão no assentamento desde a origem, encontram-se em condições piores do que aqueles que adquiriram lotes por meio de compra, mesmo dependentes de investimentos públicos.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Reforma Agrária, Assentamentos, Programas, Crédito.

RESUMEN

PRANDO, Alzemi. **Las Políticas Públicas de Asentamientos de Sem-Tierra**: el caso La Asentamiento Perseverança em Marmeleiro – PR. 2011. 186 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2011.

Esta investigación se estudió la influencia de las políticas públicas aplicadas en la perseverancia de reforma agraria de liquidación (creado por el INCRA en 1988) situado en Marmeleiro, como el proceso de crecimiento económico y social de los pobladores. Para ello, planteamos la información, junto con los colonos de las entrevistas verbales y cuestionarios. También realizamos obras de artículos de literatura científica y que se centró en el tema de las políticas públicas, los principales programas del gobierno que influencia directa e indirecta a los colonos en la perseverancia. Se recogieron datos secundarios de la IBGE, CRESOL, STR, EMATER, el INCRA y la Fundación Tierra. Este perfil permite el desarrollo de programas y el desempeño de las entidades gubernamentales en los distintos asentamientos en el municipio de Marmeleiro, en particular, la perseverancia de liquidación. Además de estas herramientas de investigación se utilizaron los documentos (diarios de la época), mapas y fotos mostrando las tendencias que permitió experimentado por los colonos. La permanencia de estar dentro de la trama depende del conjunto de mecanismos para garantizar que la producción y tener un retorno de la inversión para mantener a las familias y la inversión, una condición básica que contribuye a la continuidad en la trama. Hemos encontrado que las políticas dirigidas a la solución son muy restrictivas. La movilización de los pobladores en términos de políticas es limitado, lo que hace que una acción más concreta por parte del gobierno para apoyar y resolución de problemas. Es una ausencia que no se limita a los recursos financieros, pero las políticas públicas que involucren más amplia asistencia técnica, fomento de las asociaciones, la educación rural, entre otros. Entre los colonos se dio cuenta de la necesidad de perseverar diversas políticas públicas. Aquellos con mayor necesidad de ajuste de las políticas públicas, como los de la liquidación de origen, están en peores condiciones que los que compraron lotes a través de la compra, aunque depende de la inversión pública.

Palabras-Clave: Las políticas Públicas, la Reforma Agraria, los Programas de Asentamiento, de Crédito.

LISTAS DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATES - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BANCO DA TERRA - Fundo de Terras e da Reforma Agrária
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CANGO – Colônia Agrícola General Osório
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda
CLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COASUL – Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda.
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAFI – Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada
COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPAs - Cooperativas de produção Agropecuária
CPPS – Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços
CPS – Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DOU – Diário Oficial da União
ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do País
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESALQ – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GETSOP – Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ITC – Instituto de Terras e Cartografia

MASTEL – Movimento dos Agricultores Sem Terras do Litoral Paranaense

MASTEN – Movimento dos Agricultores Sem Terras do Norte do Paraná

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terras

MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terras do Sudoeste do Paraná

MASTRECO – Movimento dos Agricultores Sem Terras do Centro Oeste do Paraná

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terras do Oeste do Paraná

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento

MP – Medida Provisória

MST - Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAR – Ouvidoria Agrária Regional

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização de Sociedade Civil de Interesse Público

PAC – Programa de Consolidação e Emancipação (auto Suficiência) de Assentamento Resultante da Reforma Agrária

PACTO – Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos da Reforma Agrária

PAP – Plano Agrícola e Pecuário

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos

PROGER RURAL – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor

PRONERA – Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária

PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TDA – Títulos da Dívida Agrária

UDR – União Democrática Ruralista

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Projetos de Assentamentos/reassentamentos Rurais do Paraná de 1980/2010	34
Tabela 2	- Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA no Estado do Paraná entre 1986 a 2010.....	35
Tabela 3	- Evolução da população do Município de Marmeleiro entre 1970 a 2007...	54
Tabela 4	- Número de lotes de assentamentos, reassentamento e ocupações no Município de Marmeleiro.....	56
Tabela 5	- Demonstrativo do uso de terras no Brasil.....	73
Tabela 6	- Demonstrativo de assentamentos e números de famílias do período entre 1985 a 2010.....	74
Tabela 7	- Total de área ocupada em Projeto de Assentamentos do entre 1985/2010..	75
Tabela 8	- Resumo comparativo entre os dois modelos de agricultura vigentes no Brasil	87
Tabela 9	- Dívida total existente do PROCERA, junto ao Banco do Brasil (2009).....	95
Tabela 10	- Acesso ao financiamento do PRONAF pelos assentados 1999/2009	105
Tabela 11	- Dívidas do financiamento Pronaf, segundo os assentados.....	106
Tabela 12	- Procedência dos Assentados do Assentamento Perseverança.....	115
Tabela 13	- Atividade no meio rural dos assentados antes do assentamento.....	116
Tabela 14	- Motivos de abandono, segundo assentados que permaneceram no assentamento.....	120
Tabela 15	- Uso da terra no assentamento Perseverança.....	122
Tabela 16	- Criação de animais existentes no Assentamento.....	125
Tabela 17	- Produção diária de leite do assentamento.....	126
Tabela 18	- Produtos agrícolas do assentamento (2008).....	127
Tabela 19	- Fertilizantes, sementes e pesticidas adquiridos pelos assentados (2008).....	128
Tabela 20	- Atividades realizadas por membros da família fora do lote.....	130
Tabela 21	- Principais dificuldades enfrentadas pelos assentados.....	130
Tabela 22	- Número de filhos das famílias que residem no assentamento.....	135
Tabela 23	- Participação dos assentados do Perseverança nos sistemas cooperativistas.....	140
Tabela 24	- Escolaridade dos assentados.....	149

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	- Protestos dos sem-terra no Município de Francisco Beltrão – 1985.....	43
Figura 2	- Passeata nas ruas da cidade de Francisco Beltrão – 1985.....	43
Figura 3	- Movimento dos Sem Terras no acampamento Imaribo, Mangueirinha, PR, 1984.....	44
Figura 4	- Concentração dos acampados na Fazenda Anoni, 1983.....	46
Figura 5	- A formação do acampamento na Fazenda Anoni (1983).....	47
Figura 6	- Perfil da área do Assentamento Eduardo Raduam.....	59
Figura 7	- Residência no Assentamento Anjo da Guarda.....	60
Figura 8	- Plantio de Fumo, alternativa de renda dos reassentados do Itaiba.....	61
Figura 9	- Cultivo de frutífera no Reassentamento Itaiba.....	62
Figura 10	- Característica de residência no Acampamento São Francisco – Marmeleiro.....	63
Figura 11	- Acampamento na Linha Frias, Marmeleiro – 1985.....	109
Figura 12	- Transporte de lenha pelos acampados, 1885.....	112
Figura 13	- Cerimônia religiosa realizada na sede comunitária do Assentamento Perseverança, 1988.....	117
Figura 14	- Moradia da época de início de assentamento 1988.....	118
Figura 15	- Plantio de eucaliptos no assentamento.....	122
Figura 16	- Atividade leiteira de produção de subsistência e comercialização.....	125
Figura 17	- Residência típica dos assentados do ano de 1993.....	131
Figura 18	- Residência típica dos assentados do ano de 2010.....	131
Figura 19	- Residência de assentado de origem de acampamento.....	133
Figura 20	- Residência de assentado que adquiriu lote.....	133
Figura 21	- Sede da Comunidade: Pavilhão de pré- moldado – 2010.....	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Movimento e entidades de contestação à UDR - Francisco Beltrão, 1987.....	50
Quadro 2	- Finalidades de recursos destinados ao Crédito Instalação, 2010.....	84
Quadro 3	- Valores do PROCERA, utilizados pelos assentados do Perseverança.....	89
Quadro 4	- Linhas de Crédito de Custeio do PRONAF.....	100
Quadro 5	- Linhas de Crédito de Investimento do PRONAF.....	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	- Localização do Assentamento Perseverança – Marmeleiro.....	19
Mapa 2	- Assentamento, reassentamento e acampamento do Município de Marmeleiro.....	53

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
RESUMEN.....	7
LISTA DE SIGLAS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE QUADROS.....	13
LISTA DE MAPAS.....	14
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I - A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	25
1.1 O RESSURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PÓS-DITADURA.....	25
1.2 A TRAJETÓRIA DE LUTA PELA TERRA NO PARANÁ.....	30
1.3 AS MOBILIZAÇÕES DOS SEM TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ.....	37
1.4 DIFERENTES ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTO EM MARMELEIRO.....	52
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS: PROGRAMAS E PROJETOS PARA OS ASSENTADOS DO PERSEVERANÇA.....	69
2.1 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	69
2.2 OS DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA.....	72
2.3 PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS A REFORMA AGRÁRIA.....	79
2.3.1 Crédito Agrícola.....	84
2.3.2 Programa Especial de Crédito da Reforma Agrária (PROCERA).....	88
2.3.3 A Agricultura Familiar e o surgimento do PRONAF.....	97
CAPÍTULO III - O ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA EM MARMELEIRO.....	108

3.1	A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA.....	108
-----	---	-----

CAPITULO IV - ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA: BENEFÍCIOS E ENTRAVES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS..... 121

4.1	OS MEIOS DE PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO.....	121
4.2	INFRAESTRUTURAS DE ATENDIMENTO A PRODUÇÃO.....	128
4.3	CONDIÇÕES DE MORADIA A PARTIR DO APOIO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO.....	131
4.4	VIDA COMUNITÁRIA NO ASSENTAMENTO E AS POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO.....	134
4.5	INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA.....	138
4.6	ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA....	142
4.7	ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA.....	145
4.8	ATIVIDADES DE ENSINO NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA.....	148
4.9	O ARRANJO POLÍTICO NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA E O REFLEXO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	150

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 157

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 162

ANEXO I	MAPA DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA, 2010.....	170
APÊNDICE I	ENTREVISTA: CRESOL – MARMELEIRO.....	172
APÊNDICE II	ENTREVISTA: EMATER – MARMELEIRO.....	173
APÊNDICE III	ENTREVISTA: INCRA – UNIDADE AVANÇADA FRANCISCO BELTRÃO – PR.....	174
APÊNDICE IV	ENTREVISTA: FUNDAÇÃO TERRA - MARMELEIRO – PR.....	175
APÊNDICE V	ENTREVISTA: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS MARMELEIRO – PR	176

APÊNDICE VI	ENTREVISTA: ASSENTADOS PERSEVERANÇA MARMELEIRO – PR.....	178
APÊNDICE VII	QUESTIONÁRIO: ASSENTADOS - FAMÍLIA QUE ADQUIRIU LOTE DO ASSENTADO NO PERSEVERANÇA.....	180
APÊNDICE VIII	QUESTIONÁRIO: FAMÍLIA ASSENTADA NO PERSEVERANÇA - DE ORIGEM DE ACAMPAMENTO.....	183

INTRODUÇÃO

Este estudo retrata sobre a situação vivenciada pelos assentados do Perseverança, no Município de Marmeleiro, quanto ao acesso de políticas públicas de Reforma Agrária. A realização dos assentamentos se desdobra em novas demandas de políticas públicas de Reforma Agrária que são implementadas na mesma cadência das lutas realizadas pelos sem-terra assentados. As políticas públicas, ou sua ausência, contribui para o sucesso ou fracasso do assentamento de sem-terras.

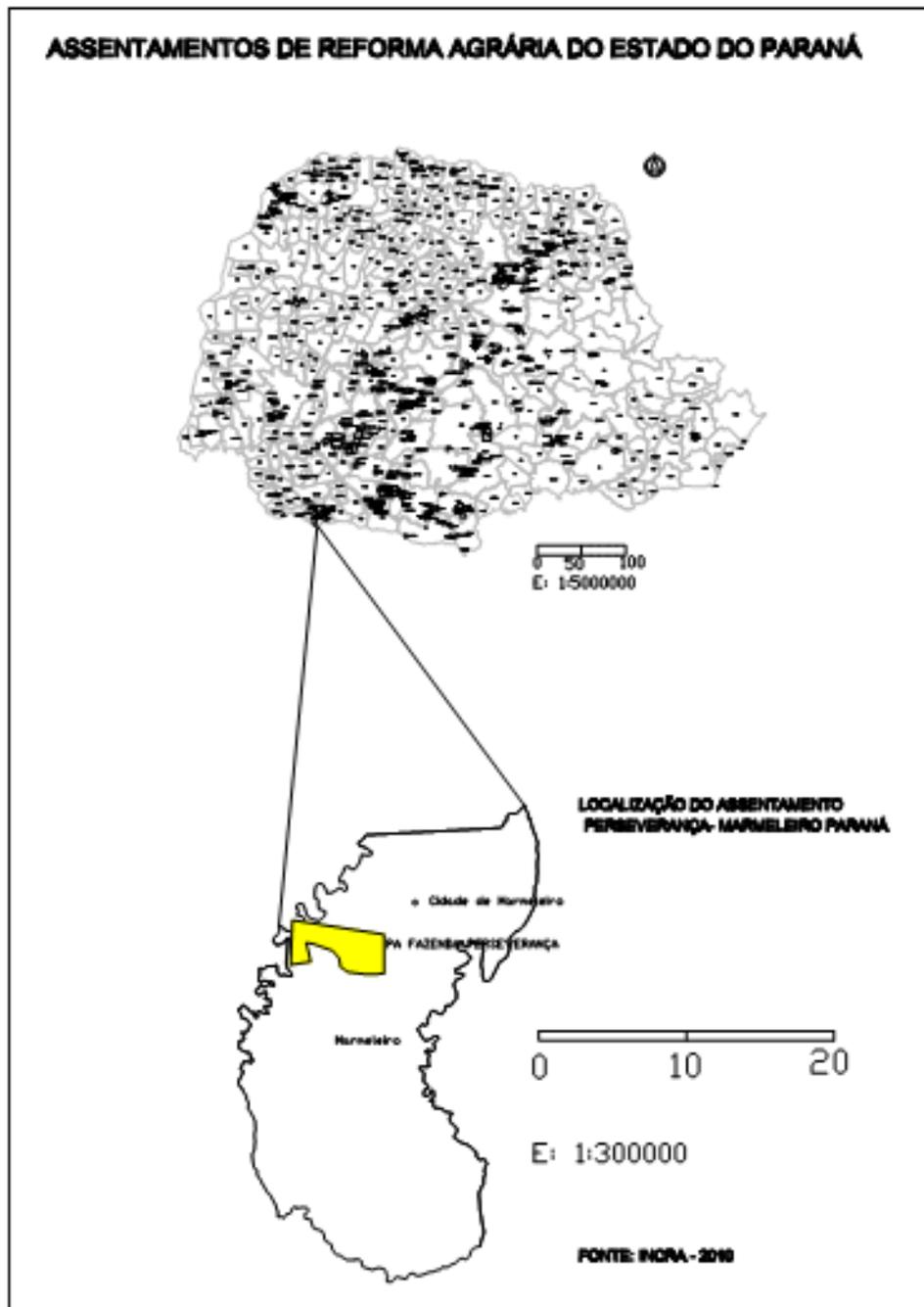
É a partir desse processo do sucesso ou fracasso das políticas públicas implementadas que estaremos analisando os aspectos de como as mesmas contribuíram junto aos assentados do Perseverança nos aspectos sociais, políticos e econômicos dos assentados.

É importante entender o conceito de políticas públicas que estão ligadas fortemente ao Estado e este determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos com programas e projetos que promovam o desenvolvimento social e econômico das pessoas. No âmbito da Reforma Agrária, as políticas públicas criadas estão relacionadas aos programas de crédito, de assistência técnica e aos serviços de assistência a saúde, educação e infraestrutura, garantidoras do bem estar e do crescimento econômico e social dos assentados.

A partir da criação do Assentamento Perseverança em 1987, os assentados tiveram apoio de políticas de crédito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que garantiram financiamento dos lotes e a liberação de recursos para a construção infraestrutura, manutenção da família e aquisição de primeiros animais para auxiliar nas atividades produtivas. Nos anos seguintes houve o financiamento do custeio da produção e a disponibilidade de crédito para investimento, com prazos e carências. Mesmo assim, essas políticas de crédito não foram garantidores de desenvolvimento local, visto que os recursos liberados eram poucos e a capacidade de retorno bastante reduzida, o que dificultava à viabilização de infraestrutura e aquisição de equipamentos de apoio à produção. Esse foi um reflexo que levou muitas famílias abandonarem o assentamento, enquanto outras resistiram, mesmo com a carência de recursos financeiros.

O Assentamento Perseverança está localizado a cerca de 8 Km da sede do município de Marmeleiro (Mapa 1). Foi oficialmente criado em 1987 e surgiu a partir da organização dos sem-terra nos movimentos sociais que formava o Movimento dos Agricultores Sem-Terras do Sudoeste do Paraná (MASTES) com apoio de sindicatos de trabalhadores rurais da região. O movimento surgiu no ano de 1985, quando foi instalado, na Linha Frias, um

acampamento de 480 famílias sem-terra que mais tarde (1986) ocupou a fazenda Perseverança.



Mapa 1 - Localização do Assentamento Perseverança - Marmeleiro

Fonte: INCRA, PR (2010)

A área de terra em disputa era a Fazenda Perseverança, constituída de 735,50 ha, localizada na Gleba 02 da Colônia Missões e pertencia a Empresa Dambros e Piva

Madeira, que explorava madeira com cortes dos principais exemplares para as serrarias instaladas no município.

Como forma de pressionar o INCRA, para a desapropriação da área em questão, em 1986, 480 famílias sem-terra ocuparam a Fazenda Perseverança. Porém, meses depois os acampados foram despejados por força de liminar impetrada pelo proprietário no Fórum da Comarca de Francisco Beltrão.

O Assentamento Perseverança foi criado com 34 lotes rurais com tamanho médio de 15 ha. Foi criada também uma área de 5 ha destinada para a sede comunitária e uma área de 98 ha destinada a preservação ambiental permanente.

Durante o processo de demarcação e mapeamento dos lotes, o que durou aproximadamente um ano, o INCRA autorizou aos futuros assentados selecionados, a ocupação da área, para evitar que terceiros entrassem de forma irregular. Na área, estes assentados realizaram a primeira safra agrícola coletiva em 45 ha. A safra destinou-se na manutenção das famílias, pagamento de despesas com colheitas e insumos agrícolas.

A ocupação dos lotes deu-se a partir do sorteio realizado entre as famílias selecionadas. As primeiras atividades dos assentados em seu lote, foi providenciar a abertura de “picadas” no meio da mata, estabelecer-se num local e construir uma barraca de pau roliço coberto por lona.

Meses depois os assentados receberam as primeiras parcelas do crédito de instalação para aquisição de alimentação, ferramentas, animais e para construir as primeiras infraestruturas produtivas como pocilgas, estábulo e galpão.

As primeiras culturas agrícolas foram iniciadas com a liberação de recursos do antigo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) que financiou a aquisição de equipamentos agrícolas de tração animal, aquisição de sementes, insumos agrícolas e animais para tração.

Entre o período de 1988 a 1999, o PROCERA foi o programa acessado pelos assentados que ofereceu alguns recursos financeiros captados sob a forma de financiamento de custeio, destinado para lavouras e de investimento, para melhorias das estruturas físicas com construção de pequenos galpões, pocilgas e estábulos e melhoria da moradia.

No ano de 1994, os recursos do PROCERA foram recebidos com organização de entidades associativistas pelos assentados. Foram criadas 03 Associações de Produtores com grupos diferenciados de assentados. As finalidades de financiamento das associações eram diferenciadas, cada qual com o seu objetivo definido a partir da orientação técnica do Instituto

Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), do INCRA e discussão entre os assentados.

Com a extinção do PROCERA e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) o apoio ao crédito para os assentados passa a ser pelas linhas de crédito do PRONAF A e AC, criadas em 1999, especificamente destinada a atender a Reforma Agrária.

Alguns assentados tiveram acesso nos anos de 2003 aos recursos do Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH), destinado a melhoria das condições de infraestrutura de moradias, com apoio da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), ambos do município de Marmeleiro.

Apesar de alguns recursos liberados pelo Governo Federal e dos programas de crédito, o abandono dos lotes das famílias assentadas foi expressivo. Das 34 famílias assentadas no ano de 1988, existem atualmente apenas 14 assentados. Quando ocorria a saída do assentado do lote, de imediato era ocupado por outra família, geralmente não acampada, com maior estruturação física e financeira.

Dentre as políticas públicas que foram e estão sendo aplicadas no Assentamento Perseverança, destacam-se os programas de crédito agrícola, de assistência técnica e de infraestrutura, os serviços de atendimento a saúde, educação e transporte, ofertados, a maioria, pelo poder público municipal.

Essas políticas públicas foram e são responsáveis pela produção de resultados de desenvolvimento social e econômico do assentamento. Consideramos os resultados positivos quando as políticas públicas contribuem com a redução dos índices de pobreza, condições de acesso aos serviços públicos a saúde, educação e transportes, melhoria dos meios produtivos e melhoria da qualidade de vida, garantindo a permanência da família junto ao lote. Nesse sentido, a pesquisa explora o acesso pelos assentados do Perseverança as políticas públicas e como elas contribuíram para o crescimento econômico e social.

No que se refere à organização da estrutura do trabalho de pesquisa sobre a influência das políticas públicas no Assentamento Perseverança, procurou-se organizar o foco voltado ao contexto da organização do referido assentamento e dos assentamentos do Município de Marmeleiro. Para isso, levantamos informações, junto aos assentados, sobre a trajetória histórica da criação do assentamento Perseverança, resgatando fatos ocorridos no período do acampamento.

Dos 14 assentados de origem de acampamento, foram entrevistados 05 (cinco), denominados nesta pesquisa como “Assentados A, B, C, D e E. Foram aplicados questionários para os 34 assentados, sendo 14 de origem de acampamento e 20 que adquiriram lote posteriormente¹. Nas entrevistas e nos questionários aplicados, estudamos os traços históricos das experiências das famílias vivenciadas no acampamento, na ocupação de áreas de terra, os embates com a polícia, as negociações, a organização do assentamento e as experiências associativistas.

A estruturação da presente pesquisa baseou-se na realização de levantamento bibliográfico de obras e artigos científicos que aborda sobre a temática de políticas públicas, dos principais programas governamentais que influenciaram direta e indiretamente os assentados de Perseverança, a luta dos trabalhadores sem-terra no Sudoeste do Paraná que culminaram nos diferentes assentamentos na região, as diferentes formas de assentamentos criados no Município de Marmeleiro, a situação social e econômica dos assentados do Perseverança.

Coletamos dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da CRESO1, do STR, do EMATER e da Fundação Terra. Isso permitiu traçar o perfil de desenvolvimento dos programas governamentais e a atuação das entidades nos diferentes assentamentos existentes no Município de Marmeleiro.

Para a realização do levantamento de dados empíricos, foram utilizadas duas formas de pesquisa de campo. A primeira forma foi à aplicação de um questionário para todas as famílias do assentamento para averiguar a situação conjuntural apresentada pelos assentados de Perseverança. A segunda forma de pesquisa de campo realizada foi através de entrevista aplicada para alguns assentados de origem de acampamento. Foram várias intervenções que realizamos junto aos assentados no sentido de buscar a compreensão histórica e situação vivenciada pelos mesmos e de como as políticas públicas influenciaram no cotidiano do assentamento.

Além dessas formas de pesquisa de campo, como complementação e teorização da pesquisa, foram utilizados documentos, mapas, fotos e trabalhos científicos que retratam a situação que se encontram os assentados nos diferentes assentamentos do município.

¹ Consideramos que a família que adquiriu o lote posteriormente também é um assentado, isso em virtude desta aquisição ser realizada antes do processo de recebimento de título definitivo do lote. Porém, é necessária uma avaliação feita pelo INCRA das condições da situação social e econômica. Consideramos assentados de origem de acampamento todos aqueles que inicialmente foram selecionados e ocuparam um lote no Perseverança. Sua origem é de acampamento, formado inicialmente no Km 15 (1985) e posteriormente no acampamento Úrio (1986).

No sentido de comparar a evolução econômica e social do Assentamento Perseverança, foi utilizado alguns dados de pesquisa realizada em 1993,² sobre as condições socioambientais do assentamento. Esta pesquisa foi realizada com a finalidade de estudos sobre a situação que o assentamento apresentava após cinco anos de existência.

A pesquisa foi estruturada em 04 capítulos, com a organização de assuntos assim distribuídos:

O capítulo I está centrado na análise dos movimentos de luta pela Reforma Agrária. Realizamos levantamento bibliográfico sobre o ressurgimento no Brasil dos movimentos sociais pós-ditadura, a partir da herança histórica das Ligas Camponesas, partindo da formação e articulação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos STRs e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Além disso, descrevemos a trajetória de luta dos movimentos sociais no Paraná que foram importantes na criação e implementação dos assentamentos do Estado. Fizemos um estudo sobre as mobilizações e lutas dos sem-terra no Sudoeste do Paraná, partindo da história da Revolta dos Posseiros de 1957, das manifestações e da formação dos acampamentos nos anos de 1980 e dos embates ocorridos entre sem-terra com o poder capitalista. Abordamos sobre os assentamentos criados no município de Marmeleiro quanto à importância da assistência técnica desenvolvida nos assentamentos Eduardo Raduam, São Jorge, Anjo da Guarda, Reassentamento Itaíba e Acampamento São Francisco.

No Capítulo II, buscamos relatar a compreensão de políticas públicas e todo o mecanismo que envolve as políticas de crédito agrícola voltados a atender a agricultura familiar, aos assentados e a agricultura empresarial. Partimos também para a definição de políticas públicas a partir do conceito apresentado por Souza (2006) e por Höffling (2001) e de outros autores, colocando o papel do Estado como detentor da realização das políticas públicas de Reforma Agrária. Descrevemos sobre o desafio da realização da Reforma Agrária no Brasil, na concepção de investimentos realizados nas diferentes trajetórias dos governos pós-ditadura, programas e projetos criados, os reflexos na criação dos assentamentos e a contribuição dos movimentos sociais. Realizamos um estudo sobre o crédito agrícola, descrevemos dois importantes programas que foram utilizados pelos assentados do Perseverança: o PROCERA e o PRONAF, os quais em momentos diferentes da história dos

² Monografia de Especialização apresentada a Pós-Graduação em Ecologia e Educação Ambiental (*Latu Sensu*) da Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro. Título sobre a realidade Sócio ambiental – Estudo de Caso – Assentamento Perseverança – Marmeleiro PR. Autor Alzemiro Prando. Ano de 1993.

assentados do Perseverança, contribuíram para o crescimento, estabilização e geração de renda.

No capítulo III realizamos um estudo dos aspectos históricos e gerais que compõe o assentamento Perseverança. Partimos para a apresentação dos aspectos históricos que deram origem ao acampamento do Km 15 e a trajetória de luta pela conquista da terra. Descrevemos ainda sobre a formação do assentamento Perseverança e as primeiras iniciativas de organização social e da produção. Relatamos sobre a estruturação física das famílias nos lotes, desde as primeiras residências construídas, às construções financiadas pelo Programa do PROCERA e mais recente com construções apoiadas pelas políticas de habitação do governo federal.

No capítulo IV, partimos para os aspectos produtivos e infraestrutura dos assentados do Perseverança, através de pesquisa de campo e nos depoimentos técnicos da EMATER, CRESOL e STR. Identificamos o desenvolvimento histórico das políticas públicas no Assentamento Perseverança e os seus entraves e sucessos, o cooperativismo, associativismo, assistência técnica, desenvolvimento educacional e o arranjo político. Abordamos também sobre os aspectos que interferem diretamente na organização, crescimento econômico dos assentados e na melhoria das suas condições de vida.

CAPÍTULO I

A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

1.1 O RESSURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PÓS-DITADURA

Muitos foram os movimentos de camponeses que historicamente lutaram pela direito a terra no Brasil. Este foi o caso de Canudos na Bahia em 1893 quando os camponeses despossuídos terminaram uma longa peregrinação no arraial de Canudos.

Em 1912, em Campos Novos - SC formara-se um movimento camponês de caráter político e religioso em oposição aos coronéis que controlavam a terra e a vida dos camponeses, o qual foi denominado a Guerra do Contestado.

No Nordeste, o cangaço foi uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas em oposição ao domínio do coronelismo.

Dentre os movimentos citados, o mais significativo em termo de lutas dos camponeses pela Reforma Agrária foram as Ligas Camponesas, que desenvolveram luta até serem eliminadas pela violência da ditadura militar instalada após 1964.

As Ligas foram criadas em quase todos os Estados brasileiros com a participação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que “lutavam por melhores condições de trabalho no campo, direitos dos foreiros contra expropriação e lutas contra o aumento de taxas de arrendamento” (FERNANDES, 1999, p. 5).

Os movimentos crescentes de luta pela terra e a pressão produzida sobre o governo, fez surgir à articulação política e militar, provocando no ano de 1964, a tomada de poder pelos militares. Segundo Martins (1984), o golpe militar de 1964 contra o governo civil foi uma articulação dos militares e das forças contrárias aos movimentos sociais, constituídas pelos grandes empresários e latifundiários que tiveram a finalidade, “de impedir o crescimento das lutas no campo, que pela primeira vez em sua história ingressaram os movimentos sociais maciçamente no cenário político” (MARTINS, 1984, p. 21).

A repressão após o golpe militar representou não só a tomada de poder, mas um retrocesso no desenvolvimento social do país, visto que inibiu qualquer forma de

manifestação política e social, eliminando o direito das organizações lutarem por direitos sociais. Para conseguir esse feito, o governo agia por meio de forças militares,

o governo militar impôs formas de controle pela força militar e pelo terror aos cidadãos que não respeitassem as leis impostas, uma política autoritária de perseguição. Estabeleceu leis contrárias a qualquer forma de manifestação políticas e a liberdade (MARTINS, 1984, p. 21).

A repressão utilizada pelos primeiros governos da ditadura era justificada para combater as idéias comunistas, consideradas pelas elites uma ameaça do bem estar social. Para isso, eram também utilizados os meios de comunicação. O governo da ditadura repassava a sociedade que o comunismo era uma ameaça, como algo perigoso que atentava a vida dos cidadãos, da estabilidade social e da manutenção do direito da propriedade.

No âmbito de assuntos sobre a terra, segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 19), o “governo militar de Castelo Branco elaborou (aprovado pelo Congresso Nacional) o Estatuto da Terra (Lei 4.504), fixando diretrizes para implementação de projetos de colonização em áreas de fronteiras agrícolas”. Esta aplicação do Estatuto segundo os autores previa a distribuição de terras em áreas públicas da fronteira agrícola da Amazônia.

Além da distribuição de terras públicas na Amazônia, a criação do Estatuto da Terra garantiu algumas “regalias” para os latifundiários da época, como o não “confisco das terras dos grandes fazendeiros, permitindo conciliar a ocupação e utilização das terras com preservação da propriedade capitalista e da empresa rural” (MARTINS, 1984, p. 22).

Além dessa garantia, Martins descreve ainda que o governo federal utilizou-se de instrumentos políticos para conduzir a política de modernização do meio rural, realizando uma operação de transferência maciça do patrimônio fundiário de terras públicas da nação para particulares, sobretudo na Amazônia Legal.

Segundo Palmeira (1989), dos 126,6 milhões de hectares de terras da União, entre 1970 e 1985, 31,8 milhões foram transferidos em caráter definitivo para particulares sob forma de propriedades rurais, através de mecanismos de licitações (os leilões de terras) que beneficiavam os latifundiários, tanto pelo tamanho dos lotes vendidos (500 a 3.000 hectares), como a possibilidade de aquisições de vários lotes por um mesmo grupo. Isso mostrou que a política fundiária dos governos militares favoreceu muito a acumulação de renda e capital, beneficiando grupos econômicos.

Outro aspecto a considerar dos governos militares na década de 1970, foi o apoio a implantação da revolução verde, que estimulou pequenos produtores rurais a realizar financiamentos de maquinários e aquisição de insumos, tornando-os dependentes do sistema capitalista. Com endividamento e não tendo possibilidades de quitar os financiamentos e não contando com apoio das políticas governamentais da época, produziu-se um “despejo das famílias camponesas”, criando consequências como o surgindo de boias-frias e crescimento do trabalho assalariado no campo (BONAMIGO, 2002, p. 100).

Laureano e Moreira (2009) também ressaltam que a revolução verde implantada pelos governos da ditadura dos anos de 1970 produziu como consequência, a motivação dos trabalhadores rurais em contrair empréstimos para financiar a aquisição de maquinários sem garantias de poder quitar. Assim,

milhares de trabalhadores haviam perdido suas terras, ora enganados pelo fetiche dos novos modos de produção moderna que exigiam agora altos investimentos na compra de máquinas e insumos, ora pressionados pelas grandes empresas que produziam com tecnologia de ponta e usando mão-de-obra assalariada – os boias-frias –, tudo financiado pelo Governo Federal sob os lemas “exportar é o que importa” ou “plante que o João garante”. Também era grande a demanda de terras por parte dos trabalhadores que haviam perdido suas propriedades em vista do endividamento com os bancos, ou cujas terras já não eram mais suficientes para garantir renda para toda a família (LAUREANO; MOREIRA, 2009, p. 20).

As consequências para os pequenos produtores rurais da época foram desastrosas, ocasionando a migração de milhares de pessoas para os grandes centros urbanos em um curto espaço de tempo, gerando bolsões de pobreza e de concentrações humanas em condições de vida muito precária.

A ditadura militar calou os movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária. As Ligas Camponesas foram extintas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, em sua maioria, cooptados pelo governo mediante os benefícios do chamado “imposto sindical”, da administração do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e assistência social ao trabalhador. O movimento dos camponeses foi aniquilado e os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados e exilados. Todo o processo de formação das organizações de trabalhadores foi destruído. Esse período fortaleceu a atividade econômica especializada e intensiva voltada a grande propriedade rural. A política dos governos da ditadura promoveu o aumento da concentração de renda, conduzindo a maioria da população à miséria, e intensificou a concentração fundiária, que produziu o maior êxodo rural da história do Brasil (BONAMIGO, 2002, p. 99).

No entanto, mesmo com a política de eliminação da ação dos movimentos sociais pela ditadura militar, os movimentos sociais ressurgem com o trabalho de base voltada na defesa dos direitos a terra. O ressurgimento dos movimentos dos camponeses teve espaço de discussão e organização vinculadas principalmente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que foram à base para a fundação da CPT, entidade esta, de ensinamento da Teologia da Libertação, que juntamente com os STRs, congregaram nova fase de luta pela terra no país.

Foram no início de 1960 que foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base,

[...] Em meados dos anos 70, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade, foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular (FERNANDES, 1998, p. 08).

Trabalhando juntamente com as paróquias e comunidades rurais, a CPT foi à articuladora dos novos movimentos dos camponeses que surgiram durante o regime militar. Em resposta a repressão dos militares aos movimentos sociais, nasceu o mais amplo movimento camponês da história do Brasil: MST, que aglutinou diversos movimentos sociais que culminou na maior força política de decisão em torno da Reforma Agrária.

Na compreensão de Fabrini (2002), o MST, com o seu caráter popular, passou a representar uma nova fase de organização dos trabalhadores do campo, através de novas formas de luta, ou seja,

fazendo com que a sociedade veja a sua condição de excluído do processo produtivo e da sua apropriação da terra e criando situações para o envolvimento do estado na questão da apropriação da terra, através das ocupações (terras e órgãos públicos), caminhadas, atos públicos etc. (FABRINI, 2002, p. 115).

Esse movimento não tem um dia de fundação, mas surgiu das heranças históricas das Ligas Camponesas, dos STRs e da CPT, aglutinando uma série de outros movimentos que lutavam pela mesma causa. De acordo com Fernandes (1998) no dia 7 de setembro de 1979, 110 famílias ocuparam a gleba Macali no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. “As terras da Gleba Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de 1960, quando o MASTER organizara os acampamentos na região” (FERNANDES, 1998, p. 8).

O MST surgiu num período da história brasileira de abertura política, da pressão social pelo fim da ditadura, de mobilizações operárias nas cidades e de movimento crescente dos trabalhadores rural sem-terra, principalmente no Sul do Brasil. Assim o MST especializou-se realizando ações massivas com ocupações de latifúndios e criou acampamentos nas mais variadas regiões do Brasil (FABRINI, 2002).

Gonçalves (2005) assinala alguns princípios que contribuíram para origem do MST, a partir dos diversos focos de movimentos e tensões espalhados pelo Brasil,

a expansão viária e com a construção de barragens que introduziram no léxico político outros protagonistas, como o Movimento pela Sobrevivência na Rodovia Transamazônica na BR 364; os Povos da Floresta, com seringueiros se aliando a indígenas; o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens; os colonos do sul que, nos anos 1970, experimentavam a condição, nova para eles, de sem-terra, além de indígenas e de quilombolas, enfim, o campesinato e demais trabalhadores rurais, comunidades indígenas e de afrodescendentes se reinventam social, cultural e politicamente nesse novo contexto político nacional-globalizado. A própria experiência da Fazenda Anoni, apontada por muitos como marco da criação do MST, em 1976, é marcada pela experiência da diferença, no caso dramático, posto que vivenciada por famílias de trabalhadores rurais sem-terra expulsos do território indígena que haviam ocupado (GONÇALVES, 2005, p. 8).

Em janeiro de 1984, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terras, em Cascavel, no Paraná e este foi o ponto de partida oficial da construção do MST como movimento nacional.

Com a realização do Primeiro Congresso em 1985, na cidade de Curitiba, em que participaram representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo, o MST abriu caminhos para a organização do movimento nas regiões Nordeste e Amazônia, territorializando a luta pela terra em todo o país. Foi a partir desse encontro que os trabalhadores sem-terra saíram com a tarefa de construir um movimento orgânico a nível nacional (MST, 2010).

Nesse período, inicia-se à fase da reconstrução da democracia no Brasil e a implantação da chamada Nova República. No campo iniciavam-se as grandes manifestações populares quando “os camponeses sem-terra definiram a ocupação de grandes propriedades como forma de resistência da luta camponesa” (FERNANDES, 1998, p. 8).

Os participantes do primeiro encontro nacional do MST em Curitiba, chegaram à conclusão de que as ocupações eram uma necessidade e também uma ferramenta fundamental e legítima dos trabalhadores sem-terra para lutar pela democratização da terra.

Baseando-se em Fernandes (1998), a territorialização ocorria por meio da construção do espaço de socialização política na perspectiva de atingir as diferentes classes marginalizadas. O trabalho era de base. Os líderes ensinavam o princípio da compreensão da realidade vivenciada pelos pobres e como os mesmos poderiam conquistar espaço e direitos igualitários prescritos na Constituição Federal do Brasil.

Os mecanismos de lutas adotados pelo MST definidos nos seus congressos deixavam as elites e o poder público em estado de alerta. A atuação do MST, segundo Gonçalves (2005) reinaugurou uma organização de base, conscientizando e formando politicamente os trabalhadores para a conquista da terra, contra o capital opressor.

De fato, um dos objetivos centrais do MST na luta pela Reforma Agrária é a luta contra o latifúndio,

enquanto fonte que sustenta uma estrutura de poder extremamente desigual que, no Brasil, adquire enorme importância exatamente pela extrema concentração fundiária [...] O latifúndio não só vem se fortalecendo com a modernização agrícola, como vem mantendo as mesmas práticas autoritárias e violentas que, sempre, caracterizaram nossa formação social. A centralidade e a atualidade desta luta são, portanto, um dos maiores acertos do MST na sua estratégia política que vem sendo posta em prática por meio de ocupações de terra (GONÇALVES, 2005, p. 9).

Os novos movimentos que surgiram durante o regime militar, a partir da organização das Comunidades Eclesiais de Base e pela Fundação Pastoral da Terra, fez impulsionar uma nova fase de luta pela terra o que levou ao surgimento do MST no início dos anos de 1980.

1.2 A TRAJETÓRIA DE LUTA PELA TERRA NO PARANÁ

A ocupação do território paranaense foi marcada inicialmente por uma colonização de exploração dos recursos naturais e mais tarde, a partir do século XX, por colonização de povoamento, incentivada por empresas colonizadoras.

As primeiras iniciativas de exploração econômica de recursos naturais ocorreram no século XVI marcada pela exploração do ouro no litoral e por uma economia de subsistência. Quando houve a ocupação do interior do território no século XVII, iniciou a formação das primeiras cidades, motivadas pelas atividades econômicas do tropeirismo. No século XIX, o Paraná passou a explorar a erva-mate e a madeira e no século XX, dedicou-se ao cultivo do café, da cultura da soja e pecuária.

Estudo realizado por Fajardo (2006) menciona que no Paraná por volta de 1850, o processo de ocupação, ocorreu a partir do desenvolvimento da pecuária troupeira,

centrados em núcleos que iam de Curitiba até Guarapuava com a ocupação tradicional efetivada também pela passagem das “tropas” que estabeleciam pontos de fixação de povoados. Com o esgotamento e declínio da pecuária troupeira, deu início a exploração da madeira e da erva-mate. No final do século XIX, o café assume o posto de produto hegemônico (FAJARDO, 2006, p 104).

Todos os ciclos econômicos desenvolvidos no Estado consolidaram para a ocupação do território formando vilarejos e povoados, que estavam interligados inicialmente por picadas e estradas abertas nas matas, mais tarde por ferrovias que davam acesso as regiões. As regiões eram exploradas por empresas particulares que receberam enormes concessões de terras para exploração primária da madeira, do gado e do café.

O Sudoeste do Paraná, no início do século XX, era uma região ainda com predominância de vegetação nativa e pouco povoada. A ocupação ocorreu mais tardiamente em relação às outras regiões. Foi ocupado por uma colonização de povoamento, incentivada por colonizadoras que atraíram a partir de 1940, milhares de camponeses vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A produção era tipicamente cabocla e organização do trabalho orientada para a subsistência familiar.

Aos poucos os caboclos desenvolveram um sistema integrado “de extrativismo da erva-mate, de pecuária e agricultura. Expandiram-se a atividade de suinocultura com engorda de porco solto na mata ou no meio de lavoura e a atividade de pecuária do leite” (ABRAMOVAY, 1981, p. 129).

Nos anos de 1950, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 1992, p. 19), “surgiu no Estado um problema agrário complexo com a existência de um grande número de trabalhadores rurais sem títulos de terras”. Existiam inclusive fazendeiros e empresas colonizadoras que visavam à exploração comercial da terra.

Com as vitórias regionalizadas alcançadas pelos movimentos de pequenos agricultores rurais (podemos citar a Revolta de 1957), a partir dos anos de 1960, foi constituída no Estado, uma estrutura fundiária em diferentes linhas ocupação: a primeira define-se como uma ocupação de pequenos produtores, que exerciam atividades de policultura, voltada mais para a subsistência. A segunda forma de ocupação foi constituída por empresas exploradoras no corte da madeira e de proprietários, concentrados em grandes propriedades rurais, que exerciam as atividades de criação de gado extensivo e produção

agrícola. A terceira forma de ocupação foi a dos trabalhadores rurais não proprietários, distribuídos nas grandes fazendas de produção, exercendo funções como diaristas, arrendatários, meeiros, peões e boias-frias, constituindo assim, a grande leva de sem-terra explorados.

Esta leva de trabalhadores despossuídos aumentou consideravelmente no Estado o que provocou o surgimento de movimentos de tensão no meio rural e gerou a partir dos anos de 1960, as primeiras iniciativas dos movimentos sociais e dos próprios agricultores que buscavam alternativas pela terra.

O crescente número de trabalhadores sem-terra aumentava cada vez mais, o que gerou a partir dos meados da década de 1970, concentrações de trabalhadores para reivindicar por maior justiça social e pela terra. Além dos sem-terra, houve também o movimento crescente atingidos por barragens, agravada a partir das desapropriações dos trabalhadores de suas terras em benefício à construção de uma série de usinas hidrelétricas no Estado. (IPARDES, 1992, p. 21).

A primeira experiência de mobilização dos trabalhadores atingidos por barragens deu-se com a construção da Usina de Salto Santiago ano de 1977 e atingiu centenas de pequenos agricultores do Oeste, Centro Oeste e Sudoeste do Paraná. Em 1978 agricultores atingidos pela barragem da Usina de Itaipu foram apoiados pela CPT e pelo menos 50% dos agricultores assentados, conseguiram preços razoáveis pelas terras de origem (IPARDES, 1992, p. 21).

A partir da década de 1980, havia a necessidade de maior fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária, que criaram em 1981, o Movimento dos Agricultores Sem Terras do Oeste do Paraná (MASTRO). Este movimento passou ser o movimento de maior influência e organização dos trabalhadores sem-terra, isto porque,

[...] sua política de luta baseava-se aos seguintes aspectos: terras no Paraná, (fazendo uma referência para os trabalhadores atingidos por barragens e eram encaminhados para regiões de fronteiras agrícolas do Brasil); delimitação de um módulo máximo para fazendas da região; terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver; extinção do módulo mínimo e crédito fundiário favorecido ao pequeno agricultor e ao sem-terra, com prazo de 10 anos para pagamento e de 2 a 3 anos de carência, com juros máximos de 10% ao ano. Essas reivindicações contrapõem as proposições do governo que queria resolver o problema dos sem-terra, transferindo-os para as regiões de fronteiras agrícolas (IPARDES, 1992, p. 23).

Segundo Battisti (2006), o surgimento do MASTRO e seu fortalecimento, tiveram decorrência à criação de outros movimentos na época no Paraná, como o Movimento dos

Agricultores Sem Terras do Sudoeste do Paraná (MASTES), o Movimento dos Agricultores Sem Terras do Centro Oeste do Paraná (MASTRECO), o Movimento dos Agricultores Sem Terras do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem Terras do Litoral Paranaense (MASTEL). Os movimentos se distribuíram pelo Estado, tornando-se bandeira de luta pela Reforma Agrária.

O MASTES foi criado pela necessidade de ter um movimento forte para a região Sudoeste do Paraná,

principalmente após as dificuldades encontradas na ocupação da Fazenda Anoni, Marmeleiro (1984), quando desencadeou a difícil negociação das entidades representativas envolvidas, junto ao governo do Estado. Com o objetivo de promover a organização dos trabalhadores na luta pela conquista e fixação à terra e desenvolver nos agricultores a consciência de classe, o MASTES desenvolvia a política de luta, baseada nos princípios: “terra para quem trabalha e dela precisa e destruição do capitalismo e construção de uma nova ordem mundial” (BATTISTI, 2006, p. 77).

O MASTES passou a atuar diretamente na organização dos trabalhadores sem-terra, aliado aos sindicatos e com o apoio das igrejas, principalmente a Católica. Em 1984, segundo Franco (1992, p. 06), deu-se início a uma série de ocupações promovidas pelo MASTRO e MASTES que destacamos: “na Reserva Floresta de Ocoy (São Miguel do Iguçu), Fazenda Mineira (Medianeira) e Fazenda Imaribo (Mangueirinha), todas posteriormente transformadas em projetos de Assentamento”.

A atuação do MASTES e do MASTRO, abriu espaço das grandes organizações dos trabalhadores sem terras na região. No final da década de 1980, segundo Battisti (2006, p. 80), havia no Paraná 44 acampamentos com um número em torno de 4.626 famílias acampadas.

O método de luta do MASTES baseava-se na organização de base junto às massas, grandes concentrações de trabalhadores, grandes manifestações e protestos. Ambas contavam com apoio dos STRs, da CPT e de algumas organizações não governamentais.

No ano de 1984 até o início de 1987, o Instituto de Terras e Cartografia (ITC – órgão instinto do Governo do Paraná) recebeu a indicação que no Estado havia 300 áreas possíveis e passíveis de desapropriação. Dessas, segundo o IPARDES (1992), o ITC fez vistoria em 285 para verificar a viabilidade de serem aproveitadas. Todavia, foram desapropriadas apenas 80 imóveis para fins de Reforma Agrária. Este número foi insuficiente devido ao grande número de sem-terra que aguardavam para serem assentados.

Em meados da década de 1980, com a entrada de um novo agente de poder contra a Reforma Agrária, a União Democrática Ruralista (UDR), entidade representativa em defesa dos latifundiários. A sua interferência junto ao governo federal, gerou no Estado, uma lentidão do processo desapropriatório e na diminuição do número de processos que chegaram para criação de assentamentos.

A partir dessa situação quando ocorria à desapropriação de áreas, era quase exclusivamente de interesse do proprietário e normalmente através de negociação. A avaliação dos imóveis era superdimensionada, com pagamento em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis em cinco anos, o que passou a ser interessante para proprietários.

Mesmo com as dificuldades apresentadas para os processos de desapropriação de áreas destinadas a Reforma Agrária, o Paraná foi um Estado em destaque no Brasil em número de assentamentos implantados. Dados do INCRA-PR (2010) assinalam que desde o ano de 1980 até o ano 2010, haviam sido implantados 350 projetos de assentamentos e reassentamentos (Tabela 1). A maioria destes assentamentos ocorreu com a ação e pressão por ocupações e acampamentos organizados, na década de 1970 e 1980 pela CPT, STRs e pelo Movimentos dos Agricultores Sem Terras espalhados pelo Estado (MASTES, MASTRO, MASTEN, MASTEL, MASTRECO). A partir de meados da década de 1980, surge o MST, que congrega todas as forças dos movimentos de luta pela terra e dá continuidade pela luta à Reforma Agrária.

Tabela 1 - Projetos de Assentamentos/reassentamentos Rurais do Paraná de 1980 a 2010

Diferentes Assentamentos	formas de	Quant.	Área	Nº de Famílias	Tamanho médio lote	Período de criação
Projeto de Colonização		07	8.300,95	765	10,6	Entre 1981 a 1984
Projetos de Reassentamento da Eletrosul/Copel		24	33.994,34	1.551	21,9	Entre 1986 a 2005
Projetos de Assentamentos do Governo do Estado		07	5.556,14	226	24,6	Entre 1986 a 1995
Assentamentos do governo Federal – INCRA do período de 1986 a 2010		312	407.449,81	19.460	20,0	1986 a 2010
Total		350	449.745,10	22.052	19,42	

Fonte: INCRA - PR (2010)

Desses assentamentos, as implantações foram realizadas sob a intervenção de quatro órgãos oficiais: (1) o INCRA, através das desapropriações de áreas, sob pressão dos movimentos sociais; (2) o Governo do Estado, que desapropriou áreas específicas do próprio governo que na época de 1984 foram destinadas para fins de Reforma Agrária; (3) as Centrais Elétricas do Sul do País (ELETROSUL), que realizou construções de usinas hidrelétricas em toda a região Sul do Brasil; e (4) Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) que

adquiriu grandes áreas de terras para realizar os reassentamentos de trabalhadores atingidos por barragens das usinas no Estado do Paraná sob a sua jurisdição.

Verifica-se que mesmo com número expressivo de projetos de assentamentos realizados pelo governo federal, existe ainda uma demanda muito grande de trabalhadores a serem assentados no Estado do Paraná. De acordo com INCRA (2010), existem ao todo 110 processos de obtenção de terras para fins de Reforma Agrária tramitando no INCRA/PR. Esses processos somam 135 mil hectares, com capacidade para assentar cerca de 7.500 famílias. A estimativa do INCRA-PR é de que permaneçam ainda no Estado, seis mil famílias acampadas aguardando um lote rural para serem assentadas (INCRA, 2010).

A Tabela 2 enumera projetos de assentamento criados pelo INCRA – PR que compreendem o período de 1986 a 2010:

Tabela 2 - Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA no Estado do Paraná entre 1986 a 2010

Períodos	Quantidade	Percentual representativo
1986 a 1990	31	10,0
1991 a 1995	51	16,0
1996 a 2000	153	49,0
2001 a 2005	47	15,0
2006 a 2010	30	10,0
Total	312	100

Fonte: INCRA- PR (2010)

Percebemos que a criação de projetos de assentamentos pelo governo federal distribui-se em diferentes períodos, todavia mais concentrado na década de 1990 (153). Nesse período existia também uma maior disponibilidade de áreas agrícolas sem função social, o que colocou os movimentos sociais em estado de organização para exigir por parte do Estado uma ação mais rápida em transformar áreas em assentamentos.

Até no ano de 2010, existiam 312 projetos de assentamento criados pelo INCRA em todo o Estado com 19.460 famílias assentadas em 102 municípios. Juntos, os assentamentos ocupam área total de 409.450 hectares, aproximadamente 5% da área do Paraná (INCRA-PR, 2010). Os assentamentos do INCRA foram fundamentais para a criação dos municípios como Honório Serpa, Marquinho, Cantagalo e Goioxim.

Na atual década, houve uma diminuição de números de projetos executáveis de assentamentos no Estado, sendo que algumas causas estão relacionadas à viabilização do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (BANCO DA TERRA), o foco da política governamental para a agricultura voltada aos investimentos ao agronegócio, a fraca atuação dos movimentos sociais nas mobilizações pela reforma agrária no campo das ocupações de

áreas passíveis de desapropriações e na formação de acampamentos e a decisão do governo federal dando prioridade aos assentamentos em regiões de fronteiras agrícolas do norte e nordeste do Brasil.

A fraca atuação dos movimentos sociais de mobilização na aplicação de políticas públicas nos assentamentos, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos³ (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar⁴ (PNAE), não traz como consequência o aferimento da luta pela terra.

No Estado do Paraná, as políticas públicas estão voltadas ao atendimento mais direto aos assentamentos na parte de investimento e custeio, através do programa PRONAF e programas do INCRA como o Crédito Instalação que vem auxiliando os assentados nas linhas de produção e organização no interior dos seus lotes.

Para alguns assentamentos implantados até o ano de 1990, segundo o INCRA (UA de Francisco Beltrão, 2010), já estão sendo distribuídos os títulos definitivos de propriedade. A média de tempo para que o assentado receba o seu título definitivo da terra, gira em torno de 10 a 15 anos (INCRA, UA, Francisco Beltrão, 2010). A partir do título definitivo, os assentados não recebem benefícios geridos pelo INCRA. Após recebimento dos títulos de terra, o vínculo com o INCRA é apenas para quitação de parcelas do título da área do lote.

Esta situação de titulação é vivenciada pelos assentados do Perseverança, no município de Marmeleiro, onde a maioria são emancipados. Entretanto, uma liminar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) suspendeu os títulos, devido o assentamento não apresentar comprovação da área de reserva permanente nos lotes, principalmente áreas recuperadas nas fontes de águas, sangas e córregos de riachos.

³ Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). O PAA contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos. Permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede sócio-assistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos (Fonte: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentosabastecimento/paa>).

⁴ Criado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei.

O apoio dos programas do INCRA na fase inicial de assentamento é importante para o assentado, uma vez que garante a assistência técnica, recursos para aquisição de benfeitorias, estrutura física da residência, instalações rurais, aquisição de animais e equipamentos agrícolas, além do custeio de lavouras.

1.3 AS MOBILIZAÇÕES DOS SEM TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ

A ocupação efetiva do Sudoeste do Paraná ocorreu nas primeiras décadas do século passado (1900), a partir da vinda de milhares de colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que buscavam um lote de terra, comercializado companhias colonizadoras.

Antes desse processo de ocupação, o Estado era habitado por diferentes tribos indígenas e nas três primeiras décadas de século XX foram marcadas por momentos de ocupação intermitentes no Sudoeste com ingresso de peões de fazendas, de fugitivos da lei, de posseiros da região do Contestado, de argentinos e paraguaios, considerada uma ocupação nômade. Wachowicz (1985, p. 62) define o “processo de ocupação permanente a partir da vinda dos descendentes de imigrantes”.

A ocupação permanente ocorreu nas décadas de 1940 e 1950, que coincidiu com a vinda à região das colonizadoras públicas e privadas que estimularam a ocupação de terras com finalidade de realizar comércio para os recém-chegados do forte movimento migratório proveniente principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste contexto de ocupação, houve conflitos entre as empresas colonizadoras e posseiros, esse confronto histórico ficou conhecido como a Revolta de 1957, marco importante no contexto de conquistas e nas lutas sociais dos trabalhadores rurais.

O contexto histórico da Revolta dos Posseiros de 1957 iniciou na década de 1940, quando a Colônia Agrícola General Osório (CANGO), promoveu uma colonização dirigida no Sudoeste do Estado ao longo da fronteira com a Argentina. Um dos primeiros conflitos gerados foi à chegada de imigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que ocuparam áreas de terras pelo Sudoeste.

O agravamento do conflito deu-se quando a empresa Clevelândia Industrial e Territorial Ltda., (CITLA) comprou duas Glebas: a Missões e Chopin, por transações políticas com o governo do estado da época. Essas glebas incluíam territórios da CANGO, abrangendo as regiões dos municípios de Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema

(BATTISTI, 2006). Nessa transação realizada não se respeitou o território de domínio da CANGO,

na escritura passada para CITLA, constituiu-se uma área de 475.200 ha, com mais de 3 mil colonos assentados, sedes e distritos, uma das maiores reservas de pinheiros araucária do Brasil, com mais de três milhões de unidades prontas para o corte e milhões de árvores de madeira de lei, além de milhões de pés de erva mate. (FERES, 1990 apud BATTISTI, 2006, p. 69).

Segundo Wachovicz (1985, p. 62-63), no período da revolta, houve por parte da Empresa CITLA, “atrocidades contra os colonos posseiros, provocados pelos jagunços e milícias contratados pelas companhias colonizadoras de terras”.

No ano de 1957, camponeses e posseiros organizaram-se em movimentos de massa, foi quando milhares de colonos pegaram suas armas e se apoderaram das principais sedes das companhias espalhadas pelos municípios, expulsando as autoridades constituídas da CITLA. A repressão sobre colonos, marca histórica do poder do mais forte sobre o mais fraco, foi combatido pela organização dos colonos e pelo ideal de garantir uma área de terra. A regularização das terras segundo o Battisti (2006) deu-se somente em 1973, através do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), criado em 1962 pelo governo federal.

É fato reconhecido que esse movimento de resistência fez diferença na região Sudoeste do Paraná,

Foi um marco importante na história devido à resistência dos camponeses pela propriedade da terra, como espaço de trabalho e relações sociais, pela produção e reprodução da vida e não como fonte de poder, especulação ou acumulação (BATTISTI, 2006, p. 65).

A vitória dos posseiros sobre as colonizadoras abriu caminho para que milhares de camponeses migrassem para o Sudoeste do Paraná nas décadas seguintes, gerando uma peculiaridade regional de agricultor camponês, definidas a partir da divisão das áreas agrícolas ocupadas em pequenos lotes de até 50 hectares.

Nesse sentido, houve o predomínio da região por uma ocupação de áreas por colonos e desenvolvimento de atividade de subsistência e o excedente comercializado ou trocado por outros gêneros alimentícios. Desenvolveu-se então, a predominância da

policultura, a produção vegetal de alimentos, as criações de suínos, a produção de leite e a criação de galinhas caipiras.

Esse modelo agrícola instituído no Sudoeste do Paraná, sofreu influência do pacote tecnológico chamado de Revolução Verde⁵, implantado no país nas décadas de 1960 e 1970 pelos governos militares.

Segundo Andrades e Ganini (2007), por ocasião da inserção do processo de modernização da agricultura no período da ditadura militar, muito se discutia de que maneira o país conseguiria aumentar sua produtividade agrícola. Segundo Zamberlam e Fronchet (2001, apud ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 48), duas visões distintas predominavam: “a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária, e a que defendia ser necessária a adoção dos pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem tocar na questão fundiária”.

Assim, o Governo Militar adotaria a opção de manter a estrutura do latifúndio e assumiria as bases do modelo da Revolução Verde, via pacotes. Para Oliveira (2001, apud ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 48), o latifúndio não é a única variável a ser analisada para admitir que o campo está marcado por um processo de modernização na medida em que, apesar de existir um relativo aumento no número de estabelecimentos que consumiram insumos, este número não é maior do que aqueles que não fizeram uso de tais insumos no país.

Para Santos e Silveira (2001), o Estado é o concretizador da Revolução Verde no país, estimulando a entrada de empresas estrangeiras na produção de sementes selecionadas, agrotóxicos, mecanização, logística de distribuição da produção e comercialização,

⁵ Para Zamberlam e Froncheti (2001, apud ANDRADES; GANIMI, 2007), os governos das décadas de 1960 e 1970 tomaram algumas providências para a implantação da Revolução Verde no território nacional, que podemos destacar: divulgação das propostas e investimentos; concessão de espaços para os organismos internacionais; envio de professores, técnicos e pesquisadores para o exterior a fim de serem treinados e vindos de técnicos desses centros internacionais para efetuarem treinamentos no Brasil; atração de empresas transnacionais para o país a fim de produzirem insumos (químicos), máquinas e equipamentos e de indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas. Chegou a Ford, Shell, Ciba-Geigy, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Unon Carbide, Hoeschst, Monsanto, Rhodia, entre outras; criação de centros e órgãos de pesquisa, no Brasil, para 'adequarem os produtos' à realidade do solo e do clima. Surge a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), EMBRATER (Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), as EMATERs (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as cooperativas fundam seus centros de pesquisa também com a mesma finalidade; estímulo ao surgimento de cooperativas de comercialização agrícola para organizar os agricultores e introduzi-los às novas práticas; reformulação do papel do Banco do Brasil, passando a ser um órgão financiador por excelência desse novo modelo.

[...] Estado como um agente ativo na globalização da agricultura. A produção do espaço brasileiro, nesses moldes, vai trazer algumas mudanças para o território. Primeiramente, as regiões que sofreram mais intensamente são as regiões Sul e Sudeste e, em seguida, será a região Centro Oeste, a qual presencia uma recente configuração em suas geografias com o surgimento dos *belts* modernos — são grandes propriedades agrícolas que possuem as características do processo de modernização da agricultura—como também o surgimento de um novo *front*—frente pioneira do processo de ocupação do espaço através da agricultura no país (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 118).

A abertura dessa nova fronteira agrícola vai ser executada pela grande empresa com o apoio do Estado, que passa a estimular a ocupação de região de fronteiras agrícolas,

nesse sentido, é o processo de modernização da agricultura que vai organizar a produção do espaço nessas novas fronteiras por intermédio da união entre indústria e agricultura. E essa fusão acarretará profundas transformações acerca da estrutura agrária nacional, (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 49).

Este pacote começou influenciar nas décadas de 1970 e 1980 no Sudoeste do Paraná e provocaram efeitos sociais devastadores, dada a forte ideologia implantada do milagre produtivo com tecnologia e subsídios criados pelos governos da ditadura e apoiados pelas grandes corporações internacionais.

Verificou-se no Sudoeste do Paraná, nos anos de 1980, o fortalecimento da agricultura empresarial com a introdução dos processos de integração suínos, frango, fumo, e a introdução de máquinas e equipamentos agrícolas que impulsionaram o crescimento e dependência do capital, necessitando mão de obra de empregados, peões, boias-frias e meeiros. Um percentual de pequenas propriedades rurais não foi atingido pela agricultura empresarial, e outras foram colocadas a venda, gerando a mão de obra, e trabalhadores sem-terra, influenciados pelo modelo econômico implantado pelos governos da ditadura,

são as singularidades espaciais que caracterizam os diversos ritmos territoriais que caracterizam um tempo rápido das inovações tecnológicas e um tempo lento do uso de técnicas rudimentares e da troca de dias de trabalho, da vida comunitária. Essas, por sua vez, são resultantes de um tempo histórico e de um tempo de coexistências, que permitem que em um território, como no Sudoeste do Paraná, exista uma agricultura moderna interligada a um sistema internacional de circulação e informações, considerada expressão da modernidade e sinônimo de um tempo rápido; ao lado de uma agricultura de uso de técnicas rudimentares, dependente das condições naturais, realizada com base em um trabalho físico exaustivo, considerada como um tempo lento, um retrocesso histórico (SANTOS, 2011, p. 120).

Para Santos (2011), a modernização da agricultura é uma manifestação de poder, incentivada pelo Estado brasileiro, de forma a beneficiar os segmentos mais capitalizados da sociedade. Entretanto, as alterações provocadas extravasam o espaço rural e se manifestam nas cidades e se expressam no êxodo rural, no crescimento acelerado das cidades, nas relações de trabalho, na criação e extinção de serviços, como as escolas rurais,

assim o território é composto a partir de outros territórios, como o da agricultura moderna, da agricultura rudimentar, das agroindústrias integradoras, da produção leiteira, enfim territórios sobrepostos cujas relações que o consubstanciam, lhe dão especificidades. Entretanto, todos esses se compõem a partir de uma identidade, que exige as mudanças e/ou permanências para o seu desenvolvimento: a agricultura familiar (SANTOS, 2011, p. 122).

Coradini (1982) descreve os aspectos de crise no Sudoeste do Paraná baseada no arranjo do modelo capitalista que foi introduzido que levou os agricultores a subordinação dos processos produtivos, a partir da situação econômica regional, da seguinte forma,

a conjugação de fatores históricos sociais (ocupação através de uma política de colonização) e técnicas (as culturas de grandes extensões de terra e mão de obra volumosa, uso de insumos, máquinas e implementos agrícolas modernos), permitiram que emergisse em uma agricultura empresarial, baseada em estabelecimentos médios integrados e subordinada as agroindústrias e as cooperativas, com incentivo das políticas estatais as grandes propriedades (CORADINI, 1982, p. 27).

Essa subordinação ao modelo empresarial de agricultura foi um dos reflexos produzidos para que houvesse a saída de um pequeno percentual de pequenos agricultores rurais do campo para cidade por não suportar dívidas contraídas. A expropriação do pequeno agricultor gerou que algumas propriedades sofressem fusão tornando áreas de 50 a 300 ha, que até o presente momento as áreas eram genuinamente de pequeno porte.

Como o número de trabalhadores nesse processo de exclusão aumentou consideravelmente, setores da igreja, STR e a ASSESOAR, viam com preocupação o que se instalara na região e encamparam a luta junto aos sem-terra, alertando o poder público e a sociedade da grave situação gerada.

Na década de 1980 alguns municípios do Sudoeste tiveram rápido processo de venda de propriedades rurais, aliada a crise da suinocultura que houve nessa época. Jornais da época

noticiaram fatos ocorridos em toda a região. Um dos trechos do Jornal do Iguazu noticiou o processo de aceleração da perda de pequenas propriedades rurais,

somente nos 17 municípios da microrregião de Francisco Beltrão, durante o ano de 1983, foram vendidas 2.664 propriedades rurais, o que quer dizer que em torno de 7% das propriedades foram anexadas às outras ou simplesmente negociadas. A média é de oito alqueires por propriedade, ou seja, 20 hectares (JORNAL DO IGUAÇU, 04.03.1984).

Alguns municípios destacavam-se na perda das pequenas propriedades. Segundo informações do jornal do Iguazu (1984), as maiores vendas ocorridas no ano de 1983, foram realizadas nos Municípios de Dois Vizinhos com 561 propriedades e Francisco Beltrão com 375. O jornal apontou ainda a seguinte realidade de venda: Capanema (181); Enéas Marques, (180); Realeza (179); Ampere (167); Salgado Filho (133); Salto do Lontra (130); Santa Izabel do Oeste (129); Santo Antônio do Sudoeste (119); Nova Prata do Iguazu (99); Pranchita (94); Planalto (93); Pérola D' Oeste (71); Renascença (68); Barracão (63); e Marmeleiro (22). A informação da existência de vendas das propriedades rurais já era alvo de pesquisa das entidades como a ASSESOAR e os STR da região.

O MASTES, no ano de 1982, realizou cadastramento dos sem-terra da região para levantar a realidade que se apresentava. Constatou-se, em termos absolutos, “que 40% das famílias do Sudoeste não tinham terra ou quando tinham era em caráter bastante precário, devido à grande incidência de rescisões de contratos de parcerias e arrendamentos” (FRANCO, 1992, p. 5).

Muitas manifestações foram realizadas pelos trabalhadores sem-terra em todo o Estado, chamando a atenção da opinião pública e das autoridades sobre os problemas gerados pelas políticas do governo em favor do grande capital, poucos incentivos aos pequenos agricultores e a falta de iniciativa para a realização da Reforma Agrária.

Registros da EMATER ilustra (Figura 1) um dos momentos importantes dos trabalhadores sem-terra na luta pela Reforma Agrária na década de 1980:



Figura 1 - Protestos dos sem-terra no Município de Francisco Beltrão - 1985

Fonte: EMATER - Regional de Francisco Beltrão (2010)

Este evento ocorrido em Francisco Beltrão, organizado pela Igreja Católica, ASSESOAR e STR, exibe (Figura 2) a participação e luta de centenas de sem-terra, cobrando uma ação mais decisiva por parte dos governantes em resolver o problema de desapropriações de áreas para assentamentos.



Figura 2 - Passeata nas ruas da cidade de Francisco Beltrão - 1985

Fonte: EMATER Regional - Francisco Beltrão (2010)

O movimento dos trabalhadores da época utilizava diferentes estratégias para manter os trabalhadores na luta, mesmo pelas poucas condições nos acampamentos e ameaças constantes de policiais. A palavra de ordem era resistir, chamar a atenção das autoridades e mostrar para a opinião pública a gravidade dos problemas sociais gerados pelas políticas de governos contra a pequena agricultura. O que devemos entender que muito da linha adotada da ditadura era aplicada contra os acampados.

A organização dos trabalhadores sem-terra passou a investir na formação de acampamentos e na ocupação de grandes áreas de terras. Este foi o caso da ocupação da Fazenda Imaribo em Mangueirinha (Figura 3), um marco importante nos processos de ocupação de áreas improdutivas. A notícia foi publicada pelo Jornal Motocar (1984), que relatou situação enfrentada nos acampamentos sem-terra num período de transição da ditadura militar para o processo democrático.



Figura 3 - Movimento dos Sem Terras no acampamento Imaribo, Mangueirinha, PR, 1984

Fonte: Jornal Motocar (1984)

A notícia destacava que 86 famílias (Figura 3) ocuparam uma área de terra da Imaribo, empresa ligada ao ramo madeireiro. Os ocupantes eram organizados e tinham apoio da entidade ASSESOAR, com sede em Francisco Beltrão (JORNAL MOTOCAR, 1984).

Além da Fazenda Imaribo, outra ocupação ocorrida em 1983 foi da Fazenda Anoni no Município de Marmeleiro. Nesta fazenda foram 650 famílias que ocuparam uma área de 4.000 ha. Este fato foi considerado crucial para o fortalecimento da organização dos movimentos sociais, visto pela grande quantidade de trabalhadores envolvidos.

A ocupação da Fazenda Anoni foi um marco histórico para a luta dos trabalhadores definirem estratégias e se fortalecerem como movimento de resistência e da capacidade de ocuparem novas áreas. A partir da ocupação da Fazenda Anoni, novas áreas foram ocupadas, com foi o caso da Fazenda Perseverança.

O Jornal do Estado do Paraná publicou reportagem na data de 15/01/1984, colocando a importância da ocupação da área para fins de processo de assentamento. Destaca a reportagem sobre o aumento do número de agricultores do Município de Marmeleiro. “Para se ter uma idéia do que possa representar para o desenvolvimento do próprio município, basta citar que Marmeleiro possuía, antes da Anoni, 2.000 famílias. A partir da Anoni passou para 2.600 famílias” (JORNAL DO ESTADO DO PARANÁ, 15/04/1984).

A área da Fazenda Anoni foi desapropriada pelo governo federal em março de 1980. O Jornal do Estado do Paraná enfatizou os aspectos da ocupação pelos trabalhadores sem-terra e o interesse para processos de Reforma Agrária,

o interesse de assentar essas famílias é geral, portanto, não se trata de um precedente para que outras grandes áreas sejam invadidas, porque esta invasão só ocorreu, como declaram os próprios invasores, "quando a gente ouviu, pela "Voz do Brasil", que a área foi desapropriada". Se a área não tinha outra finalidade e se os posseiros estão dispostos a adquirir suas terras, o que está faltando é negociação (JORNAL DO ESTADO DO PARANÁ, 15.01.84, p. 4).

Nesta ocupação houve confrontos entre jagunços contratados pelo proprietário da terra que não concordava com a posse de trabalhadores sem-terra antes do processo final de desapropriação da área. As ocupações resultaram na morte de um dos posseiros, destacado pelo Jornal Estado do Paraná,

como ocorreu nos anos anteriores, o capataz da fazenda, João Scarton, tentou retirar os ocupantes pela violência. E foi num tiroteio desses que o capataz e seus capangas assassinaram um dos posseiros, João de Paula, de 53 anos, que deixou viúva e nove filhos. O crime aconteceu dia 21 de julho de 1983, uma semana após a primeira invasão das terras (JORNAL DO ESTADO DO PARANÁ, 15.01.84 p. 4).

Havia também a perseguição, intimidação e uso da violência que ultrapassava todos os limites da lei e dos direitos humanos. Muitos casos de assassinatos de trabalhadores que nunca foram resolvidos ou simplesmente eram camuflados, sendo criadas outras causas para a morte. Foi o caso da morte de João de Paula, registrado pelo Jornal do Estado do Paraná:

“Morreu clivado de balas pelos jagunços, mas no atestado aparecia como mal súbito” (15.01.84, p. 4).

A prática da violência utilizada nos acampamentos e ocupações de áreas de terra era muito comum. A maioria das conquistas de assentamentos esteve presente à força da polícia militar, os jagunços contratados pelos latifundiários donos da terra e a falta de agilidade nas soluções dos problemas por parte dos governos em resolver conflitos de Reforma Agrária.

A Figura 4 ilustra um momento vivenciado pelos sem-terra acampados na Fazenda Anoni, no ano de 1983:



Figura 4 – Concentração dos acampados na Fazenda Anoni, 1983

Fonte: Foto Cedida pela EMATER Regional, Francisco Beltrão (Maio, 2010)

Inicialmente (Figura 5) os acampados concentravam-se à beira de estradas vicinais em pequenos grupos, aguardando o momento certo de ocupar toda a área da fazenda. A estratégia dos sem-terra era que a ocupação não fracassasse, principalmente devido a instabilidade política da época que não garantia uma desapropriação de área para fins de Reforma Agrária.



Figura 5 - A formação do acampamento na Fazenda Anoni (1983)

Fonte: Foto EMATER Regional, Francisco Beltrão (Maio, 2010)

As 650 famílias espalharam-se pelos 4 mil há e iniciaram as atividades agrícolas e pecuária. Porém, a falta de decisão e agilidade do INCRA em criar o assentamento, gerou um clima de instabilidade no local e a represália ao movimento dos trabalhadores era constante, principalmente pela emissão judicial da ordem de despejo. A palavra de ordem por parte do governo para a polícia militar era o cumprimento da ordem judicial de despejo. Na contramão do processo de despejo, estavam os movimentos sociais da região apoiados pelos STR, pela Igreja Católica e pelas autoridades em favor dos trabalhadores.

Enfrentando as mais variadas dificuldades os sem-terra persistiam no local aguardando uma solução para os impasses por eles enfrentados. O Jornal dos Trabalhadores da época publicou a resistencia dos trabalhadores e a perspectiva da solução pra processo de criação de assentamento, que ocorreu 15 anos após no ano de 1998:

[...] os posseiros da Fazenda Anoni estão aguardando uma solução para o impasse criado com a decisão da Justiça do Paraná de atender o pedido de reforço policial para o despejo das 648 famílias que vivem na fazenda há mais de um ano. A ação de despejo é conhecida desde o fim do ano passado. Mas a situação mudou quando os agricultores ficaram sabendo que a Polícia Militar pode chegar a qualquer momento para expulsá-los. O despejo só não foi executado porque um grande movimento de denúncia e de solidariedade está forçando as autoridades a negociar uma saída. Para o governo do Estado, o despejo das 648 famílias, cerca de quatro mil pessoas, representará um problema a mais na já complicada situação fundiária do Paraná. Desde o início do ano o tratamento das autoridades dado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é o mesmo: não negociar com os ocupantes (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Set/1984).

A estratégia adotada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terras surtiu efeito e o despejo foi adiado. A partir disso, os familiares iniciaram as atividades de produção agrícola, voltadas a subsistência e comercialização. Porém, a regularização só ocorrera anos depois.

A organização inicial adotada pelas famílias que ocuparam a Fazenda Anoni, era o trabalho coletivo, com grupos que auxiliaram na derrubada das árvores, construção de casas e preparo do solo com utilização de tração animal.

Durante o ano de 1984, o trabalho de produção das famílias comprovou o grande potencial que a área tinha após a ocupação. Os resultados só começaram a ser evidenciados a partir das primeiras colheitas e comercialização dos produtos agrícola no comércio local. O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra publicou esses resultados na seguinte reportagem,

neste ano em que ficaram na Fazenda Anoni, posseiros plantaram e colheram, compraram animais e juntaram sementes. No total, são 458 cabeças de gado, 988 porcos, 56 cavalos, mais de 100 juntas de bois, milhares de galinhas, 20 mil pés de árvores frutíferas, além de sementes de vários produtos agrícolas e mantimentos. Quase 500 crianças frequentam as 10 escolas construídas pelos agricultores, com professores pagos por eles. Organizaram-se em 10 comunidades que cuidam até da comercialização (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Set/1984).

O processo de desapropriação só se deu no ano de 1998, 15 (quinze) anos após, com a criação e legitimação do assentamento que levou o nome de Eduardo Raduan. Neste período muitos dos ocupantes iniciais, negociaram os lotes, poucos ocupantes originais permanecerem na área pela falta de uma decisão mais efetiva por parte do governo e de apoio com políticas públicas.

A partir da dificuldade de legalização ocorrida na Fazenda Anoni e as dificuldades enfrentadas pelas entidades envolvidas no processo de legalização, como STRs, CPT e a ASSESOAR, surgiu à necessidade de rever as mobilizações das entidades junto aos sem-terra, o que culminaria nessa revisão, a criação de um movimento forte de representação dos trabalhadores sem terras, o MASTES, já descrito nesta pesquisa.

Para se opor ao crescimento dos movimentos sociais foi instalado no Sudoeste do Paraná a UDR, com a finalidade de atuar junto aos pecuaristas, madeireiros e grandes proprietários para proteger as suas propriedades.

A UDR atuava para defender os latifundiários e o seu discurso buscava convencer a opinião pública da importância da entidade que batalhava pela produção de alimentos e em defesa da propriedade.

Numa das passagens pelo Município de Francisco Beltrão, no ano de 1987 para fundar o Núcleo Regional da UDR, o Presidente Nacional da entidade, com discurso evasivo, abstrato e uma política totalmente contra a Reforma Agrária, defendia que havia a necessidade da união do pequeno, médio e grande produtor na defesa de uma política agrícola mais justa (JORNAL FOLHA DO SUDOESTE, 1987).

A prática da UDR era colocar para a opinião pública que a entidade estava muito preocupada com a Reforma Agrária e sugeria para o governo federal da época, que realizasse a mesma, nas terras do governo, conforme discurso do Presidente da UDR, descrito no Jornal Folha do Sudoeste,

o Governo Federal deveria deixar de ser o maior latifundiário do País e começar a Reforma Agrária pelos 1,2 milhões de alqueires que lhe pertence. A reforma não consiste só em dar um pedaço de terra aqueles que querem trabalhar, pois sem a assistência técnica, estradas, educação e saúde, a terra não vai servir para nada (FOLHA DO SUDOESTE, 1987).

A vinda do presidente da UDR no Sudoeste foi alvo de manifestações das entidades em repúdio a política da entidade que promovia uma defesa nacional contra a Reforma Agrária e principalmente realizava a difamação do MST.

O Quadro 1 destaca movimentos e entidades de contestação à UDR de Francisco Beltrão no ano de 1987:

1 - APP- Núcleo de F. Beltrão	13 - Núcleo Médicos Veterinários
2- ABED	14- Partido dos Trabalhadores
3 - Ass. Moradores Miniguaçu	15 - Pastoral Operária
4- Ass. Moradores Pé. Ulrico	16 - Pastoral da Juventude
5- ASSESSOAR	17- Pc do B de Fco. Beltrão
6- Assoc. Téc. Agrícolas F. Beltrão	18 - PCB - Fco. Beltrão
7 - CGT - PR	19 - PMDB -Fco. Beltrão
8 - CPT - Sudoeste -PR	20 - Sindicato Ass. Sociais - Pr
9 - Diretório Acad. Barbara Zimërmann	21- Sindicato da Const. Civil e F. Beltrão
10- Grupo teatro Afoxe	22- Sind. Trabalhadores no Comércio F. Beltrão
11- Assoc. Eng. Agron. Do PR	23- Sind. Trabalhadores Rurais F. Beltrão
12- JPMDB - F. Beltrão	24- Sind. Eng. Delegacia de F. Beltrão.

Quadro 1 - Movimento e entidades de contestação à UDR - Francisco Beltrão, 1987

Fonte: Jornal Folha do Sudoeste (15 de abril, 1987).

A notícia publicada pelo Jornal Folha do Sudoeste (15 de abril, 1987), quanto a recepção ao presidente UDR no município de Francisco Beltrão, ocorreu sob protestos das entidades. Neste mesmo jornal foi publicado um manifesto contra a instalação de uma unidade da UDR em Francisco Beltrão, com a seguinte nota,

a visita de Ronaldo Caiado a Francisco Beltrão, no último dia 21 de março, para criar um Núcleo Regional da União Democrática Ruralista (UDR), da qual é presidente nacional, levantou fortes protestos e até mesmo "repúdio" de alguns setores beltronenses. Caiado foi recebido friamente por entidades que entendem que a UDR e por extensão Ronaldo Caiado, defendem interesses contrários aos do povo brasileiro. [...] incluindo uma posição de "repúdio" à UDR e ao seu presidente nacional, Ronaldo Caiado (FOLHA DO SUDOESTE, 15 de abril de 1987).

Nesse panorama histórico levantado, a luta pela Reforma Agrária no Sudoeste do Paraná, deu-se com o trabalho de base e com o enfrentamento das organizações dos trabalhadores, os esforços das entidades e com o crescimento do MST. Os acampamentos próximos às áreas improdutivas indicavam que a ocupação era eminente. Somente no Sudoeste do Paraná, no início da década de 1980, segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 30), “havia cerca de 8.000 sem terras, acampados em apenas três municípios e aproximadamente 30.000 famílias em toda a região aguardavam a Reforma Agrária”.

Uma das entidades de maior relevância na luta pela Reforma Agrária foi a Igreja Católica Progressista, que teve um papel importante nas mobilizações e negociações. As negociações contavam com a presença dos bispos e padres que enfrentavam as adversidades do poder.

Numa das reportagens exibidas pelo Jornal Folha do Sudoeste (06 de Outubro de 1984), o Padre Natalício José Weschenfelder, escrevia um editorial para esclarecer a opinião pública da real situação da questão fundiária do Brasil, denunciando as formas de políticas excludentes geradas na época.

Todos os dias os jornais noticiam fatos ligados com a terra em qualquer região deste vasto país. Dia após dia, novos conflitos surgem e envolvem sempre mais famílias. Ludibriados pela falsa propaganda dos meios de comunicação social, agricultores vendem suas propriedades quando não forçados para pagarem empréstimos bancários e rumam para as cidades. As periferias os aguardam. O dinheiro já acabou e a fome e o desemprego os colheu totalmente. Hoje são boias-frias, subempregados, biscateiros, milhares a procura de trabalho e de comida. No Brasil já somam 12 milhões, no Rio Grande do Sul 170 mil e no Paraná perto de 500 mil sem-terra. Só no Sudoeste do Paraná existem hoje 250 mil pessoas à procura de emprego e de terra (FOLHA DO SUDOESTE, 1984).

Os setores da Igreja Progressista assumiam junto com as entidades sociais, o papel importante de ação em favor a Reforma Agrária. Utilizavam a imprensa e os encontros religiosos para esclarecer a comunidade à necessidade da Reforma Agrária. Pelo editorial publicado no jornal da época, evidenciava a situação que se encontrava a região.

A Reforma Agrária será a única saída para esta triste situação. As recentes ocupações de terras em Mangueirinha e Anoni, apenas para situar dois pontos deste Paraná, nos dizem bem alto da triste situação em que estas famílias vivem. Só através de pressão e de união o povo conseguirá alguma coisa. De cima não virá nenhuma solução se não for solicitada por aqueles que estão em baixo da pirâmide social (FOLHA DO SUDOESTE, 1984).

Na época, as declarações dos religiosos representavam uma afronta aos detentores do capital e dos latifúndios. Algumas ponderações são importantes descritos na reportagem exibida pelo Jornal Folha do Sudoeste (06 de Outubro de 1984), como o aspecto do enfrentamento direto da Igreja Católica, que orientava e esclarecia a comunidade da situação dos sem-terra. Depoimento de Dom Orlando Dotti, bispo de Vacaria, ilustra a realidade da concentração da terra e da falta de perspectivas para os sem-terra, perante a política do governo federal,

os sem-terra são, sobretudo fruto do capitalismo selvagem que se instalou neste país. Sem condições de adquirir máquinas para as lavouras, o pequeno agricultor não consegue colheitas de alta produtividade para concorrer com o grande capital. Isso é sistemático, não é o acaso, é a lógica do capital e que acaba expulsando o homem do campo ou o transforma em trabalhador sem-terra. Para amenizar a situação o governo oferece projetos de colonização no Norte que não solucionam o problema, pois os sem-terra aumentam sempre. Só através da organização dos sem-terra e de uma Reforma Agrária justa teremos solução deste problema (Depoimento de DOM ORLANDO DOTTI, FOLHA DO SUDOESTE, 1984).

Na época a imprensa tinha um papel importante no processo de divulgação dos acontecimentos que envolviam assuntos de Reforma Agrária e organização dos trabalhadores sem-terra. Parte da imprensa trabalha de acordo com os interesses dos grupos econômicos contrários na realização da reforma agrária, visto que a mesma afetava os próprios interesses. A maneira como os grandes meios de comunicação resgatavam os assuntos dos sem-terra, contribuiu para a criminalização em rede nacional, considerando as ações coletivas dos sem-terra como baderneiros, bandidos, invasores e vagabundos, o que valorizavam o isolamento, a individualização e contribuíam para apagar a memória das experiências de luta e desconfigurar a consciência dos direitos (SCHREINER, 2002).

A história dos trabalhadores sem-terra vivenciado no Sudoeste do Paraná, foi um marco importante, que nos revela a difícil conquista por uma área de terra para poder constituir a alicerçar a vida familiar. Foram vivenciados momentos heroicos de bravura, persistência e esperança por milhares de trabalhadores e familiares espalhados pela região.

1.4 DIFERENTES ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTO EM MARMELEIRO

As lutas dos camponeses foram responsáveis pelo surgimento dos vários assentamentos de Reforma Agrária no município de Marmeleiro⁶. A criação dos assentamentos em Marmeleiro iniciou-se a partir de 1983, através da ocupação da Fazenda Anoni por 660 famílias. No ano de 1985, formou-se no Km 15 um grande acampamento de 480 famílias. A partir desses dois fatos ocorridos, o município passou a vivenciar grandes movimentos de trabalhadores sem terras.

Em 20 anos, o município passou por transformações importantes do seu espaço rural com o surgimento de diferentes formas de ocupação por processos de Reforma Agrária.

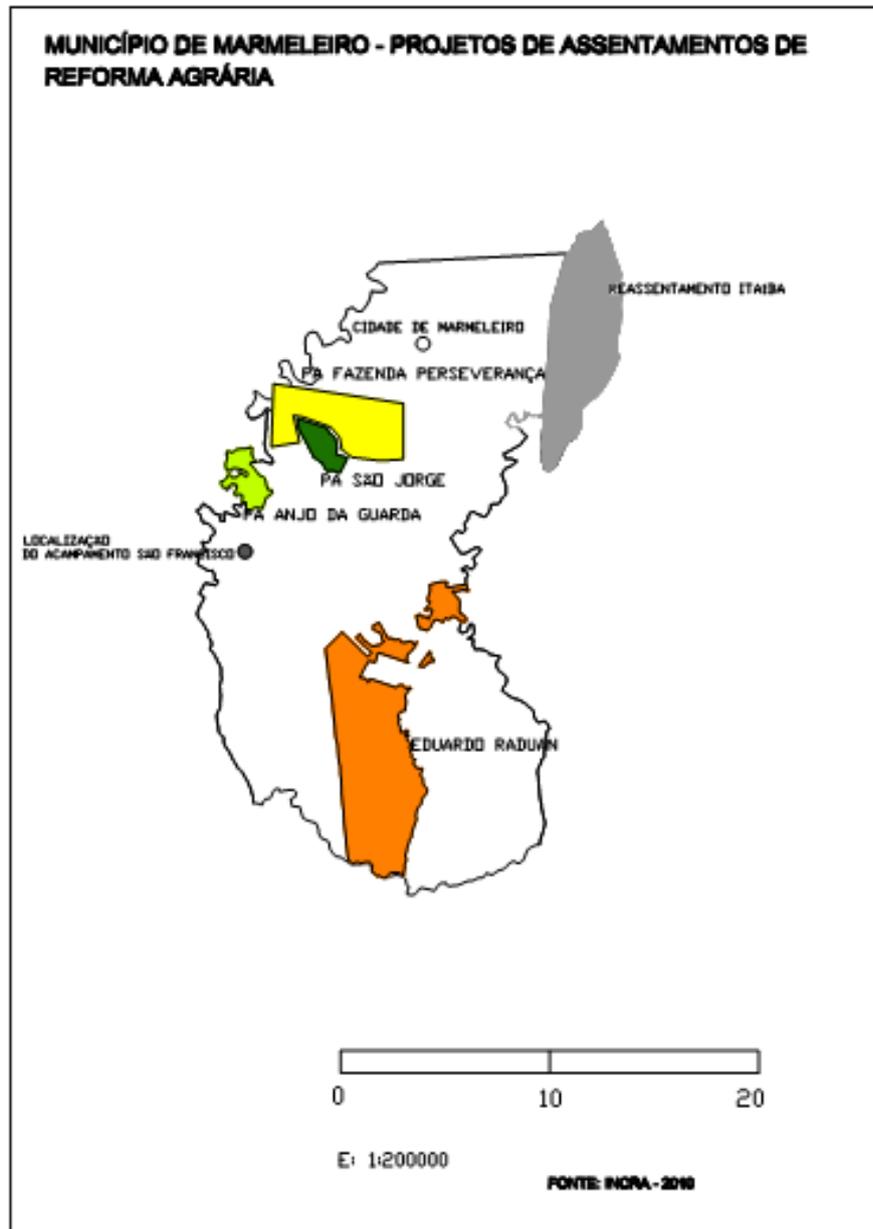
Cerca de 20% do território de Marmeleiro está ocupado por atividades de Reforma Agrária. Antes dessa ocupação pela Reforma Agrária, as áreas eram constituídas de grandes latifúndios de vegetação nativa com atividades de exploração da madeira.

Historicamente, a ocupação inicial do município ocorreu com o processo de colonização iniciado no século XVIII, com a expansão do tropeirismo que se desenvolveu no Estado. A região dos Campos Limpos de Palmas era caminho das boiadas que eram transportadas do Rio Grande do Sul para São Paulo. Muitas das famílias dos tropeiros se estabeleciam na região, organizadas em povoados, o que contribuiu para que algumas famílias destinasse para a região próximo a Marmeleiro se fixando para iniciar atividades de extração e produção.

A colonização continuou e a partir do início do século XX, algumas famílias de colonos do norte do Estado do Paraná e da região do Contestado fixaram na região. Na década de 1930, segundo Krüger (2004, p.186), “o processo de colonização da região começou a receber colonos descendentes de imigrantes europeus provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”, que chegaram à região, conquistaram áreas de terras e introduziram costumes, tradições, modo de vida, fixação de residência e desenvolveram atividades agrícolas e criações para a subsistência. Houve o aumento populacional e a formação de núcleos urbanos, bem como “escolas, estabelecimentos comerciais, igrejas, enfim serviços necessários à população” (KRÜGER, 2004, p. 216).

⁶ Nesta parte da pesquisa sobre os diferentes assentamentos criados no Município de Marmeleiro nos deteremos em descrever sobre o reassentamento Itaiba, Assentamento Eduardo Raduam, São Jorge e Anjo da Guarda e o acampamento São Francisco. A descrição sobre as formas de assentamentos de reforma agrária em Marmeleiro é situar a importância dos mesmos no desenvolvimento do município e como o trabalho desenvolvido pela Fundação Terra contribuiu para o crescimento econômico e social dos assentados beneficiados.

Dentre as formas de ocupação de espaço por processos de Reforma Agrária destaca-se: Assentamentos Perseverança, São Jorge, Anjo da Guarda e Eduardo Raduan, Reassentamento Itaíba e Acampamento São Francisco, indicados no Mapa 2:



Mapa 2 - Assentamento, Reassentamento e Acampamento do Município de Marmeleiro

Fonte: INCRA – PR, organizado pelo autor (2010)

Com predominância da floresta de araucária e da madeira nobre, instalou-se nos anos de 1940, serrarias de extração e beneficiamento da madeira. Segundo Krüger (2004), as madeiras foram responsáveis pela grande mudança paisagística da região Sudoeste do Paraná. Uma das justificativas da intensa derrubada das matas, descrita por Krüger (2004, p. 200), foi à insegurança fundiária criada na região,

causada por conflitos de terras entre o Estado, a União e as companhias colonizadoras e imobiliárias, com os posseiros de terras que aguardavam a legalização de terras pela Colônia Agrícola General Osório (CANGO) responsável a partir das décadas de 1940 e 1950, pelo processo de regularização fundiária dos colonos posseiros.

Com a retirada das florestas ocorreu plantio de feijão, trigo, mandioca, arroz, frutíferas e hortaliças, e as criações de galináceos, suínos e bovinos de leite, produtos estes que eram à base da subsistência das famílias. A criação de bovinos de corte e muares era usada como força motriz na agricultura. Com o passar dos anos, abriu caminho para agricultura intensiva, com o uso da mecanização.

Neste contexto de transformação do meio rural, nas décadas de 1970 e 1980, Marmeleiro se constitui num município predominantemente formado por pequenas propriedades rurais e a existência de grandes propriedades rurais privadas de florestas que estavam sendo exploradas pelas madeireiras da região.

Um dos aspectos históricos importantes na ocupação territorial do município que causou mudanças estruturais foi à modernização da agricultura, que atingiu Marmeleiro a partir de 1980. A modernização influenciou diretamente na estrutura econômica e social da pequena propriedade, quando algumas foram incorporadas as médias e grandes propriedades.

Este processo de modernização tornou muitas famílias arrendatárias e meeiras e expulsou outras para os centros urbanos. Mesmo com essa interferência da modernização sobre o município de Marmeleiro, parte das pequenas propriedades rurais sobreviveu ao modelo econômico imposto, se integrando ou resistindo à modernização. Dados do censo agropecuário (IBGE, 2010), o município é constituído de 95% de pequenas propriedades rurais.

Porém, nos anos de 1970 a população que era predominantemente rural se deslocou para os centros urbanos, demonstrada na Tabela 3, que aponta como se deu a evolução da população rural e urbana do município.

Tabela 3 - Evolução da população do Município de Marmeleiro entre 1970 a 2007

Anos de referência	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total da Pop.	% da pop. Urbana	% da pop. Rural
1970	1.991	10.660	12.651	15,73%	84,27%
1980	3.265	11.113	14.378	22,71%	77,29%
1996	6.547	7.557	14.104	46,42%	53,58%
2000	7.168	6.497	13.665	52,45%	47,55%
2007	7.741	5.415	13.156	58,84%	41,16%

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários. Tabela organizada pelo autor (2010)

Analisando dados da Tabela 3, verifica-se que entre os anos de 1970 a 1996, o crescimento populacional do município se manteve de forma crescente. A partir de 1996, o município passou a diminuir a sua população rural com mobilidade para a cidade e outras regiões. A partir do ano 2000 a maior predominância da população do passou a ser urbana.

A Tabela 3 revela ainda que entre os anos de 1970 a 2007, a população urbana apresentou um crescimento de 1.991 para 7.741 habitantes, enquanto que a população rural, com o passar das décadas passou por um processo de perda, chegando ao ano de 2007 com aproximadamente 45% de redução (período de 1970 a 2007), mesmo recebendo a injeção de população gerada pelos assentamentos da Reforma Agrária nas décadas de 1980 e 1990. A perda da população do meio rural do município de Marmeleiro apontado pelo censo de 2007 (IBGE, 2007), não foi tão intensa, quando comparada com outros municípios do Estado.

Com a predominância de pequenas propriedades rurais, e a manutenção das mesmas na estrutura agrária no Município, a relação de perda da população, está na saída dos filhos para outros centros, na busca de mercado de trabalho, continuidade de ensino, casamentos e a não possibilidade de subdivisão da propriedade rural.

Mesmo com a perda da população rural, o município situa-se atualmente com 36,48% da população vivendo no meio rural. Comparando essa à realidade com a do Paraná, o Estado tem uma à população rural constituída de apenas 17,21%. Outros fatores são considerados quanto a redução da população do meio rural, como a redução do crescimento vegetativo e a saída dos filhos para estudar ou buscar outras oportunidades de trabalho.

A ocupação de áreas por assentamentos, reassentamento e acampamento no município de Marmeleiro é caracterizada por lotes constituídos entre 09 a 20 ha. Nas áreas ocupadas por processos de reformas agrária no município, existiam 06 grandes fazendas, que totalizavam 7.104 ha. Nessas áreas eram habitadas apenas por algumas famílias de peões, lenheiros e arrendatários. A partir dos processos de Reforma Agrária e ocupações, as fazendas foram divididas em 589 lotes e habitam atualmente em média 2.300 pessoas e se tornaram as áreas produtoras de alimentos.

Com tamanhos de lotes de até 20 ha, verificou-se que não possibilita para que mais de um filho possa continuar com os pais. Há uma saída dos filhos para buscar diferentes alternativas, sejam elas no próprio meio rural, no meio urbano. A redução tornou-se eminente na medida em que os filhos tornaram-se adultos. Há um percentual de assentados em que só vivem no lote os pais.

Para demonstrar a importância dos assentamentos do município na sua geração de novos lotes rurais e consequentes postos de trabalho no meio rural, representamos os dados na Tabela 4:

Tabela 4 - Número de lotes de assentamentos, reassentamento e ocupações no Município de Marmeleiro

Período	Processos de ocupação	de Nome	Área total/ha	Nº de lotes	Tamanho médio das áreas
1987	Assentamento	Perseverança	795,0	34	16 ha
1997	Assentamento	São Jorge	300,0	18	13 ha
1996	Acampamento	São Francisco	900,0	60	14 ha
1997	Assentamento	Anjo da Guarda	358,52	19	15 ha
1997	Reassentamento	Itaiba	804,61	32	20 ha
1983	Assentamento	Eduardo Raduan	3.946,0	436	09 ha
Área total			7104,13	589	14,5 (média)

Fonte: INCRA, 2009. Tabela organizada pelo autor (2010)

Baseado nos dados apresentados pelo IBGE (2009) e IPARDES (2009) os assentamentos, reassentamento e acampamento representam uma ocupação de 71.041 Km², ou seja, uma área de 7.104 ha equivalendo a 18,36% da área do território do município. Quanto à representatividade em propriedades agrícolas, os lotes dos assentados, reassentados e acampados representam em média 28% total das propriedades rurais do município.

A implantação de assentamentos rurais promoveu, de um modo geral, impactos sócio territoriais⁷ importantes, partindo do princípio de que um assentamento rural produz um aumento considerável de população em termos absolutos, exigindo por parte do poder público, políticas de atendimento através de serviços públicos de assistência a saúde, transportes, educação e assistência técnica. A implantação dos assentamentos gerou uma nova demanda produtiva, que além do aumento geral da população, as atividades econômicas foram ampliadas. Para Fernandes e Leal (2002, p. 07) “os assentamentos geram novos postos de trabalho no meio rural, como trabalho para os membros das famílias, bem como, cria outros postos de trabalho de maneira indireta, durante o processo de consolidação”.

Os assentamentos são geradores de impactos sócio-territoriais o que segundo Fernandes e Leal (2002, p. 07), podem ser observados a partir das seguintes mudanças na estrutura fundiária: “as diferencialidades territoriais positivas e negativas” (aumento ou

⁷ O conceito de impacto sócioterritorial gerado a partir da viabilização de assentamento no processo de reestruturação e ressocialização sociopolítica e econômica, é estudado por Fernandes e Leal que apresentam elementos fundamentais para identificar um conjunto de impactos. Para os autores, as ocupações de terra são os principais elementos geradores desses impactos, vistas pelos latifundiários como causadoras de problemas de ordem econômica para a região onde se desenvolve a luta pela terra e por conseguinte a implantação da política de assentamento pelo governo. Por não ser uma medida da ordem do capital, o governo procura criminalizá-la, como forma de controle sobre a questão agrária. Há impactos também nas potencialidades políticas, econômicas e sociais, geradas com a construção de projetos públicos, neste caso: os assentamentos rurais que provocam a ressocialização das famílias através do acesso a educação, da produção agropecuária, da transformação de áreas de pastagens em áreas cultiváveis, em áreas de preservação ambiental, etc. (FERNANDES; LEAL, 2002).

diminuição relativa dos números dos imóveis ou de áreas, no caso de Marmeleiro é considerado positivo); “um diferencial de territorialização” (aumento da área por estrato, que no Município de Marmeleiro houve um aumento lotes rurais ocupados por camponeses provindos da região, o que é positivo para nos aspectos de adaptação, além da geração de renda familiar, movimentando o comércio que se adapta a essa realidade dos assentados).

As atividades de reforma agrária no município geram um reordenamento espacial no campo. Este foi o caso do município de Marmeleiro, que a partir da criação dos assentamentos foram formadas 10 sedes comunitárias no assentamento Eduardo Raduam, 01 sede comunitária criada em cada assentamento Perseverança, São Jorge e Anjo da Guarda e 01 sede comunitária no Reassentamento Itaíba.

A criação de novas comunidades significa que existem relações de religiosidades, encontros comunitários, festas comunitárias, cursos preparatórios e a viabilização de escola de nível Médio⁸ (Colégio Estadual Bom Jesus), o qual todos esses aspectos, contribuem com os assentados e familiares a vivência comunitária.

Politicamente, os assentamentos de Marmeleiro, contribuem diretamente a necessidade de investimentos por parte do poder público em dar condições de estradas para o escoamento da produção e deslocamento das pessoas. São movimentados recursos financeiros junto aos bancos de crédito direcionados no desenvolvimento dos meios produtivos. Os recursos financeiros que os assentados utilizam movimentam o comércio local, com o fornecimento de insumos agrícolas e sementes e produtos veterinários, além de gêneros alimentícios para a própria família.

Atualmente cerca de 90% das propriedades rurais do município dedicam-se às atividades de produção de leite *in natura*, com a predominância na utilização de mão de obra familiar. Dados da EMATER (Unidade de Marmeleiro, 2010), o município produz em média 18,1 milhões de litros de leite por ano e tem um plantel de 6.600 matrizes bovinas em lactação, distribuídas nas grandes, médias e pequenas propriedades rurais, o que equivale em média por propriedade em torno de 06 matrizes em lactação, com uma produtividade média de 10 litros/dia por matriz.

Segundo presidente do STR de Marmeleiro (2010), aproximadamente 95% das famílias assentadas e reassentadas, produzem leite para a subsistência e dessas 55% de forma

⁸ A partir da criação a ocupação da Fazenda Anoni (1983) e posteriormente transformado em Assentamento Eduardo Raduam (1998), foi construído o Colégio Estadual Bom Jesus (20 Km da cidade de Marmeleiro), na Rodovia PR 180, que liga Marmeleiro a Campo Erê (SC). O Colégio tem sua proposta de ensino idêntica aos colégios estaduais do estado, não direcionando uma proposta específica aos filhos de assentados do Eduardo Raduam.

comercial numa média de 40 litros/dia por família, o que equivale uma produção de 12.000 litros/dia e uma média de 3,6 milhões de litros/ano, representando uma produção de 20% do município.

A produção de leite nos lotes de assentamentos de Reforma Agrária é considerada ainda pequena, isto porque, segundo o Presidente do STRs (2010), as iniciativas da produção comercial são mais recentes com o recebimento de apoio através dos financiamentos do Pronaf. Acrescenta ainda, que há uma tendência de aumento do número de famílias assentadas que irá ingressar na produção de leite, bem como, o aumento da produção e produtividade, graças ao maior envolvimento e interesse dos assentados e apoio direto, que vem estimulando a atividade.

O leite passa a ser a atividade de maior relevância para esses três assentamentos, cerca de 80% dos assentados do Eduardo Raduan desenvolvem a atividade, 60% dos assentados São Jorge e 30% dos assentados do Anjo da Guarda tem o leite como principal produtora de renda (EMATER, 2010).

A expansão na produção de leite tende a aumentar nos assentamentos. No Assentamento São Jorge, há um exemplo de organização dos assentados a partir da criação de uma associação de produtores sem registro⁹ e firmaram acordo de lealdade de entrega de quantidade diária ao laticínio, enquanto que o laticínio valoriza a atividade através de garantia de melhor preço do litro pago.

O incremento na atividade produtiva de leite nos assentamentos iniciou nos últimos dez anos com as iniciativas do PRONAF, de investimento na infraestrutura e preço compensatório do litro de leite pago pelos laticínios espalhados na região. No Assentamento Raduan, São Jorge e Anjo da Guarda, a produção de leite começou a ser intensificada nos últimos 02 anos, com o apoio da assistência técnica do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) desenvolvido pela Fundação Terra. A política de crédito e de assistência técnica está fazendo a diferença na melhoria das condições de vida dos assentados que passaram a investir na atividade leiteira como alternativa de renda.

O panorama econômico e social apresentado pelos assentamentos, acampamento e reassentamento no município de Marmeleiro, possibilita a inserção direta de produtos agrícolas e pecuários ao comércio local e regional e realizam uma nova forma de relações

⁹ Existem na região uma série de laticínios que absorvem a produção de leite dos agricultores e assentados. Tomamos como exemplo o Laticínio da Claf, Lider, Latco, Cedrense, entre outros. A preferência por um ou outro laticínio, está naquele que ofertar melhor preço por litro pago. A organização dos assentados de São Jorge surgiu na perspectiva dessa condição, não levando em consideração aspectos do Cooperativismo voltado a Agricultura Familiar.

sociais dos assentados com os agricultores familiares e população urbana no sentido de verificar a importância de cada um no processo de crescimento do município.

O Assentamento Eduardo Raduam após 27 anos (incluindo os 15 anos de acampamento Anoni) teve sua paisagem (Figura 6), transformada pelas atividades agropecuárias. Existem apenas algumas manchas de floresta remanescente natural, uma vez que no período da exploração vegetal, foi retirado os melhores exemplares arbóreos pelas serrarias e quando da ocupação pelos sem-terra, a mesma foi derrubada.



Figura 6 - Perfil da área do Assentamento Eduardo Raduam

Fonte: autor (2010)

Já, os assentamentos Anjo da Guarda, Perseverança, São Jorge, os processos de criação deu-se mais rápido e neles foram criadas áreas de Reserva Legal conforme o que a lei ambiental exigia.

A partir da criação dos assentamentos, os mesmos tiveram apoio às construções de residências através do acesso ao programa crédito instalação do INCRA: Alimentação, no valor de R\$ 400,00, Fomento, no valor de R\$ 740,00 (insumos, sementes, pequenos animais, ferramentas); e Habitação, no valor de R\$ 2.000,00. Tiveram acesso do Crédito para produção: PROCERA: no valor máximo de R\$ 7.500,00.

No ano de 2003, as famílias receberam do INCRA um adicional a fundo perdido no valor de até R\$ 7.500,00, voltado à habitação, quando grande número de assentados realizou a

reforma das suas residências. A Figura 7 evidencia uma residência do assentamento Anjo da Guarda:



Figura 7 - Residência no Assentamento Anjo da Guarda

Fonte: autor (2010)

Uma das atividades introduzidas nos assentamentos de Marmeleiro foi à produção de fumo. Iniciada nos anos de 1998, a atividade foi expandida com incentivo das empresas integradoras, que através de contratos, garantiam a compra da produção.

Grande parte dos assentados aderiu à atividade de produção de fumo através da parceria com a empresa Souza Cruz. Realizaram financiamentos nas construções de galpões. Depoimentos dos assentados colocam nos primeiros anos da atividade havia boa “lucratividade” e com o passar dos anos, os lucros foram diminuindo, sendo esta atividade substituída pela atividade de leite. Os assentados apontaram que a substituição da atividade, também foi motivada pela intoxicação por agrotóxicos, quando muitas aplicações eram realizadas durante uma safra, conjugados também com o difícil manuseio da cultura e conseqüente, pequenos retornos financeiro, praticado pelo baixo preço da arroba.

A atividade do plantio de fumo é muito difundida no reassentamento Itaíba¹⁰, que tem o fumo como atividade de produção de renda. A partir dos últimos cinco anos, 95% das propriedades do reassentamento Itaíba, aderiram às atividades de produção fumo, contrato firmado com a Souza Cruz e incentivado pelo poder Público Municipal. A Souza Cruz garante a compra do produto, através de contrato, seguro contra perdas e garantias de preços. A Figura 8 ilustra trabalhadores do Itaíba plantando fumo:



Figura 8 - Plantio de Fumo, alternativa de renda dos reassentados do Itaíba

Fonte: autor (2010)

Além da assistência técnica do poder público e empresas privadas, o acesso da maioria das famílias do reassentamento Itaíba aos financiamentos agrícolas, contribui diretamente no rápido crescimento econômico. A maioria das famílias tem acessado financiamentos do PRONAF, voltados a áreas de investimentos no leite e nas frutíferas (Figura 9), custeio de lavouras de fumo e grãos.

Visto pela ótica econômica, o fumo representa para os reassentados, aumento de renda familiar, porém com grau de dependência junto à empresa integradora. Nos aspectos ambientais e qualidade de vida, a cultura de fumo, exige dos reassentados grandes

¹⁰ O reassentamento Itaíba foi constituído pela Eletrosul, em 21/11/1990, com 32 famílias numa área de 840,61 ha. Informações da ASSESOAR (2010) indicam que a área pertencia a uma proprietária particular, que colocou a venda para processo de desapropriação para fins de reforma agrária. As famílias são originárias dos municípios de Itá SC e Aratiba RS, atingidas pela barragem do Rio Uruguai para a construção da Usina de Itá. As propriedades variam de tamanho, conforme o número de filhos. A variação fica entre 12 ha a 28 ha. Apenas 13% (04 famílias reassentadas) venderam sua área para outras famílias. O número de famílias aumentou no assentamento. Atualmente são constituídas de 40 famílias, com várias propriedades rurais que possui duas residências, uma dos filhos que constituíram novas famílias (LEVANTAMENTO REALIZADO NO REASSENTAMENTO, 2010).

investimentos financeiros no preparo do solo, plantio, mão de obra familiar e contratada e aplicação de varias vezes de produtos tóxicos, altamente nocivos a saúde humana e ao meio ambiente.



Figura 9 - Cultivo de frutífera no Reassentamento Itaiba

Fonte: autor (2010)

Dois fatores fundamentais têm proporcionado o crescimento social e econômico do reassentamento Itaiba: crédito agrícola e apoio inicial da assistência técnica na produção.

A assistência técnica passou a ser o diferencial no reassentamento Itaiba, desenvolvida pela EMATER e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). O CAPA realiza assistência técnica na produção de frutíferas adotando métodos agroecológicos. O apoio da assistência técnica tem auxiliado aos reassentados buscar crédito agrícola, com apoio da CRESOL.

Nos assentamentos que foram constituídos associações de pequenos produtores, tendem a apresentar processos evolutivos mais rápidos. Foram dois assentamentos que atualmente tem constituído a Associação de Pequenos produtores: o Assentamento São Jorge e Anjo da Guarda.

No ano de 2005, os assentados constituíram a organização social denominada de Associação de Pequenos Produtores de São Jorge com a finalidade para organização social e

produtiva que busca junto ao poder público, benefícios para os assentados, como equipamentos agrícolas e pecuários, estruturas físicas para a sede comunitária do assentamento. Constituída de 22 sócios, congrega a maioria dos assentados e alguns moradores do Acampamento São Francisco e comunidades vizinhas. É uma entidade sem fins lucrativos, constituída de CNPJ, e regida por um regimento tornando evidentes os objetivos comuns aos assentados. Com a associação, os assentados obtiveram através da via verba parlamentar, um kit maquinário constituído de trator e implementos agrícolas que é utilizado de forma coletiva. No Assentamento Anjo da Guarda, a Associação é mais recente e foi criada a partir dos encontros comunitários realizados pela Extensionista da Fundação Terra.

Além dos assentamentos e reassentamento, o Município de Marmeleiro conta também a 13 anos com uma área denominada de Acampamento São Francisco, não regularizada por processos de Reforma Agrária, constituída por 60 famílias que aguardam uma decisão final. O acampamento São Francisco localizado entre os assentamentos de São Jorge e Anjo da Guarda, foi uma das últimas áreas exploradas pela Empresa Úrio e foi ocupada por trabalhadores rurais sem-terra no ano de 1996. A Figura 10 nos fornece um conceito das características de residência do acampamento São Francisco:



Figura 10 - Característica de residência no Acampamento São Francisco - Marmeleiro

Fonte: autor (2010)

O acampamento de São Francisco é Constituído de 900 ha, as 60 famílias acampadas iniciaram o processo de derrubada da vegetação que restava e subdividiram aleatoriamente a área em lotes. A maioria das famílias acampadas é originária do Município de Marmeleiro. Atualmente as famílias cultivam a terra, aguardando processo de desapropriação pelo INCRA.

Nos treze anos de existência do acampamento, as famílias conseguiram se organizar e produzir para sua manutenção, comercializando os excedentes. Algumas famílias que residem próximas ao Assentamento Anjo da Guarda (a Oeste) e Assentamento São Jorge (a Leste) têm acesso à energia elétrica, por cessão dos moradores¹¹.

Dentre as atividades produtivas que os acampados vêm produzindo na área, destaca-se a produção de leite, que é comercializado nos laticínios da região. Muitos dos acampados conseguem via Cresol e STR, financiamento do PRONAF. A maioria das famílias recebe auxílio do Programa Bolsa Família como forma de aumentar a renda familiar. Recebem uma cesta básica mensal da Prefeitura Municipal.

Com a falta de condições de aquisição de máquinas e equipamentos, os acampados desenvolvem agricultura a base de tração animal em pequenas produções para a manutenção de suínos, bovinos e aves, além de produzir para subsistência, como mandioca, batata doce, amendoim, feijão, arroz e hortaliças em geral. Nas áreas mais planas mecanizáveis, a maioria dos acampados arrenda as áreas para agricultores familiares da região que produz trigo e soja, com pagamento de renda em média entre 15% a 20% da produção.

O processo de transformação da área em assentamento continua em trâmite junto ao INCRA, o que é esperado pelos acampados, para terem acesso aos benefícios das políticas públicas de Reforma Agrária, como os assentados de Eduardo Raduan, São Jorge e Anjo da Guarda. Dentre os programas atuais que vem beneficiando os assentados dos assentamentos Raduan, São Jorge e Anjo da Guarda é o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)¹², programa do governo federal, desenvolvido através de Extensionista da Fundação Terra Linei Gehn, que é responsável pela assistência técnica, social e ambiental. O programa está direcionado aos assentados nos processos de organização da produção e do associativismo. O Assentamento Perseverança, já considerado emancipado pelo INCRA, não é atendido pelo programa da Fundação Terra.

¹¹ Em Dezembro de 2010, por determinação judicial, Promotor da Comarca de Francisco Beltrão, foi decretado a instalação de energia elétrica para todas as famílias acampadas. A Copel já realizou mapeamento e demarcação para a instalação dos postes.

¹² O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) foi criado em 2003 com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA. A ATES é executada em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária. Por seus princípios, objetivos e metodologia, o Programa de ATES é caracterizado atualmente como uma política pública de fundamental importância para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, colaborando com a transformação da realidade das famílias assentadas e fortalecendo o elo entre os assentados e o meio onde estão inseridos (Fonte: www.incra.gov.br, acessado em março de 2011).

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural - Fundação Terra - foi criada em 19 de dezembro de 2002. Em 24 de março de 2003, obteve a sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/99, junto ao Ministério da Justiça. A fundação tem como objetivo de contribuir para o desenvolvimento rural através da promoção e apoio a execução de projetos e serviços de assistência técnica e extensão rural nas áreas da agropecuária, da pesca e da aquicultura. Conta com uma profissional técnica que desenvolve ações diretamente nos assentamentos de Marmeleiro, através de convênio com a Emater e com o INCRA, a qual em parceria tem apoiado ações nos assentamentos.

O programa da ATES, desenvolvido pela Fundação Terra, contribui com a organização num todo do lote rural. Assim o assentado tem a condição de entender as possibilidades de organização e investimento que poderá realizar no interior do lote. Segundo a extensionista Linei o trabalho com assentados consiste,

na assistência técnica direta é orientado sobre plantio, adubação, colheita, controle fitossanitário, produção, diversificação, planejamento, etc; na qualificação do agricultor é desenvolvido cursos, seminários, palestras, reuniões técnicas, unidades demonstrativas, oficinas, excursões, visitas do técnico no lote, etc; são desenvolvido ainda as ações de inserção das famílias nos programas de políticas públicas municipais de apoio a atividade agrícola; acesso a crédito com elaboração de projetos de investimentos; promoção da melhoria da qualidade de vida através de orientações na área de higiene, saúde, alimentação inclusive com cursos e oficinas para o melhor aproveitamento dos alimentos, incentivo a produção de subsistência, aumento da produtividade e da renda familiar (LINEI, EXTENSIONISTA DA FUNDAÇÃO TERRA, 2010).

Partindo do princípio de que a orientação deve ser geral no lote rural, que atinja o social, econômico e qualidade de vida, o trabalho da Fundação vem ao encontro com as necessidades básicas dos assentados. A orientação técnica, a qualificação e auxílio nos melhores investimentos, contribuem diretamente no avanço da produção e renda do assentado.

Depoimentos de assentados do Assentamento São Jorge, mostram a importância do trabalho da Fundação Terra: “muitas famílias tem aderido à produção de leite graças aos cursos e orientação da Linei”. “Já fizemos vários cursos bons sobre pastagens, ordenha, raças”. “O pessoal do assentamento ficou mais animado e foi até montado uma associação para vender o leite e ganhar mais por litro vendido”. O vislumbamento de novas possibilidades a partir do apoio técnico, novas metodologias e novas tecnologias introduzidas aos processos produtivos, marca a importância do papel do profissional técnico que discute os

problemas e apontam alternativas, aproveitando os recursos financeiros que os programas governamentais colocam a disposição

Com o trabalho de dois anos e nove meses (2010) da Fundação nos assentamentos, os resultados mais concretos estão na “melhoria da autoestima e da qualidade de vida dos produtores assentados, estimulados nos processos de organização, trabalho coletivo e a busca de alternativas” (LINEI, EXTENSIONISTA DA FUNDAÇÃO TERRA, 2010).

Para a Extensionista Linei, os assentados encontravam-se em situação de baixa perspectiva e estímulos de continuidade no assentamento,

os mesmos estavam sem esperança, sem perspectivas para o futuro e com a chegada dos técnicos dentro dos assentamentos, hoje tem objetivos definidos de desenvolvimento, de melhoria na produção. Sabem que se tiverem vontade e disposição para o trabalho eles vão melhorar a qualidade de vida e de renda. Temos famílias que estavam querendo vender os lotes e se mudar para a cidade e com o apoio técnico recebido, decidiram ficar e investir na atividade (ENTREVISTA LINEI, 2010).

O trabalho de assistência técnica, qualificação e apoio a busca do crédito, abre mais possibilidades nas condições de melhorias na qualidade de vida. A criação de associações de produtores nos assentamentos de São Jorge e Anjo da Guarda, a partir do acompanhamento e assessoria da extensionista da Fundação Terra, têm gerado expectativas junto aos assentados. No Assentamento São Jorge, a associação existe a 02 anos e tem proporcionado o uso coletivo de implementos agrícolas, além de uma série de novos projetos que estão sendo apresentados, com objetivos voltados aos assentados.

Depoimentos revelam a importância da associação para os assentados a partir das vantagens: “a associação funciona bem, os assentados participam das assembléias e a Linei tem nos ajudado a criar novos projetos” (ASSENTADO DO SÃO JORGE, 2010). “Tem alguns projetos da associação para o assentamento, como um poço artesiano, trator e pavilhão da igreja” (ASSENTADA DO ANJO DA GUARDA, 2010). Porém, existem algumas dificuldades de desenvolvimento do trabalho da extensionista junto aos assentados, uma vez que,

a maioria das famílias estão com problemas de dívidas nos bancos, e não conseguem financiar novos investimentos. Isto está ocorrendo porque no início do assentamento receberam recursos financeiros para investimento e não quitaram as dívidas. Hoje estas famílias estão descapitalizadas dificultando muito o nosso trabalho (LINEI, EXTENSIONISTA DA FUNDAÇÃO TERRA, 2010).

O trabalho de extensão também é voltado ao auxílio das famílias para encontrar alternativas em “viabilizar junto às entidades financeiras o pagamento das dívidas para que as mesmas possam voltar a investir nos lotes” (LINEI, EXTENSIONISTA DA FUNDAÇÃO TERRA, 2010).

A escolaridade é fator fundamental de desenvolvimento de todo o processo que envolve a produção, o social e busca de alternativa. Para os assentados de maior nível de escolaridade apresenta melhores condições e possibilidades de progressão e alternativas de renda, enquanto que o menor nível de escolaridade o nível de limitação é maior.

Para a Linei a limitação de escolaridade dos três assentamentos está condicionada também ao “pouco interesse na procura dos cursos para se capacitar, mesmo havendo uma disponibilidade de alguns cursos de capacitação de forma gratuita”.

O baixo nível de escolaridade prejudica o trabalho do extensionista, dificultada pelo baixo nível de participação em cursos promovidos, pela pouca participação no acompanhamento dos técnicos nas orientações e assistência e a dificuldade que as “algumas famílias tem em trabalhar em grupo ou de forma coletiva. Além disso, algumas famílias não conseguem trabalhar em associação ou cooperativa, dificultando o crescimento econômico e social dos assentados” (LINEI, EXTENSIONISTA DA FUNDAÇÃO TERRA, 2010).

O trabalho desenvolvido pela Fundação Terra nos assentamentos de Marmeleiro sob tutela do INCRA é o típico exemplo da necessidade de investimentos em políticas públicas no setor. Isso nos mostra a necessidade de investimentos em programas direcionados aos assentados, da amplitude e da dinâmica que o trabalho precisa ser desenvolvido, que apresentam bons resultados. Não basta apenas o fornecimento de crédito disponibilizado no INCRA e pelas agências financeiras e sim, faz-se necessário uma série de ações que resgate a dignidade, a escolaridade e o associativismo, para a concretização dos processos produtivos e melhoria de renda.

Dos acampados, assentados e reassentados, verificamos que os processos produtivos geradores de renda dependem de estímulos dos programas governamentais voltados à assistência técnica e de crédito agrícola. Nos assentamentos atendidos pela Fundação Terra, a ação dos programas governamentais, apresenta um pequeno diferencial na sua organização e de crescimento econômico.

A expansão das atividades de produção está alicerçada nos investimentos do programa Pronaf destinados aos assentados. O PRONAF custeio tem financiado apoio na produção de grãos e a linha de investimento tem apoiado na organização da produção de leite

na aquisição de animais, equipamentos de ordenha, tanque de expansão e construção de estábulos, programa este mais procurado pelos assentados para o estímulo da produção.

Essa capacidade dos assentamentos em garantir condições de sobrevivência e continuidade dos assentados nos seus lotes depende de investimentos por parte do poder público, que possibilitem melhorias na qualidade de vida.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS: PROGRAMAS E PROJETOS PARA OS ASSENTADOS DO PERSEVERANÇA

2.1 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são ações e decisões tomadas pelo poder público, voltados a atender demandas que apresentam problemas sociais graves, podendo ser na área da segurança, educação, reforma agrária, esportes, saúde, entre outros. Para isso, são apresentados programas e projetos específicos para atender demandas que necessitam ser melhoradas, como o combate a pobreza, melhoria da educação, melhoria das condições de saúde, programas de habitação, ambientais ou atendimento a Reforma Agrária.

A sociedade deve ser princípio da formulação de políticas públicas. A sua elaboração parte de uma problemática existente, criada a partir da participação das organizações não-governamentais, da sociedade civil organizada, do próprio Estado e da população em geral, a qual é planejada estratégias de execução, destinação de recursos públicos e o acompanhamento das respectivas soluções e resultados.

Souza (2006) apresenta um conceito de política pública, partindo dos princípios de organização do Estado democrático, fator preponderante e fundamental para a consolidação da mesma,

a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas [...] após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos e bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006, p. 4).

Nos momentos históricos vivenciado pelo Brasil no período ditatorial e na abertura democrática, o conceito de políticas públicas era diferente. Enquanto regime ditatorial, o propósito do poder público, era se preocupar com o desenvolvimento econômico e militar, deixando em segundo plano as questões sociais, principalmente educação e saúde.

A partir do processo democrático, o país começa a pensar em políticas mais consistentes, com investimentos nas necessidades sociais mais críticas, ou seja, o Estado planejado, o Estado a serviço da sociedade. Nesse sentido, Souza (2006) diz que as políticas públicas, na sua essência, estão ligadas fortemente ao Estado e este é que determina como os recursos devem ser usados para o benefício dos mais necessitados, e de como o dinheiro sob forma de impostos deve ser acumulado e de como este deve ser investido, e no final fazer prestação de conta pública do dinheiro gasto em favor da sociedade.

Höfling (2001) também apresenta interpretação sobre políticas públicas, colocando o Estado como interlocutor direto de ações e desenvolvimento de políticas. Segundo o autor, as políticas públicas são entendidas como ‘Estado em Ação’,

[...] É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado. Quanto à implementação e manutenção, é a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais (HÖFLING, 2001, p. 32).

O Estado constituído de forma democrática volta às preocupações com políticas públicas destinando sua aparelhagem e os recursos públicos as situações sociais que exijam maior investimento em área de carência para a sociedade, seja no campo da saúde, educação, ou no combate a pobreza. São exemplos também problemas sociais como falta de moradia, saneamento básico, favelização, desemprego, falta de investimentos em educação e atendimento a saúde, dentre outros.

A compreensão de políticas públicas de Reforma Agrária pode ser entendida como um conjunto de programas e projetos desenvolvido pelo Estado, aplicados na aquisição da área, documentação, liberação do crédito instalação, programas de créditos, assistência técnica, educação, saúde, transportes, entre outros.

Nesse sentido, a definição dos programas e projetos para Reforma Agrária está relacionada principalmente às ações do Estado, ou seja, tem relação, com a “responsabilidade do Estado e Governo, enquanto mediadores de projetos e programas e aplicação de recursos públicos na área de interesses social. Esses recursos públicos, em geral com equilíbrio no orçamento entre receita e despesa” (SOUZA, 2006, p. 10).

No campo da Reforma Agrária, o Estado, nas últimas décadas, produziu uma barreira de afastamento das reivindicações, através do uso da força policial e o não investimento no

setor. As necessidades apontadas pelos movimentos sociais foram colocadas em segundo plano, mostrando, com isso, a incapacidade de gerenciamento das políticas públicas de Reforma Agrária.

Foram várias as políticas, segundo Fernandes (2003) elaboradas para atender a Reforma Agrária nas últimas décadas fundamentais para apresentar um pequeno avanço no campo social. Durante os diferentes governos e principalmente no governo Lula, que avançaram nos programas e projetos de Reforma Agrária, como a desapropriação de áreas de terras, criação de assentamentos, política de assistência técnica, política de educação para os assentados, recuperação dos assentamentos implantados, acompanhados das políticas básicas: crédito; infraestrutura; educação; capacitação técnica e comercialização. O cumprimento de alguns desses programas sempre dependeram da mobilização dos movimentos sociais, mesmo assim ficando aquém dos resultados de sucesso.

Sob o ponto de vista de Fernandes (2003), todos os governos, até então, conceberam a Reforma Agrária como política compensatória, ou seja,

de forma que a maior parte dos assentamentos foi implantada atendendo às pressões dos movimentos camponeses. Essa realidade provocou uma distribuição espacial generalizada de assentamentos rurais por todas as regiões do País, com assentamentos cercados de latifúndios por todos os lados. Esse desarranjo é uma das muitas evidências da não existência de uma política de Reforma Agrária. Pois o que determinou a implantação desses assentamentos foram lutas populares e conjunturas políticas e não um projeto estruturado pelo Estado (FERNANDES, 2003, p. 9).

Quanto às políticas públicas de Reforma Agrária, entendemos que a base das mesmas, está no conjunto de ações voltadas a atender os camponeses, neste caso, dos assentamentos. Os mecanismos de políticas públicas são os programas, projetos e investimentos do Estado nas desapropriações, indenização, colocação do trabalhador, infraestrutura, assistência técnica, educação, crédito agrícola, comercialização e projetos técnicos, enfim as condições necessárias que garantam condições mínimas que reverta em qualidade de vida dos assentados.

Este é o princípio de que as políticas devem se pautar para gerar inclusão social, importante na diminuição das disparidades de distribuição de renda existentes no país, neste contexto, os programas e políticas de crédito rural assumiram, na maioria das vezes, o caráter de políticas de inclusão,

ou de integração de grupos sociais economicamente carentes nos mercados locais e regionais e, em algumas regiões, nas teias da economia agroindustrial. No caso dos agricultores assentados, os objetivos destas políticas, quase sempre circunscritos à dimensão econômica da vida social, são principalmente referidos à idéia de promover uma rápida “emancipação” ou “consolidação” dos assentamentos rurais como unidades produtivas. Uma vez integradas aos mercados, estes assentamentos ganhariam autonomia da intervenção estatal, conferindo, desta forma, uma medida da eficiência das políticas de Reforma Agrária (BRUNO; DIAS, 2004, p. 6).

As políticas de crédito, que se refere Bruno e Dias, destinadas aos assentados na visão de promover a “emancipação” dos assentamentos rurais, não ocorreram e não ocorrem, porque essas políticas de crédito estão dissociadas de outros fatores importantes, como a assistência técnica, a capacitação, escolarização, garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas e apoio a produção e geração de renda que não seja produção de *commodities*.

A Reforma Agrária idealizada pelos governos, principalmente da década de 1990, sob a ótica de apenas repassar pequenos recursos de crédito, viabilizava o interior dos assentamentos, capazes de proporcionar autonomia financeira, tornando autônomo do sistema.

Isso não ocorreu e não ocorre, como foi observado no assentamento Perseverança, que durante os vinte e três anos de existência, os assentados conseguiram desenvolver produção somente para a sua manutenção e poucas melhorias das condições de infraestruturas. Os poucos recursos de crédito agrícola, auxílio alimentação e moradia recebida durante todo esse período contribuiu para que não houvesse o empobrecimento maior dos assentados.

2.2 OS DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA

O contexto que se coloca a políticas públicas de Reforma Agrária no âmbito da administração pública federal é o reflexo de décadas de que as mesmas se mantiveram em segundo plano, principalmente quando se trata dos poucos investimentos e poucas ações governamentais voltadas em atender as demandas de sem-terra espalhados pelo território brasileiro.

A nossa abordagem sobre Reforma Agrária, nos remeterá a dificuldade que ela se realiza no Brasil e os fatores que interferem para que ela aconteça. Abordaremos sobre as implicações que levaram a criação de assentamentos para atender a demanda de trabalhadores sem-terra existentes no Brasil durante várias décadas, nos Governos Sarney, Collor/Itamar, FHC e Lula.

Com o passar das décadas, às áreas de terras no país mantiveram-se concentradas e o Brasil manteve-se no *ranking* mundial de concentração. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, censo 2006), a concentração de terras no Brasil continua inalterada nos últimos de 20 anos. Mesmo com a forte ação dos movimentos sociais com as ocupações de terras, os percentuais de representatividade sobre esta ocupação por assentamentos não é expressiva dada à quantidade de terras nas mãos de latifundiários. A Tabela 5 possibilita um demonstrativo dessa realidade apresentada:

Tabela 5 - Demonstrativo do uso de terras no Brasil

Tamanho dos estabelecimentos	Percentual de representatividade de área ocupada
10 ha	2,7%
11 a 100 ha	21,3%
101 a 1000 ha	33,0%
Acima de 1000 ha	43,0%

Fonte: Dados do IBGE, Censo Agropecuário (2006)

Verifica-se na Tabela 5, que as unidades rurais de até 10 hectares constituem-se de um percentual de ocupação de área de apenas 2,7% e que a quantidade de propriedades ocupadas com mais de 1.000 hectares concentram em média de 43% da área total de terras, mostrando o disparato da concentração de terras na mão de poucos.

Segundo o Censo Agropecuário (2006), a agropecuária brasileira ocupa 330 milhões de hectares e cerca de 40% dessa área pertence a apenas 1% dos proprietários rurais – donos de áreas superiores a mil hectares, ou seja, 87.000 estabelecimentos. Quase metade dos proprietários (47%), cerca de 4 milhões de proprietários, possui pequenas áreas, de até 10 hectares, que, somadas, totalizam apenas 2,7% das áreas.

Assim, encontramos uma disparidade na distribuição das terras e a ocupação das mesmas pela população rural no país. As pequenas propriedades que apresentam uma pequena ocupação de área concebem uma grande absorção de trabalhadores rurais, responsável social e economicamente por uma empregabilidade significativa, bem como expressiva produção de alimentos.

Nesse sentido, os processos de assentamentos são significativos por aumentar o número de pequenas propriedades rurais, as quais garantem um nível em empregabilidade no meio rural e um aumento considerável na produção agrícola.

Esta conotação vista pelo ângulo da economia e do desenvolvimento social é um aspecto importante. A pequena propriedade rural contribui com a diminuição de desemprego e aumento do número de postos de trabalho, percepção que os movimentos sociais vêm

enfrentando por décadas da importância da Reforma Agrária no Brasil como fator de desenvolvimento social, da economia local e crescimento dos municípios.

A Reforma Agrária ocorrida foi impulsionada pelos movimentos sociais, que iniciaram a luta pela mesma a partir de meados da década de 1970 e décadas posteriores. As ocupações de terras eram eminentes e se espalhavam pelo território nacional, obrigando aos governos tomarem iniciativas de desapropriação. Houve períodos de avanços e retrocessos, a custo de milhares de trabalhadores que realizaram várias manifestações e ocupações de grandes propriedades rurais.

Para melhor ilustrar as desapropriações, ocupações e dos assentamentos no Brasil, Fernandes (2008), apresenta dados do número de assentamentos realizados, de 1985 a 2006, (Tabela 6), período dos governos da abertura democrática, ocorrida em 1984.

Tabela 6 – Demonstrativo de assentamentos e números de famílias do período entre 1985 a 2010.

Governos e períodos	Nº de Assent.	%	Nº de Famílias assentadas	% de Famílias
Sarney (1985-1989)	800	8,1	122.598	9,4
Collor/Itamar (1990-1994)	461	4,7	61.825	5,3
FHC (1995- 1998)	2.428	24,5	284.228	23,2
FHC (1999-2002)	2.672	26,9	139.585	11,6
Lula (2003 a 2006)	2.336	23,5	380.913	31,2
Lula (2006-2010)	1.220	12,3	233.780	19,3
Total do período	9.917	100%	1.222.929	100%

Fonte: DATA LUTA (2008). Tabela organizada pelo pesquisador (2010)

De acordo com os dados da Tabela 6, os períodos do governo FHC (1995 a 2002), foram criados 5.100 (51,4%) projetos de assentamentos, beneficiando 423.813 famílias assentadas, numa área de 22.000.000 de há (Tabela 7), com média de 50 há por lote.

No Governo Lula (2003 a 2010) houve a criação de 3.556 (35,8%) dos assentamentos do país beneficiando mais de 614.693 famílias, numa área de 48.367.000 de há (Tabela 7), com média de 78 há por lote. A maioria dos projetos de reforma agrária do governo Lula ocorreu no Norte, Nordeste e Centro Oeste, regiões em que o módulo de terra é maior que do Sul e Sudoeste.

O número de assentamentos criados ainda está aquém da expectativa de amenizar o problema da reforma agrária no Brasil, pela existência de 100 mil famílias sem-terra no país, que vivem em acampamentos¹³.

¹³ Adital, Notícias da América Latina e Caribe. Brasil sem miséria requer metas para reforma agrária, publicada em 30.05.11 em <http://www.adital.com.br/site/noticia>. Um trecho da notícia faz a seguinte referência sobre a situação dos sem-terra no Brasil: “Sobre a multidão de sem-terras que se espalha por acampamentos

Fernandes (2006) descreve que das 36.031 famílias assentadas em 2003, 24% foram assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 76% em lotes de assentamentos já existentes. Das 81.254 famílias assentadas em 2004, 32% foram assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 68% em lotes de assentamentos que já existiam. Das 127.000 famílias assentadas no ano de 2005, 21% foram assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 24% em lotes de assentamentos já existentes, 39% em assentamentos realizados em terras públicas e 16% em assentamentos já existentes em terras públicas. Dessa forma, segundo Fernandes (2006), os três primeiros anos do governo Lula, foram assentados em terras desapropriadas, apenas 61.070, 25% das famílias.

Nos período de governos Sarney a Lula, houve por parte dos sem-terra a ocupação de 35 milhões de ha, cerca de 70% da área total, mostrando a intensa atuação dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terras nos processos de Reforma Agrária. A Tabela 7 representa o total de área ocupada por projetos de assentamentos:

Tabela 7 – Total de área ocupada em projeto de assentamentos do período entre 1985 a 2010.

Governos e períodos	Total de área ha	% de área
Sarney (1985-1989)	8.248.899	9,9
Collor/Itamar (1990-1994)	4.485.953	5,4
FHC (1995-1998)	12.800.000	15,4
FHC (1999-2002)	9.200.000	11,1
Lula (2003-2006)	32.111.000	38,6
Lula (2007-2010)	16.256.000	19,6
Total do período	83.101.852	100%

Fonte: DATA LUTA (2008). Tabela organizada pelo pesquisador (2010)

Os números apresentados nas Tabelas 6 e 7, não atingiram as metas estipuladas nos I e II Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA)¹⁴. Da previsão de assentar 1,4 milhões de famílias no I PNRA, previstas no mandato do Presidente Sarney (1985 a 1989), foram criados apenas 800 assentamentos e assentadas 122.598 famílias, menos 10% da meta. Esta situação provocou os movimentos sociais, à intensificação das mobilizações e manifestações que foram protagonistas principais das políticas de Reforma Agrária nos governos seguintes.

No II PNRA, criado no Governo Lula no ano de 2003, a meta era assentar até o ano de 2006, cerca de 400.000 novas famílias. No entanto, foram assentadas nesse período apenas

improvisados e precários à espera de um pedaço de chão. Apenas entre as famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), são mais de 100 mil nessa situação”.

¹⁴ De acordo com I° Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, criado no ano de 1985, pelo Governo Sarney, do período de 1985 a 1989, o governo federal sinalizou para assentar 1,4 milhões de famílias Fernandes (2009, p. 80), De acordo com o II° PNRA criado no ano de 2003, a meta dos governo até o final de 2006 era assentar 400 mil novas famílias (BRASIL. II PNRA. Edição Especial do Fórum Social Mundial 2005).

192.257, ou seja, 48% do previsto. Desses assentamentos, foi decisiva a participação dos movimentos sociais.

Quando criados, os assentamentos foram alvos de poucas políticas públicas, as quais não geraram suficientemente, condições de sobrevivência, necessárias para o desenvolvimento pleno das famílias, dado o número de elevado de abandono dos assentados, como foi verificado no Perseverança em Marmeleiro, que atingiu mais de 60%.

Segundo Fernandes (2008), a partir dos Governos Collor/Itamar, FHC e Lula, os movimentos sociais liderados pelo MST, tiveram um papel fundamental no processo da realização da Reforma Agrária. As ocupações foram intensas e o número de famílias envolvidas foram maiores que no processo de assentamento, mostrando a força do MTS que foi decisivo para que houvesse o maior número possível de assentamentos, descrito por Fernandes,

o MST é responsável por 63% das famílias em ocupações no período de 2000 a 2007. Neste período, 583 mil famílias ocuparam terras no Brasil. Destas, 373 mil estavam organizadas no MST. Em 2007, em torno de 70 mil famílias ocuparam terras, sendo que 45 mil estavam organizadas pelo MST (FERNANDES, 2008, p. 81).

Foi no primeiro mandato do Governo FHC (1994 a 1998), que a luta pela terra por meio das ocupações cresceu mais intensamente. Foram assentadas nesse período cerca de 284.228 famílias. Porém, segundo Fernandes (2003, p. 70) os problemas de concentração de trabalhadores sem-terra aumentavam cada vez mais devido o seu caráter estrutural, que além “da existência de milhares de trabalhadores em acampamentos, existiam também trabalhadores espalhados pelo Brasil que ainda residiam como empregados rurais, boias-frias, peões de fazendas, e desempregados urbanos vindos do meio rural”.

A criação por parte do governo FHC da medida provisória 2183¹⁵ que impedia por dois anos a utilização de áreas ocupadas para fins de desapropriação e quem ocupasse seria excluído de futuros assentamentos, gerou uma situação desconfortável aos movimentos sociais. Com a legislação criada no governo FHC de proibir a desapropriação das terras ocupadas, “o MST passou fazer uso de uma nova tática com acampamentos à beira da estrada, ou por meio de ocupações de terras próximas às que visava para desapropriação”

¹⁵ O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (Art. 4º, § 6º MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001).

(GONÇALVES, 2005, p. 34). De uma maneira ou outra, os movimentos sociais mantiveram o avanço das ocupações, mesmo que a lei proibisse, encontrando alternativas para forçar o governo a realização da Reforma Agrária.

No governo Lula, a política de Reforma Agrária, não avançou, mesmo que houve diálogo, foi voltada não para processos de desapropriação e sim principalmente por meio da regularização fundiária de terras. Essa medida tomada pelo governo gerou uma situação desconfortável e de enfraquecimento do movimento mais combativo que segundo Fernandes (2008) gerou um problema de enfraquecimento dos acampamentos e das mobilizações dos movimentos dos trabalhadores nas ocupações de terra.

Não houve uma compreensão parte do governo Lula na realização da Reforma Agrária, conforme planejada no seu programa de governo discutido no período das eleições de 2002. O governo deu maior atenção ao agronegócio, subsidiando e financiando o seu crescimento e domínio.

Oliveira (2009) aponta que o governo Lula, não investiu na Reforma Agrária em detrimento em apoio ao agronegócio,

a política de reforma agrária do governo de Luis Inácio da Silva está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está, definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo finge que faz a reforma agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar (OLIVEIRA, 2009, p. 35).

Outro fato a considerar nos processos de Reforma Agrária, está relacionado a algumas áreas desapropriadas. Geralmente quando adquiridas pelo poder público, eram terras de pouca fertilidade, solos erosivos e baixa produtividade. Acrescenta-se a isso que os assentados recebiam poucos financiamentos insuficientes e a assistência técnica praticamente inexistente.

Os latifundiários não veem a estratégia do governo federal como ruim para a desapropriação de áreas privadas improdutivas para a Reforma Agrária, uma vez que, os mesmos comercializam com valores expressivos em relação ao preço de mercado de terras. Geralmente essas áreas improdutivas apresentam precária conservação dos solos e de má qualidade, necessitando de muitos recursos para recuperar, o que é melhor colocar a venda do que recuperar.

Grandes áreas de terras consideradas improdutivas tornavam-se alvo dos movimentos sociais que ocuparam para fins de Reforma Agrária. Para driblar o que previa a lei sobre desapropriação de áreas de terras, latifundiários mantinham atividades agrícolas ou pecuárias, geralmente arrendadas para terceiros. A partir de meados da década de 1990 e na década de 2000, entra em cena a política de governo de incentivo ao agronegócio, voltada a produção agrícola agroexportadora, estratégia essa considerada contra a Reforma Agrária, o que dificultou os movimentos sociais a encontrar áreas agrícolas improdutivas. Com grandes cifras de recursos de crédito agrícola do governo federal destinado ao agronegócio, a grande propriedade tornou-se produtiva em todo o país.

Dom Tomás Balduino da CPT, em entrevista à revista ISTO É (nº1993, ano 31 de 16/01/2008, apud OLIVEIRA, 2009, p. 37), avaliou a atuação do governo Lula quanto a Reforma Agrária da seguinte forma,

na luta contra o latifúndio, Lula não fez diferença nenhuma. É verdade que ele não reprimiu os movimentos sociais, como o Fernando Henrique, e dialogou, não fechou as portas [...] As desapropriações estão muito aquém das metas que ele mesmo traçou. Hoje, reforma agrária é um assunto que saiu de pauta, de cogitação.

Há um domínio do grande capital sobre a geração de riquezas do país, que além das terras, as empresas multinacionais detentoras de produtos voltados ao agronegócio, como maquinários, fertilizantes e insumos, lucram e ainda são responsáveis pela devastação do meio ambiente e a expulsão dos pequenos produtores pela anexação da pequena propriedade ao latifúndio, que é descrito por Laureano e Moreira,

[...] Cerca de 200 empresas controlam a maior parte da economia e 78% de todas as exportações. O agronegócio impera com monoculturas de eucalipto, soja, cana-de-açúcar. A mineração avança dizimando nascentes d'água e destruindo identidades. Estamos diante da maior devastação ambiental da história do país. O nível de envenenamento dos alimentos está muito alto devido ao uso exagerado de agrotóxicos. O território vai ficando praticamente sem gente, pois propriedades estão sendo vendidas para grandes conglomerados econômicos ou arrendadas. A colonização é antiga em outros moldes: território sem gente, território sem soberania (LAUREANO; MOREIRA, 2009, p. 27).

Além da perda do território e da soberania, trabalhadores tornaram-se peões das fazendas, arrendatários e capatazes, formas de exploração que enriquece cada vez mais o latifundiário.

O momento político e econômico é propício para o debate para criar alternativas diferenciadas para os agricultores familiares e os assentados, para não serem enfraquecidos ainda mais pela imposição do modelo capitalista.

Para Fernandes (2008) a atual conjuntura econômica e política implementada para o meio rural é inibidora dos processos de Reforma Agrária, considerando que,

grandes latifundiários encontraram no modelo do agronegócio uma forma de utilizar suas terras para a expansão da soja e da cana, arrendando ou produzindo. O latifúndio controla grande parte das terras agricultáveis e por sua própria natureza as mantém improdutivas. O agronegócio avança sobre essas terras, por meio de sua lógica de produtividade de monoculturas em grande escala. As mudanças no uso do solo de pecuária para soja ou cana, tornaram-se uma marca do processo em que improdutividade e produtividade se unem como barreiras às políticas de Reforma Agrária (FERNANDES, 2008, p. 6).

O modelo é inibidor para os processos de Reforma Agrária. As dificuldades do poder público atingir as terras do agronegócio e transformá-las em programas de Reforma Agrária esbarram na Constituição Federal, leis complementares e no próprio Congresso Nacional, que é representado pela sua maioria defensora do modelo econômico do agronegócio, contrários aos processos de Reforma Agrária vislumbrada pelos movimentos sociais. Além disso, o poder executivo encontra-se constituído de ministros não simpatizantes pela Reforma Agrária.

Os mecanismos de superação deste modelo concentrador, parte do princípio da organização dos trabalhadores e do poder público criar políticas públicas que direcionam ao apoio direto aos assentamentos. O fortalecimento das entidades envolvidas diretamente, planos nacionais de cooperativismo, créditos agrícolas coletivos, são alguns exemplos que podem auxiliar os assentados na organização coletiva, social e produtiva.

2.3 PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS A REFORMA AGRÁRIA

A história econômica do Brasil esteve alicerçada no desenvolvimento a produção agrícola e a partir das décadas de 1930, ela também se volta para uma agricultura industrial e urbana. A agricultura representa um sustentáculo de crescimento da economia, porém as desigualdades no campo continuam a existir em que milhares de trabalhadores sem-terra

buscam na sua organização numa área de terra, enquanto que os latifúndios são mantidos e muitos dos quais improdutivos.

A Reforma Agrária brasileira regida por leis em diferentes períodos da história, não resolveu os problemas agrários, daqueles que lutam pela terra e na contramão a concentração se mantém. A primeira lei a reger um programa nacional de Reforma Agrária tem como base uma legislação datada de 1964, com o Estatuto da Terra, que estabeleceu normas para a condução da mesma pelo governo federal. Essas normas foram revistas na Constituição de 1988 e pela Lei Agrária de 1993. Mesmo com leis, programas e projetos voltados a criação de assentamentos e dar condições para os mesmos, na prática tem se demonstrado com resultados insatisfatórios, que além de criar o número de assentamentos abaixo da expectativa, não tem atendido suficientemente os já existentes.

Neste sentido, como forma de entendermos os assuntos pertinentes a Reforma Agrária brasileira, realizamos um levantamento dos principais Programas, Leis e Projetos de Reforma Agrária que foram importantes para que ela se realizasse. Dentro do I PNRA (1985) foi criado o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa de Crédito Instalação, responsáveis pelas primeiras iniciativas de recursos financeiros voltados para a organização do lote, a partir do momento que a família foi assentada. No Assentamento Perseverança, os primeiros recursos recebidos pelos assentados foram do Programa de Crédito Instalação e posteriormente do PROCERA, ambos destinados aos assentados para auxiliar na aquisição de ferramentas, iniciar às primeiras atividades de produção agrícola e pecuária, o auxílio à moradia e a alimentação.

Muitos dos programas e projetos criados após a promulgação da Constituição de 1988 como o Projeto Roda Viva (1995), Projeto Lumiar (1996), PRONAF (1996), Emancipar (1997) Cédula da Terra (1997), Projeto Casulo (1997), Banco da Terra (1998), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA, 1998), e o Projeto de Combate a Pobreza (2000) foram importantes no desenvolvimento da Reforma Agrária, porém limitados, que atenderam pequenas parcelas de assentados e isolados que reivindicava a Reforma Agrária.

O projeto Lumiar e o PRONERA foram criados a partir da reivindicação dos trabalhadores assentados para atender com a assistência técnica e ensino nos assentamentos. Porém, mesmo criados para beneficiar os trabalhadores assentados, estes programas atingiram pequena parcela de assentados, sobretudo no início da sua implantação.

O projeto Lumiar foi voltado a atender às atividades de Assistência Técnica, nos assentamentos. Criado em 1997, a sua execução ficou pela iniciativa do Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA. Deixou de funcionar ao final do ano de 1999 (GUANZIROLI, et al., 2003).

A partir da década de 2000 novos programas, planos e projetos vinculados à Reforma Agrária foram criados. Dentre os principais programas, destaca-se o II PNRA, criado no ano de 2003, que além de reafirmar o que contém na Constituição de 1988 e no Estatuto da Terra, o plano pretendia dar mais agilidade nos processos de Reforma Agrária no país.

Para Oliveira, o governo de Lula previa assentar 540 mil famílias até 2007. Esta foi a meta da reforma agrária acordada em 2003, acordados no II PNRA e com os movimentos sociais e ampliada para 640 mil até 2008, ficando aquém dos resultados esperados, conforme descrito pelo autor,

o MDA/INCRA não fez 519 mil assentamentos novos até 2008, mas, sim, apenas 183 mil. Assim, o governo Luis Inácio implantou apenas 183.308 assentamentos novos, ficando a diferença (457 mil) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. Mais de 100 mil famílias que estavam acampadas em 2003 continuam acampadas em 2009 (OLIVEIRA, 2009 p. 33).

O II PNRA previa, segundo Marques (2004, p. 48), a definição de um novo modelo de assentamento, ou seja,

baseado numa maior participação popular e na articulação entre os níveis de governo - federal, estadual e municipal - e introduzir o conceito de desenvolvimento territorial, que visa reconhecer a necessidade de ajustar a realidade de cada assentamento às características da região onde se encontra.

Isto porque os assentamentos de Reforma Agrária até então concebidos apresentavam problemas de ordem estrutural, falta de assistência técnica adequada, condições de melhor vida social e serviços públicos básicos, como a educação, saúde, transportes, estradas e crédito adequado.

Marques (2004) aponta alguns aspectos que pesam direta ou indiretamente na resolução da Reforma Agrária a partir do II PNRA. O primeiro aspecto ele revela,

o crescimento da modernização da agricultura no modelo capitalista de produção, com o crescimento da produtividade e o aumento da competitividade no mercado internacional. (...) Este cenário de competição e modernização, gerou-se uma redução de empregos e uma tendência na baixa dos preços de produtos agrícolas, o que afetou diretamente a produção camponesa e a produção dos assentamentos, que produz em escala mais reduzida pelas limitações de área (MARQUES, 2004, p.48).

Nesse sentido, Marques (2004) considera que houve a dificuldade em superar o horizonte estabelecido pela ideologia neoliberal que tem penetrado o pensamento e a gestão pública e, no caso específico das ações de Reforma Agrária e das políticas dirigidas ao campo, tem resultado na adoção do conceito de “agricultura familiar”, que vê o pequeno produtor camponês como um empreendedor com apenas algumas poucas diferenças em relação ao “agricultor patronal”. O segundo aspecto descrito por Marques (2004, p.49) refere-se aos processos de assentamento e as condições destinadas aos assentados. As condições de,

precariedade das infraestruturas produtivas e sociais que foram concebidas os assentamentos, que não representam espaço e condições de produção e de vida digna e cidadania, no qual o direito a uma ocupação aparece como um dos direitos básicos do cidadão, devendo ser acompanhado pelos direitos à moradia, saúde e à educação, entre outros serviços (MARQUES, 2004, p.49).

O terceiro aspecto trata-se do caráter pontual e emergencial que tem caracterizado a condução da Reforma Agrária desde a elaboração do I PNRA em 1985, visando a superar essa situação, faz-se necessária a elaboração de um “projeto de desenvolvimento nacional, no qual a Reforma Agrária assuma um papel de relevância e se insira num conjunto de metas estratégicas definidas para o campo” (MARQUES, 2004, p. 49).

O quarto aspecto refere-se da manutenção de parcela significativa de nossa população rural, mas não apenas dela, na condição de cidadãos de segunda classe. Para Marques (2004, p. 50), “é preciso de um esforço continuado para a construção de alternativas que apontem no sentido da emancipação social e política dos assentados, para que eles não se tornem “clientes” da Reforma Agrária, mas conquistem novos direitos e a garantia de cumprimento destes”. Esses aspectos apontados retratam as dificuldades em se fazer a Reforma Agrária e que algumas medidas importantes o governo federal pode adotar para a condução da Reforma Agrária no Brasil, dentre as quais,

adoção de investimentos em pesquisas voltadas para o desenvolvimento de tecnologia adequada a esta forma de organização da produção; a ampliação e capacitação de um quadro técnico voltado para atendimento deste público; a oferta de cursos direcionados à formação profissional dos agricultores; o estímulo e apoio à estruturação de mecanismos de crédito especiais, como é o caso das experiências de crédito solidário; o estímulo à organização de estruturas associativas visando a armazenagem e a comercialização coletiva da produção; o desenvolvimento de políticas que favoreçam direta ou indiretamente a comercialização da produção camponesa, seja pela regulação do mercado de certos produtos, seja pela aquisição de produtos agrícolas para o abastecimento de escolas públicas, hospitais, quartéis etc. (MARQUES, 2004, p. 50).

Algumas iniciativas foram criadas no sentido de melhorar as condições dos assentamentos já existentes e aqueles que foram criados recentemente. Os programas destinados aos assentamentos procuraram aprimorar atividades dentro do assentamento como o Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiências) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC, 2000), Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (PACTO 2001), Readequação do Crédito Instalação (2003), Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, (ATES, 2003), Terra Sol (2004), Terra Legal (2004) e Infraestrutura (2008), com objetivo de impulsionar o desenvolvimento dos assentamentos já criados, criar novos assentamentos e regularizar os que já estavam em andamento.

Dentre os programas de maior atuação direta nos assentamentos e que vem proporcionando melhores condições de vida aos assentados, está o Crédito Instalação, disponibilizado pelo INCRA que concede crédito nas modalidades de inclusão social, habitação, fomento, e recuperação ambiental, previstos na Normativa nº 58, de 05 de Março de 2010.

No Quadro 2, apresentamos uma descrição do programa e a sua forma de atender os assentados.

Programa	Valores	Descrição
Apoio Inicial	R\$ 3.200,00	Destinado ao assentado, investir nas necessidades básicas para dar início as atividades de sobrevivência e produção. Este crédito é fundamental, é o pé inicial do processo de assentamento.
Apoio Mulher	R\$ 2.400,00	Destinada a assentada titular do lote, para utilizar na aquisição de materiais, equipamentos e iniciarem uma atividade produtiva.
Aquisição de Materiais de Construção	R\$: 15.000,00	Destinado ao assentado construir sua residência. Este valor é importante, uma vez que a maioria dos assentados conseguem a terra e não tem uma residência para morar.
Crédito Fomento	R\$ 3.200,00	Destinado para iniciar atividades produtivas, como aquisição de sementes, preparo do solo, aquisição de animais. Além desse crédito o assentado pode acessar o Pronaf A, destinado para custeio ou investimento.
Adicional do Fomento	3.200,00	Caso o assentado comprovar a necessidade de maior quantidade de recursos para investir no fomento, terá a disposição de um adicional, que será liberado para essa finalidade.
Recuperação/Materiais de construção	Até R\$ 8.000,00	Destinado para assentamentos mais antigos para que o assentado possa reformar sua residência;
Reabilitação de Crédito de Produção	Até R\$ 6.000,00	Destinado aos assentados que possuem dívidas antigas do PROCERA. Este valor destina-se a recuperação da capacidade de acesso a novos créditos, possibilitando a quitação de financiamentos contraídos. Esta modalidade corrige vários problemas de dívidas contraída no PROCERA, que não foram quitadas junto aos sistemas financeiros, e que atualmente torna-se problema sério para o assentado conseguir financiamento do Pronaf, junto ao Banco.

Continuação

Crédito Ambiental	R\$ 2.400,00	Destinado para financiar o plantio de árvores e a realização de tratamentos culturais, durante dois anos a partir da instalação do sistema agro-florestal. O recurso é importante, necessário a restauração ambiental da área de reserva legal dos assentamentos
-------------------	--------------	--

Quadro 2 - Finalidades de recursos destinados ao Crédito Instalação, 2010

Fonte: Instrução Normativa 58 (INCRA, 2010)

Segundo dados da Instrução Normativa 58 (INCRA, 2010), os créditos são aplicados de forma coletiva no respectivo assentamento, principalmente no que se refere ao fomento, recuperação de mata ciliar, com exceção quando o recurso é destinado a construção e recursos para a quitação de dívidas anteriores.

Mesmo com as inovações apresentadas pela normativa 58, esses programas nem sempre atingiram os objetivos propostos. Muitos deles implementados de modo isolado, produziram mais limites do que possibilidades de realização de potenciais benefícios ao seu público-alvo, isto porque, no âmbito da gestão governamental destes programas sobressai a fraca coordenação política entre as diversas instâncias que os operacionalizam.

Entendemos que os programas, projetos e leis criados passam ser à base da política pública de Reforma Agrária, com ações voltadas a atender o assentado desde a desapropriação, indenização, colocação do trabalhador a infraestrutura, a assistência técnica, a assistência a educação, crédito agrícola a comercialização e projetos técnicos, enfim as condições necessárias que garantam condições mínimas para o assentado se manter no interior do seu lote

2.3.1 Crédito Agrícola

Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil desenvolveu uma política de modernização agrícola baseada no crédito abundante e nos investimentos em pesquisa e assistência técnica, favorecendo principalmente a grande propriedade rural. Os agricultores familiares, neste período, tinham pouco acesso aos créditos em virtude de não haver políticas de créditos específicos.

Na década de 1970, havia um predomínio da agricultura tradicional formada por camponeses que seu modo de vida e estilo de produção estava voltado com predominância à subsistência. Não havia política de crédito para esse modelo de produção e vida. O Estado

direcionou o Crédito Rural voltado à modernização da agricultura brasileira, afetando diretamente a agricultura tradicional.

Nestes termos, o crédito subsidiado tornou-se o principal instrumento para difusão de tecnologias,

no esforço para superar a agricultura tradicional e favorecer os processos de agro-industrialização ou, de estabelecimento de um sistema agro-alimentar com papel protagonista do capital industrial. O crédito, assim como os aparatos públicos de ensino, pesquisa e extensão rural voltaram esforços as regiões e os produtos que oferecessem maiores possibilidades de geração de renda, adequando-se às demandas da modernização (BRUNO; DIAS, 2004, p. 9).

As políticas de crédito criadas nos anos de 1970 e 1980 contribuíram fortemente pelo grande atraso econômico e empobrecimento dos pequenos produtores rurais, bem como, a geração dos intensos processos migratórios para regiões de fronteiras agrícolas e do êxodo rural.

Nos anos de 1980, houve a perda da capacidade financeira do Estado, quando a política de crédito passou para a política de preços mínimos. Foi marcada pela redução do volume de recursos públicos para financiar a agricultura, acompanhada pela crise política e altas inflações.

Na década de 1990, organizações dos agricultores familiares (CUT/Contag) reivindicaram um programa de crédito específico, criando assim, o Pronaf (NUNES, 2007), porém as políticas de governo de incentivo ao agronegócio, segundo Bruno e Dias (2004, p. 10), não foram separadas das políticas de incentivo a agricultura familiar. Prevaleceu nesse sentido, a continuação de um processo de financiamento seletivo, iniciado nos anos de 1970, de alguns complexos agroindustriais, enquanto o crédito subsidiado e os preços mínimos cambalearam até sua quase completa extinção. Os reflexos dos processos de financiamentos seletivos voltados ao grande capital repercutiram de forma negativa e decisiva contra os trabalhadores rurais, porquanto,

na segunda metade dos anos de 1990, passou-se a viver um contexto de intensas mudanças com o aumento dos conflitos pelo acesso e permanência na terra e pela gradual incorporação pelas políticas públicas de algumas demandas dos movimentos sociais e organizações dos agricultores e trabalhadores rurais (BRUNO; DIAS, 2004, p. 10).

Os conflitos gerados pela atuação dos movimentos sociais forçaram os governos dos anos de 1990, a tomada de decisões em criar políticas agrícolas mais voltadas aos assentados

(no caso a manutenção do PROCERA) e para os agricultores familiares (PRONAF), porém os recursos públicos para o agronegócio continuaram sendo disponibilizados em grandes escalas (BRUNO; DIAS, 2004). Exemplo típico da destinação de crédito agrícola do governo para o agronegócio (GÖRGEN, 2009) que descreve que a destinação de recursos para o plano de safra, 2008/2009 atingiram cifras consideráveis ao agronegócio e baixos volumes para a agricultura familiar e camponesa¹⁶.

Mesmo assim, sabe-se que apesar da crescente oferta de recursos para a agricultura familiar e camponesa, dados do IBGE, (2009) apontam que apenas 1,2 milhões de estabelecimentos familiares tiveram acesso ao crédito (incluindo áreas de até 100 ha), bem abaixo do esperado do número médio de 04 milhões de áreas até 10 ha.

Na safra 2008/2009, segundo Gørgen (2009), foram utilizados apenas 80% do que estava disponível para a agricultura familiar e camponesa, representando também a dificuldade que em acessar os créditos disponíveis.

No levantamento realizado juntos aos assentados do Perseverança, verificou-se de que o crédito agrícola não é acessado por todos. Apenas algumas famílias utilizam para realizar atividades de produção e investimento. Alguns fatores podem ser considerados quanto a falta do uso, como a falta da orientação para o acesso, a burocracia exigida para acessar, a falta de comprovação de renda, a insegurança de contrair dívidas.

Comparando os recursos disponibilizados para a agricultura familiar e para o agronegócio, significa que os camponeses utilizam em média apenas 14% do crédito agrícola total ofertado pelos bancos, através das normas e determinações da política do governo federal. Este diferencial é contraditório, quando se tem a situação adversa com relação ao número de agricultores familiares e camponeses com o número de proprietários do agronegócio.

A Tabela 8 permite verificar o potencial de realização da agricultura familiar e camponesa em números, principalmente quando se trata da produção de alimentos para o país. Enquanto que o agronegócio, modelo de acumulação de capital e riquezas do país, produz em

¹⁶ O governo Federal destinara para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2008/2009 oferta de crédito rural para a agricultura empresarial na safra foi de R\$ 65 bilhões e R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar. Para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2009/2010 destinara o valor de R\$ 107,5 bilhões, sendo que R\$ 92,5 bilhões para a Agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões, para a familiar. Somente para a agricultura comercial, o volume de recursos cresceu 42,3% em comparação com o ciclo atual. Os desembolsos voltados à classe média rural, foram R\$ 3,16 bilhões pelo Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), número 390% superior ao registrado na safra 2008/2009. O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011, conta com R\$ 100 bilhões para segmento empresarial. Para atender aos médios produtores são R\$ 5,65 bilhões pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (PRONAMP), sucessor do Proger Rural. Outros R\$ 16 bilhões serão direcionados à agricultura familiar (CEPEA, 2010).

escala para manter o mercado de exportação do país, resultando índices satisfatórios do saldo positivo das exportações brasileiras, vistos como fantásticos por alguns setores conservadores do governo (2010), a agricultura familiar é responsável pela produção de alimentos que é diretamente consumida no mercado nacional. As disparidades entre dois modelos agrícolas mostram o quanto faz necessário investir na agricultura familiar e camponesa.

Tabela 8 - Resumo comparativo entre os dois modelos de agricultura vigentes no Brasil.

Alternativas	Agricultores familiares e os camponeses	O agronegócio
Crédito	14%	86%
Utilização de terras	24%	76%
Produção vendida	40%	60%
Alimentação total produzida para o país	70%	30%
Mão de obra utilizada agricultura do país	74%	26%

Fonte: Plano Safra 2009/2010, citado por Görgen (2009)

No Congresso Nacional, segundo Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros¹⁷, as reclamações e as reivindicações dos ruralistas continuam. Para eles, as concessões feitas pelo governo federal na MP 432/08¹⁸ que contempla cerca de 2,8 milhões de contratos e foi convertida na Lei 11.775/08¹⁹ em setembro de 2008, pelo presidente Lula, não foram suficientes. O bloco quer mais recursos para a garantia de preços, redução de impostos e subsídios adicionais, diante da dificuldade de financiamento e da alta dos custos. Estimativas dos produtores calculam que a dívida agrícola já bateu em R\$ 100 bilhões.

Na opinião de Barros, não há uma negociação séria entre o governo e Congresso Nacional. "São sempre improvisações de última hora, com criação de medidas provisórias paliativas que apenas postergam o problema para o futuro". Ele reconhece que pode até haver alguns produtores que teriam condições de pagar suas dívidas e não o fazem por "má-fé".

A força da bancada ruralista no Congresso Nacional, nos escalões do governo, reflete a verdadeira política contrária a Reforma Agrária, que por décadas souberam sufocar os movimentos sociais em detrimento as vantagens que se tem em se direcionar os recursos públicos aos interesses da classe.

¹⁷ Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros é professor da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP, 2010) e coordenador científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2010).

¹⁸ A Medida Provisória 432/08, editada pelo Poder Executivo, renegocia R\$ 75 bilhões do saldo devedor dos agropecuaristas brasileiros, o que representa 85,7% do total da dívida, avaliada em R\$ 87,5 bilhões. <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/122643.html>>. Acesso em: em março de 2011.

¹⁹ A lei 11.775/08 definiu as medidas para a renegociação dos débitos de produtores rurais de todo o país com o intuito de estimular a liquidação ou a regularização de dívidas originárias de crédito rural e de crédito fundiário. A lei previa como prazo para o devedor renegociar a sua dívida, a data de 31 de dezembro de 2008. <<http://www.jurisway.org.br>>. Acesso em: março de 2011.

Além do problema a ser enfrentado quanto ao domínio do crédito agrícola pelo agronegócio, existe também a política de crédito agrícola voltada aos assentamentos. Quando se trata de destinação de recursos tanto para o agronegócio, agricultor familiar ou assentado, ambos estão voltados para culturas anuais de *commodities*.

A falta de política pública, direcionada aos assentamentos tem proporcionado um alguns fracassos nos assentamentos espalhados pelo Brasil, dificultado a sobrevivência e continuidade de algumas de famílias assentadas. Se levarmos em consideração que a produção comercial destinada ao mercado de produtos das *commodities* (soja, milho trigo), seja o “carro chefe” da manutenção do assentamento, principalmente quando necessita do alto custo da manutenção desses modelos, conjugado com a falta de mecanização, conhecimento, planejamento, capital de giro e força de trabalho, o mesmo está predestinado ao fracasso.

No Assentamento Perseverança, há predomínio da produção de culturas de *commodities* principalmente o milho, a soja e o trigo. Estas culturas além de exigirem grandes somas de recursos para a sua execução, em pequenas áreas produtivas e mais a necessidades de locação de maquinários para produção, a margem de lucro é pequena. Essas atividades agrícolas têm contribuído para a redução da renda dos assentados.

2.3.2 Programa Especial de Crédito da Reforma Agrária (PROCERA)

Podemos considerar que o PROCERA foi à primeira política de crédito criada no ano de 1985, com objetivo de atender de forma prioritária aos assentados rurais, destinado a realizar as primeiras atividades produtivas, viabilizar as primeiras construções rurais e adquirir os primeiros animais domésticos. Porém o crédito foi bloqueado pelo Governo FHC em 1999, dando início a um período de confronto entre governo e o MST. Com extinção do PROCERA, foi retirada dos assentados, a política específica criada, incorporando ao PRONAF A e AC.

O PROCERA foi uma das políticas voltadas a viabilizar a melhoria econômica e social do assentado, da infraestrutura e da produção agrícola, permitindo assim, que anos posteriores houvesse a “emancipação, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva” (REZENDE, 1999, p. 6).

Previsto no Iº PNRA, o PROCERA, foi utilizado pelos assentados do Perseverança, principalmente para dar início as primeiras atividades de produção, através da liberação de crédito para aquisição de materiais e equipamentos, animais e custeio de lavouras agrícolas.

Foi uma “reivindicação dos trabalhadores rurais, pequenos agricultores e suas organizações e movimentos sociais para que o governo tratasse das questões relacionadas ao financiamento da produção agrícola em pequena escala” (BRUNO; DIAS, 2004, p. 12).

Os movimentos sociais tiveram participação na regulamentação e implementação do Programa, através de mobilizações dos trabalhadores e agricultores assentados para conseguir recursos públicos que permitissem a produção nos projetos de Reforma Agrária. Zimmermann (1989, p.64), considera que foi “justamente o empenho do MST que permitiu que assentamentos anteriores ao Iº PNRA, também tivessem direito ao PROCERA”.

A partir do primeiro momento em que as famílias foram assentadas no Perseverança em 1988, o INCRA providenciou a liberação dos recursos do PROCERA do Crédito Implantação e do PROCERA do Crédito Produção para que pudessem dar início a sua instalação no lote e iniciar as atividades agrícolas.

No Quadro 3 representa-se os dois primeiros créditos recebidos em diferentes etapas para desenvolver as atividades iniciais no lote rural a partir da criação do assentamento:

PROCERA: crédito implantação	Alimentação	Fomento	Habitação	Total de Crédito
Valores (R\$)	400,00	740,00	2.000,00	3.140,00
PROCERA: crédito produção	PROCERA Custeio	PROCERA Teto 01	Teto 02	Total de crédito
Valores (Reais)	2.000,00	7.500,00	7.500,00	17.000,00

Quadro 3- Valores do PROCERA, utilizados pelos assentados do Perseverança, 1993

Fonte: PRANDO (1993).

Os recursos financeiros disponibilizados pelo PROCERA do Crédito Implantação, foram liberados em 1988 para os assentados do Perseverança para a manutenção inicial das famílias e início das atividades de produção. Segundo dados do INCRA (UA, Francisco Beltrão, 2010) eram oferecidos em três modalidades:

a) **Crédito Alimentação**: com valores de até 50% do salário mínimo, destinado as primeiras necessidades até iniciarem a produção de subsistência. As famílias receberam esse valor por 05 meses, sob forma de alimentos adquiridos no comércio nos primeiros meses de assentados. A partir do momento que o INCRA percebeu que já havia alimentos sendo produzidos que atendia a demanda de necessidade de alimentação, o crédito foi suspenso.

b) **Crédito Habitação**: no valor correspondente até 10 salários mínimos por família, liberados em uma única parcela, destinados a aquisição de materiais básicos para a construção de moradia. Este valor, segundo os assentados, teve acesso somente em 1996, com 08 anos de atraso. Os valores chegaram aos assentados desvalorizados, que a grande maioria utilizou para

pequenas melhorias na residência na ampliação de uma área, construção de banheiro, colocação de janelas ou pintura da residência.

c) **Crédito Fomento**: valores correspondentes de até 06 salários mínimos vigentes por família e que normalmente foram liberados de uma só vez. As famílias receberam o valor e adquiriram algumas ferramentas e utilizaram o restante dos recursos para o custeio da lavoura.

O recurso “do Teto I era destinado para o assentado investir em sua propriedade adquirindo animais e ferramentas. Já, o Teto II, um crédito a mais do PROCERA, era destinado às famílias assentadas, sócias de cooperativas” (FRANCIS, 2005, p. 42).

Levantamento realizado junto aos assentados (Set, 2009) mostra que o financiamento PROCERA foi liberado em pequenas parcelas a partir de 1988, um mês depois que estavam nos seus lotes.

A liberação dos valores era para a aquisição de junta de boi, uma vaca e a construção de um galpão que a maioria das famílias utilizou como residência, uma vez que estavam residindo em barracas de lona ou em casebres de “pau roliço”.

A segunda parcela liberada foi no ano de 1991 e destinada para o fomento, construção de terraceamento e custeio de lavouras. A terceira parcela liberada no ano de 1992 e foi utilizada para infraestrutura na melhoria das condições da residência, pocilga e estábulos.

Os assentados também tiveram acesso ao PROCERA Teto II. Para isso, foram incentivados pela EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura a criar Associações de Produtores, cumprindo o disposto na lei que exigia a liberação de recursos do programa para organizações coletivas.

Foram criadas no ano de 1994, três associações que congregavam a maioria dos assentados e alguns agricultores vizinhos, constituído em média de 10 membros por associação.

A primeira associação criada teve a finalidade de conseguir máquinas e implementos agrícolas. A segunda associação permitiu a alocação de recursos financeiros de pequenos equipamentos agrícolas de tração animal. A terceira associação permitiu a construção de pocilga para a criação de suínos.

Os resultados do crédito do PROCERA, mesmo com recursos limitados, foram de vital importância para os primeiros passos para os assentados obter algumas estruturas físicas de apoio à produção. Para os primeiros anos de assentamento, o Programa foi importante para auxiliar o assentado a se estabelecer no lote.

No ano de 1993 (PRANDO, 1993), constatou-se junto aos assentados através das visitas realizadas nas residências do Perseverança que a maioria possuía um potreiro cercado com arame, paiol, carroça e arado de boi e junta de boi. Cerca de 60% das famílias possuía uma pequena pocilga para a criação de suínos, trilhadeira, motor elétrico, forrageiro e plantadeira de tração animal, importantes equipamentos e construções para dar suporte às produções desenvolvidas.

Mesmo com o auxílio do PROCERA aos assentados, o Presidente do STR de Marmeleiro (2010) discorda dessa política de crédito. Para ele, trata-se de um programa muito limitado, que não deu condições suficientes para que o assentado pudesse se estruturar e conseguir renda e capital de giro. Consequentemente produziu o engessamento, não permitindo que o assentado pudesse acompanhar as mudanças exigidas pelo modelo econômico imposto.

O PROCERA tinha por finalidade a ascensão do assentado nas atividades produtivas, para que em poucos anos pudessem usufruir da emancipação dos programas do INCRA. Segundo Bruno e Dias, essa ascensão se daria com o aumento da renda e das condições de infraestrutura, nestes termos a ideia era aumentar a produtividade nos assentamentos,

possibilitando sua inserção nos mercados para que, rapidamente, eles se emancipassem, livrando-se da tutela do governo, de modo que os assentados obtivessem a titulação definitiva da terra. Nesta perspectiva, a emancipação só seria possível se as atividades desenvolvidas pelos assentados fossem economicamente viáveis, o que, por sua vez, dependia da “plena inserção do assentado no mercado” (BRUNO; DIAS, 2004, p. 12).

Esta emancipação esperada pelo governo, através do crédito do PROCERA liberado aos assentados ficou aquém da expectativa, pois os assentamentos, economicamente, não evoluíram como esperava o governo. Além disso, os recursos limitados destinados a infraestrutura física, aquisição de maquinários e equipamentos nos primeiros anos de assentamento, solos desgastados pelo uso de técnicas rudimentares, falta de serviços essenciais como energia elétrica e estradas, enfim, foram fatores que influenciaram diretamente no crescimento econômico lento dos assentamentos.

Diagnóstico realizado pelo INCRA (2003, p.13) concluiu que “o PROCERA não alcançou o objetivo principal para o qual foi criado, o de propiciar a emancipação do produtor assentado em relação ao Estado”. Neste diagnóstico foram levantados vários fatores que corroboraram para inoperância de seu intento, dentre os quais se destacam,

a insuficiência dos montantes de recursos, a falta de uma política pública consistente para a Reforma Agrária, situação precária e decadente dos órgãos de assistência técnica disponível que passou por um processo de desmontagem durante anos, má distribuição de recursos, e descontinuidade de distribuição e volume de recursos insuficientes para atender a demanda, sistema bancário conservador e despreparado para atender ao produtor assentado e até à ausência de apoio e assessoria técnica nos Projetos de Assentamento (INCRA, 2003, p.13).

Além disso, o problema de gerenciamento do programa por parte do governo, as limitações impostas nos programas de assistência técnica, a produção agrícola nos moldes de culturas do agronegócio, o acesso dos assentados a cursos que o qualificasse para novas alternativas produtivas e as indefinições das políticas de preços dos produtos agrícolas que só beneficiavam ao grande produtor, foram alguns fatores que contribuíram para as dificuldades do PROCERA.

Somando-se a isso, havia também a demora no acesso dos agricultores ao crédito, o descompasso entre os processos administrativos burocráticos e as necessidades dos processos sociais de produção agrícola. Bittencourt et al. (1998), nos seus estudos, verificaram que alguns estados brasileiros como Paraná, Maranhão e Pará, “encontraram situações em que os recursos do PROCERA somente chegaram aos agricultores oito anos após a sua instalação nos assentamentos, ainda de forma parcial, fato que determinou para muitos, a impossibilidade de permanência na terra” (BITTENCOURT et al., 1998, p. 34).

Os fatores conjugados da falta de recursos e a demora da liberação interferiram diretamente na estabilidade da produção da propriedade. Essa perspectiva foi levantada por Bruno e Dias (2004), que observaram a incapacidade de sobrevivência de uma propriedade de assentados quando os recursos não atendem a demanda corretamente,

a insuficiência dos recursos que chegam aos agricultores, tem reflexo direto sobre a sua capacidade de pagamento. Se não há dinheiro suficiente para financiar melhorias estruturais ou custear a produção, os projetos tendem a capengar e, não raro, se tornam economicamente inviáveis. Por conta do baixo nível de capitalização prévia dos agricultores e da insuficiência dos financiamentos destinados à estruturação dos assentamentos, uma parcela importante dos recursos dos projetos é destinada à montagem de infraestrutura básica, que não gera renda em curto prazo e que, por isso, depende de uma estratégia de contínuo acesso a novos recursos, geralmente inexistente (BRUNO; DIAS, 2004, p. 21).

A partir de 1997, sob pressão dos movimentos sociais e das organizações dos trabalhadores rurais e agricultores assentados, uma série de medidas políticas e administrativas tratou de repactuar e alongar as dívidas assumidas junto ao PROCERA,

por um lado, estas medidas significavam o reconhecimento governamental da falência do Programa em sua tentativa de oferecer condições para que os agricultores assentados conseguissem, a partir da obtenção de crédito, incrementar os níveis de produção e renda nos assentamentos, tornando-se capazes de saldar dívidas dos empréstimos. Por outro lado, a possibilidade de perdão de parte da dívida ou a renegociação vantajosa para os agricultores era considerada por alguns analistas – e pelo próprio INCRA – como o principal motivo da inviabilidade do programa de crédito, ao desconsiderar a necessidade de criação de mecanismos de disciplina e punição como meio para tornar a utilização dos recursos mais eficiente, possibilitando, nesta visão, o pagamento dos empréstimos concedidos, melhorando, assim, o desempenho do Programa (BRUNO; DIAS, 2004, p. 22).

A incapacidade gerencial do programa por parte do governo fez surtir nos movimentos sociais a tomada de atitudes para possíveis e viáveis soluções aos assentados que muitas vezes se encontravam em péssimas condições financeiras e não podiam quitar as dívidas frente ao PROCERA.

A falta de regras claras aos assentados por parte do governo quanto aos parques recursos liberados, segundo Bruno e Dias (2004), conjugados a falta de assistência técnica e orientação aos assentados, gerou problemas de viabilizar produções necessárias para cobrir os gastos produzidos pelo crédito. Tornou-se um ciclo vicioso, em que as sucessivas postergações, renegociações e perdão das dívidas alimentavam a ideia de que o “financiamento não era para ser pago, sugerindo a sua má utilização, por meio do desvio das finalidades para as quais havia sido contratado” (BRUNO; DIAS, 2004, p. 24).

Assim, os atores responsáveis pela realização do programa apenas colaboravam com esta concepção equivocada do programa, tornando o mesmo mal gerenciado e sem a expectativa de maior favorecimento aos assentados.

Bruno e Dias (2004) chegaram ao entendimento que a partir desse contexto confuso que o PROCERA se colocou, os atores envolvidos sucumbiam da responsabilidade, cada qual jogando a responsabilidade para terceiros, nesta conjuntura,

os bancos eram indiferentes aos projetos de financiamento mal elaborados porque não assumiam riscos em relação aos créditos concedidos e não prestavam conta dos “fundos perdidos”. Os extensionistas também não se importavam com a viabilidade técnica ou econômica dos projetos, prestando o mínimo de assistência aos agricultores. O INCRA, por sua vez, carecia de estímulo e vontade político-administrativa para exercer o seu papel de liderança na gestão do programa e sequer conseguia controlar os seus fluxos financeiros. As Comissões Gestoras geralmente não tinham poder para interferir no curso das ações, apenas referendando as decisões administrativas do INCRA. Por fim, o mesmo ocorria, geralmente, com as organizações dos agricultores assentados, nem sempre suficientemente capacitadas para exercer influência sobre os rumos do Programa (BRUNO; DIAS, 2004, p. 24).

A falta de compreensão e de responsabilidade política e técnica produziram um efeito cascata da decadência do programa. Diante desta situação, segundo Bruno e Dias (2004), uma parte das recomendações recaía sobre o comportamento dos agricultores. Assim, para recuperar a credibilidade do programa, os assentados deveriam se “submeter a mecanismos de disciplina financeira e de modo a induzir os mutuários a buscarem o máximo da eficiência na utilização dos recursos” (BRUNO; DIAS, 2004, p. 18).

Percebendo os problemas que recaíam sobre o governo, algumas medidas deveriam ser tomadas. A estratégia então tomada pelo governo em resolver a questão de inadimplência e problemas estruturais do PROCERA, foi através da criação de uma nova forma de crédito aos assentados. Vendo esta possibilidade da criação de um novo crédito e comparando com a percepção sobre os problemas de gestão, de inadimplência gerada junto aos assentados e a falta na quitação dos compromissos assumidos pelos assentados dos financiamentos contratados, foram os fatores de maior influência, para o governo extinguir o programa PROCERA no final da década de 1990 (BRUNO; DIAS, 2004).

Para substituir o PROCERA, foi criado o PRONAF. A concepção de criação do PRONAF surgiu segundo Bruno e Dias (2004), a partir da visão de governo voltada ao um agricultor mais dinâmico, organizado e cumpridor dos deveres, o que considerava que no PROCERA, o assentado era desorganizado e inadimplente.

Esta retórica de que o assentado era desorganizado, nada mais justifica a incapacidade do governo em resolver seus problemas, pois a falta de regras mais claras e a falta da informação sobre o funcionamento, bem como, a rigidez no processo de liberação de recursos e o seu retorno, coloca em questão a falta de disciplina criada no PROCERA.

Para Bruno e Dias (2004), o PRONAF nasceu nesta perspectiva como um financiamento destinado ao agricultor familiar, que nas concepções do governo era para o agricultor moderno e de perfil empresarial, que estava disposto a aprender e praticar a disciplina financeira que lhe permita atingir eficácia na utilização dos recursos disponibilizados pelo programa de crédito.

O presidente do STR de Marmeleiro, que acompanhou todo o processo de implantação do Assentamento Perseverança, coloca que na época que houve a liberação dos recursos do PROCERA, havia por parte dos movimentos sociais, a pressão sobre o governo em perdoar as dívidas contraídas pelo programa. Isso gerou para o assentado a idéia do não pagamento da dívida do PROCERA, que acabou se alastrando por vários anos.

Entre a incapacidade de gerenciar o Programa por parte do governo e a pressão de perdão das dívidas, o programa rumava-se para o fracasso. Na visão estratégica de

atendimento exclusivo aos assentados, segundo o Presidente do STR de Marmeleiro, o PROCERA foi positivo para o momento histórico, porém necessitava de uma revisão de valores para atender as reais condições e necessidades dos assentados.

Os assentados do Perseverança aguardavam a decisão por parte do governo federal, do perdão da dívida, as quais se estendia por vários anos. Mesmo com a medida provisória criada em 2003 (Lei Federal nº10.696, publicada no DOU de 03/07/2003), que tratava do abatimento da dívida, alguns assentados não quitaram totalmente, ficando inadimplente junto ao Banco do Brasil, acreditando na possibilidade de perdão total da mesma pelo governo federal.

A medida provisória do governo federal emitida em 2003 contribuiu para o saneamento da dívida para alguns assentados. *“Praticamente eu quitei a minha dívida do Procera, graças ao governo Lula, [...], perdoou a dívida. Quem quitasse em dia, tinha um desconto de até 90%. Isso me ajudou muito a eliminar as dívidas financiamento”* (ASSENTADO “A”, abril, 2010).

A quitação das dívidas do PROCERA foi realizada pela maioria dos assentados do Perseverança no ano de 2003 (Tabela 9), favorecidos pela Medida. Esta Medida autorizou a repactuação e alongamento das dívidas oriundas do PROCERA e dívidas de mini e pequenos produtores cujos valores originais não ultrapassassem o limite de R\$ 35.000,00.

Os assentados foram beneficiados com a redução da taxa de juros para 1,15% ao ano e bônus de adimplência de 70% sobre cada prestação, desde que o pagamento ocorresse até a data estabelecida no contrato de renegociação.

Tabela 9 - Dívida total existente do PROCERA, junto ao Banco do Brasil (2009)

Valores	Nº de Assentados	%
Não existe dívida	28	82,3
Menos de R\$ 500,00	02	5,9
De R\$ 500,00 a 1.000,00	02	5,9
De R\$ 1001,00 a 2.000,00	01	2,9
Desconhece o valor	01	2,9
Total	34	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Setembro, 2009)

Apenas 17% dos assentados possuem pequenos valores da dívida. Essa dívida existente impossibilita que os mesmos possam contrair empréstimos do PRONAF.

É importante ressaltar que o PROCERA teve sua contribuição no processo na estruturação inicial para os assentados. O formato criado para a distribuição de recursos foi a

partir de um rigor criado pelo INCRA e Banco do Brasil, que não permitia ao assentado investir nas necessidades conforme as suas concepções produtivas.

Porém, o PROCERA foi importante para os assentados quando criado, em que se tratava de um programa de crédito especial que reconhecia a diferenciação social do campesinato, ou seja, essas famílias oriundas da Reforma Agrária faziam parte de um campesinato pobre, e o programa era uma operação com risco de terceiros, que não necessitava de aval e era sem comprovação de renda. O PROCERA foi uma espécie de sistema creditício estatal, em que o INCRA era o financiador, logo esta ação não oferecia risco ao sistema bancário e nem aos assentados. A sua extinção foi um retrocesso no projeto de proteção estatal da agricultura camponesa.

Um das justificativas que levaram ao governo acabar com o PROCERA estava na alta inadimplência registrada entre os assentados, bem como das seguidas negociações e prorrogações das dívidas existentes,

esta justificativa acobertava outros dois acontecimentos importantes que ocorriam neste mesmo período (1999), em relação a questão agrária nacional, a saber: (a) a crescente força política dos movimentos sociais que lutam por terra, principalmente o MST, passando a atuar em vários estados do país e constituir, através das ocupações de terras improdutivas, vários assentamentos rurais; (b) o fortalecimento de um “novo tipo de desenvolvimento rural para o país”, através da separação entre o setor patronal e setor familiar (PEREIRA, 2005, p. 53).

Os movimentos sociais organizados, principalmente o MST, passam a mostrar descontentamento com o fim do PROCERA, em que o programa favorecia a uma parcela da população brasileira empobrecida, que foi eliminada desses trabalhadores,

estes (trabalhadores) enquanto no PROCERA tinham uma linha de crédito especial, uma metodologia e recursos assegurados, agora, estariam em comum com todos os pequenos agricultores e assim, aumentaram as dificuldades para obtenção de crédito rural, pois teriam que disputar os mesmos recursos [grifo nosso] (PEREIRA, 2005, p. 54).

O PRONAF surgiu quando o governo “tomou medidas de descentralizar ações de Reforma Agrária para o mercado através de programas Cédula da Terra e Banco da Terra, reduzindo a força de pressão dos movimentos sociais e acelerando a emancipação dos projetos de assentamentos” (MST, apud SCHREINER, 2002, p. 156).

Os assentados passam a ser tratados como empreendedores e deveriam buscar a competitividade econômica, disputando recursos do Estado com os demais agricultores familiares.

2.3.3 A Agricultura Familiar e o surgimento do PRONAF

O PRONAF foi criado por meio do Decreto Presidencial 1.946, de 28 de junho de 1996, tinha como objetivo de atender crédito custeio e investimentos destinados aos agricultores familiares,

fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (ART. 1º DO DECRETO 1.946 de 28.06.1996).

Do ponto de vista operacional, segundo Mattei, (2005, p.13) o PRONAF concentra-se em quatro grandes linhas de atuação: “financiamento da produção; financiamento de infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, e financiamento da pesquisa e extensão rural”, importante mecanismo que atendeu a uma classe nacional desfavorecida com incentivos aos sistemas de crédito agrícola.

De fato, o PRONAF foi criado num período em que os movimentos dos camponeses intensificavam a luta pelas desapropriações de terras,

[...] surgiu como uma novidade institucional relacionada a redefinições do papel a ser desempenhado pela pequena produção agrícola de perfil familiar nos processos de sua integração aos mercados e de promoção do desenvolvimento econômico. Naquele ambiente, a questão agrária voltava à cena pública, colocando em discussão tanto o problema do acesso à terra quanto a necessidade de criação de mecanismos e políticas públicas que apoiassem o problema da produção em pequena escala, sistematicamente escamoteado durante o processo de modernização da agricultura. A avaliação dos resultados e dos impactos deste processo de modernização incentivou a busca de alternativas para a promoção do desenvolvimento rural, principalmente para os segmentos que ficaram à margem das políticas estatais implementadas no período (BRUNO; DIAS, 2004, p. 26).

Assim, o PRONAF elevou o conceito de agricultura familiar, que para Bruno e Dias (2004, p.26) “agricultura familiar nasce a partir das análises e dos conceitos de

desenvolvimento rural e de às disputas teóricas que envolviam os conceitos de campesinato, agricultura campesina, agricultura tradicional, grupos familiares espalhados pelo país”. O que o governo fez foi unir todas essas categorias e colocar num termo só, a chamada agricultura familiar.

Na prática, cada uma das categorias possui características de organização cultural, social e produtiva diferenciada. Na essência da criação do PRONAF, segundo Bruno e Dias (2004), deu-se a uma ênfase “ao termo agricultura familiar com a agricultura moderna e empresarial, ou seja, agricultura de mercado, a qual milhões de pequenos camponeses, agricultores tradicionais e assentados não se enquadravam no conceito”.

A intenção do governo na criação do PRONAF foi redefinir o papel da agricultura familiar integrando a mesma aos mercados e a desenvolvimento econômico. Nessa linha de pensamento o governo dava grande ênfase aos agricultores familiares e esquecia um pouco da questão agrária. “A política do governo era voltada a desenvolver o rural a partir dos processos de modernização introduzido por políticas neoliberais, com apoio de recursos e programas do Banco Mundial” (BRUNO; DIAS, 2004, p. 27). Para os autores, todo o processo de implantação do PRONAF está relacionado diretamente à influência do Banco Mundial que orientava o governo do Brasil a reformular as políticas públicas de Reforma Agrária e desenvolvimento rural ao conceito conhecido como “novo mundo rural”.

O Banco Mundial recomendava ao governo uma ampla revisão das políticas públicas de desenvolvimento rural, priorizando a agricultura familiar, criando mecanismos que promovessem sua integração aos mercados. O mercado, segundo Bruno e Dias (2004, p. 27), passava a ser visto tanto como um “meio para obtenção do acesso a terra, por intermédio de programas como o Banco da Terra”, como um objetivo a ser alcançado na viabilização econômica dos agricultores familiares.

Porém, mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários, a criação do PRONAF deu início a um período de complicadas negociações em que o presidente FHC viu-se, segundo Francis (2005, p. 89), obrigado a negociar com os assentados, visto que o bloqueio do PROCERA, em sua maioria, “não teve continuidade ao crédito custeio, passando na safra posterior por diversas dificuldades, sem possibilidades de arcar com despesas como os gastos de aluguéis de maquinários, insumos, sementes, calcário, entre outros”. A criação das linhas de crédito do PRONAF A e AC, destinadas aos assentados gerou críticas, fato este, segundo Francis (2005), uniu um público tão grande e heterogêneo, tratando-o como um só.

No período que antecedeu a criação das Linhas do PRONAF A e AC (1999) destinadas exclusivamente aos assentamentos, os assentados do Perseverança tiveram sérias dificuldades de contrair novos empréstimos, uma vez que foram impedidos a buscar crédito do PROCERA e não se tinha clareza da nova linha de financiamento.

Esse problema gerado pela criação do PRONAF produziu uma insegurança para os assentados, que foram incorporados ao programa como agricultores familiares, não tendo ainda uma infraestrutura suficiente que o enquadrasse dentro dos moldes de política agrícola proposta pelo PRONAF. Para Francis (2005), a política de crédito deveria estar articulada com a expansão do sistema de saúde, educação, transportes, comunicações e previdência social.

Os Técnicos da CRESOL, Unidade de Marmeleiro (2010), consideram o PRONAF como uma das políticas públicas de maior relevância para agricultura brasileira. Para os técnicos, além do aumento expressivo de recursos financeiros da união destinados para financiamentos agrícolas, às facilidades e a desburocratização ao acesso as linhas de financiamento, facilitaram muito a vida do produtor rural em geral os assentados, apoiadas por diversas entidades cadastradas para atender, não ficando centralizado apenas no Banco do Brasil como responsável único da fiscalização dos projetos.

Quando criado as linhas de crédito destinadas aos assentados, houve dificuldades quanto à incorporação devido à difícil compreensão da aplicação técnica, do investimento, até a questão do pagamento.

A falta de esclarecimento prejudicou diretamente todo o desenvolvimento no interior do lote. As entidades da agricultura familiar e financiadoras não se atentaram em dar melhores condições e conhecimentos para que os assentados assimilassem melhor a importância do financiamento.

Os quadros 4 e 5 ilustram as atuais linhas de crédito de custeio e investimentos do PRONAF (ano de referência, 2009):

FAIXAS		LIMITES	JUROS	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
Grupo A/C		De R\$ 500,00 até R\$ 5 mil	1,5 % a. a	Até 02 anos	Bônus R\$ 200,00 por operação até 6 operações safra até 2012/2013
Quem permanecer grupo C		Até R\$ 5 mil	3,0 % a. a	Até 02 anos	
Agricultor Familiar	Faixa I	Até R\$ 5 mil	1,5 % a. a.	Até 02 anos	Prazos conforme ciclo da cultura
	Faixa II	De R\$ 5 mil até R\$ 10 mil	3,0 % a. a.	Até 02 anos	
	Faixa III	De R\$ 10 mil até R\$ 20 mil	4,5 % a. a.	Até 02 anos	
	Faixa IV	De R\$ 20 mil até R\$ 40 mil	5,5 % a. a.	Até 02 anos	

Quadro 4 - Linhas de crédito de custeio do PRONAF – Ano de referência, 2009

Fonte: PRONAF (maio, 2010)

FAIXAS		LIMITES	JUROS	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
Grupo A		Até R\$ 21,5 mil (Sendo R\$ 20 mil para aquisições do beneficiário e R\$ 1,5 mil para assistência técnica)	0,5 % a. a.	Até 10 anos	- Com rebate de 44,20% da parcela paga em dia. - Beneficiários do Crédito Fundiário e da Reforma Agrária.
Grupo B		Até 2,0 mil (Sem limite de operações com direito a rebate, limitado ao teto de R\$ 4 mil)	0,5 % a. a.	Até 02 anos	Com rebate de 25% da parcela paga em dia.
Agricultor Familiar	Faixa I	Até R\$ 7 mil (financiamento + operações em ser)	1,0 % a. a.	Até 08 anos	- Até três operações por unidade familiar para o Pronaf Mulher do grupo A, A/C e B. Demais casos, até duas operações.
	Faixa II	De R\$ 7 mil até R\$ 18 mil (financiamento + operações em ser)	2,0 % a. a.	Até 08 anos	
	Faixa III	De R\$ 18 mil até R\$ 28 mil (financiamento + operações em ser)	4,0 % a. a.	Até 08 anos	
	Faixa IV	De R\$ 28 mil até R\$ 36 mil (financiamento + operações em ser)	5,0 % a. a.	Até 08 anos	
Pronaf Mais Alimentos		De R\$ 7 mil até R\$ 100 mil (financiamento + operações) -Finalidades: projetos de investimento em ações como compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares, formação de sistemas agroflorestais e melhoria genética, entre outros.	2,0 % a. a.	Até 10 anos	- Mínimo 70% da renda da unidade familiar deve ser oriunda das atividades de açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo; fruticultura, olericultura, apicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.
Pronaf Mulher, ECO e Agroecologia	Faixa I	Até R\$ 7 mil (financiamento + operações em ser)	1,0 % a. a.	Até 08 anos	- Até três operações por unidade familiar para o Pronaf Mulher do grupo A, A/C e B. Demais casos, até duas operações.
	Faixa II	De R\$ 7 mil até R\$ 18 mil (financiamento + operações em ser)	2,0 % a. a.	Até 08 anos	
	Faixa III	De R\$ 18 mil até R\$ 28 mil (financiamento + operações em ser)	4,0 % a. a.	Até 08 anos	
	Faixa IV	De R\$ 28 mil até R\$ 36 mil (financiamento + operações em ser)	5,0 % a. a.	Até 08 anos	
Pronaf Agroindústria		Individual até R\$ 7 mil	1,0 % a. a.	Até 08 anos	- Coletivo de R\$ 10 milhões a R\$ 25 milhões, limitado a R\$ 28 mil/sócio, com juros de 3,0 % a.a. exclusivamente para financiamentos destinados a processamento e industrialização de leite.
		Individual de R\$ 7 mil até R\$ 18 mil	2,0 % a. a.	Até 08 anos	
		Coletivo até R\$ 500 mil (limitado em R\$ 7 mil/sócio)	1,0 % a. a.	Até 08 anos	
		Coletivo de R\$ 500 mil até R\$ 10 milhões	2,0 % a. a.	Até 08 anos	
		Coletivo de R\$ 10 milhões até R\$ 25 milhões	3,0 % a. a.	Até 08 a	
Continuação					
Pronaf Jovem, Floresta.		Até R\$ 7mil	1,0 % a. a.	Até 10 anos	- Pronaf Floresta até 2 operações por unidade familiar, prazo total até 12 anos, com até 8 anos de carência.
Pronaf Agroindústria, Custeio e Comercialização da Agroindústria e Cota- Parte		Individual até R\$ 5 mil Coletivo até R\$ 2 milhões	4,0 % a. a.	Até 12 meses e até 6 anos	- Custeio do beneficiamento e industrialização; - Integralização de cotas-partes, aplicação em capital de giro, custeio e investimento.

Quadro 5 - Linhas de crédito de investimento do PRONAF - Ano de referência, 2009

Fonte: PRONAF (maio, 2010)

Conforme informações dos quadros 4 e 5, verifica-se que o PRONAF vem sendo melhorado nos últimos anos para atender diferentes meios produtivos no campo. Dessa forma, o PRONAF transformou-se em alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura brasileira. A evolução do programa nas últimas safras agrícolas esteve fortemente atrelada à disponibilidade de crédito em suas diferentes modalidades.

Quando criado o PRONAF era voltado para atender o custeio e investimentos na propriedade. Havia uma dificuldade por parte do assentado em adquirir o crédito PRONAF custeio, por não haver no seu lote estrutura de maquinários para auxiliar nas atividades produtivas, uma vez que o destino do financiamento custeio do PRONAF era para culturas agrícolas do agronegócio.

No assentamento Perseverança, depoimentos dos assentados colocam que inicialmente o PRONAF era requisitado para financiar grandes culturas. Muitas famílias não produziram capital para cobrir o empréstimo, visto a necessidade de máquinas e implementos agrícolas para desenvolver o preparo do solo, plantio, colheita e transporte.

Ao contrair o crédito para o lote, o assentado corre o risco de uma frustração de safra provocada por excesso de chuvas, tempestades ou secas, com a possibilidade de ficar sem capital de giro. Mesmo assim, existem formas de renegociação das dívidas o que facilita a continuidade de acesso ao programa.

Essa realidade é constatada por Bruno e Dias que descreve a importância do papel de informar aos interessados sobre o acesso as formas e usos corretos das linhas de crédito,

a falta de informações dos agricultores sobre a existência e as demandas do Programa, que muitos autores consideram excessivas, é um fator determinante das dificuldades de acesso ao crédito. As regras, normas, condições de enquadramento, limites de crédito, taxas de juros etc. são parâmetros distantes da realidade de agricultores que raramente têm algum mecanismo contábil para gerir sua produção. O desconhecimento das “regras do jogo” e a falta de apoio para compreendê-las, ou os afasta de imediato da possibilidade de contratação do crédito, fazendo-os desistir ante a enorme demanda burocrática, ou é por eles desconsiderada. Só depois, em alguns casos, este desconhecimento é percebido como uma das razões para a falta de capacidade de pagamento que passam a enfrentar (BRUNO; DIAS, 2004, p. 54).

O apoio mais direcionado das entidades de assistência técnica é importante para o assentado ter acesso aos financiamentos. O acesso as informações abre possibilidades de maior organização do lote na medida em que contribui no que será investido, como e quando. Outro aspecto que deve ser levado em consideração no momento que o assentado acessar

determinado grupo do PRONAF, está na necessidade de comprovação de renda mínima estipulada para cada grupo, o que muitos devido à baixa renda têm dificuldade do acesso.

Existem fatores burocráticos destacados por Francis (2009, p. 93) que ainda atrapalham os assentados ao acesso às linhas de crédito, como a “demora na liberação do PRONAF pelo Banco do Brasil, é um fator relevante, pois em vários casos é solicitada a área de terra e a produção como garantias reais; além disto, nem sempre a época da liberação do financiamento é favorável aos agricultores”.

O sistema financeiro trabalha de forma técnica e burocrática, não diferenciando os perfis de produtores, o que dificulta para aquele que não domina as necessidades burocráticas para se chegar ao objetivo final do financiamento, ou seja,

ao instituir barreiras, o sistema financeiro torna, por exemplo, o acesso ao crédito um serviço mais distante dos mais pobres, menos escolarizados e menos urbanos, pois são os agricultores que se aproximam deste perfil que têm mais dificuldades para compreender a lógica e a demanda dos agentes financeiros na hora de pleitear financiamentos (BRUNO; DIAS, 2004, p 52).

Observa-se que as agências bancárias, como o Banco do Brasil, não fazem parte do universo de relações da maioria dos assentados rurais, uma vez que grande número não possui bem patrimonial e/ou renda suficiente para oferecer garantias. As unidades credenciadas de atendimento aos agricultores familiares como a CRESOL, STR e empresas privadas estão mais próximas aos assentados, que contribuiu diretamente para que os financiamentos via PRONAF sejam realizados, facilitando o processo de atendimento e das negociações de crédito.

Partindo do ponto de vista da distribuição de recursos do PRONAF, segundo Oliveira Filho e Moreira (2006), percebem-se que possui mecanismos econômicos seletivos e excludentes em que o programa tende a beneficiar os agricultores familiares mais capitalizados, geralmente integrados às cadeias produtivas agroindustriais voltadas à exportação. Aqueles agricultores que conseguem oferecer garantias para os agentes financeiros são correspondidos positivamente na contratação do crédito e para aquele agricultor que apresenta uma propriedade de produção de subsistência, é dificultado à contratação do crédito.

Na prática, segundo Bruno e Dias (2004, p. 51), os recursos públicos utilizados parecem beneficiar preferencialmente as “empresas integradoras, principalmente as

agroindústrias do fumo²⁰”, que deste modo podem obter capital de giro barato e sem muita burocracia, o que é uma grande vantagem para haver a acumulação de capital.

Por isso, a necessidade de fortalecer o papel das organizações locais (organizações dos agricultores e sindicatos) nas negociações com os bancos, com o auxílio dos mediadores (organizações de movimentos sociais) e assessores (técnicos do INCRA e da extensão rural) pode contribuir para distribuir melhor as atribuições e responsabilidades tanto na concepção como na implementação dos créditos.

Para o Presidente do STR de Marmeleiro, um dos problemas relacionados ao enquadramento do assentado ao acesso ao PRONAF é provocado pela falta de comprovação de renda, que levou muitos assentados a não mais acessar o financiamento.

O crédito passa a ser para o agricultor familiar a possibilidade de crescimento da renda familiar, isto porque, o investimento realizado é sobre uma base de produção já existente o que equivale a investir no que se tem uma garantia de produção.

Abramovay (1999) entende que a base de estruturação dos assentamentos é frágil devido à falta de uma assistência maior, em que parte dos assentados quando acessam a linhas de crédito, utilizam partes dos recursos para auxiliar na sua sobrevivência, devido à falta de capital de giro na propriedade, nestes termos, entendemos que,

os financiamentos deixam de integrar-se a projetos economicamente sustentáveis e tendem a tornar-se formas de complementação da renda, perpetuando a situação de pobreza em que se encontram as famílias. Por mais que haja situações que escapam a este padrão, ele tem hoje, infelizmente, um peso muito importante nos assentamentos (ABRAMOVAY, 1999, p. 14).

Essa realidade apresentada pela política pública de financiamento do PRONAF que enquadra diferentes grupos de trabalhadores numa mesma posição de níveis de exigência e de qualificação para o crédito é tratado sob ótica diferenciada, ou seja, o financiamento existe para que garanta a devolução.

Abramovay descreve a realidade do PRONAF no final da década de 1999, em que o Programa passa a ser um problema para os agricultores por conta de riscos de tomada do financiamento e da capacidade devolução,

²⁰ Essa constatação foi verificada junto aos reassentados do Itaiba, Marmeleiro, 90% dos assentados utilizam recursos do Pronaf, para financiar a atividade da cultura do fumo, realizada em parceria com a Souza Cruz. Nos assentamentos Perseverança, São Jorge, Eduardo Raduan e Anjo da Guarda nos anos entre 1998 a 2005, a maioria dos assentados realizavam cultivo de fumo, em que o Pronaf era utilizado. Por razões econômicas de retorno financeiro e dificuldade de trabalho, a prática do fumo foi abandonada.

no caso do Pronaf, uma vez que existe risco para o sistema bancário e para os agricultores, os critérios de seleção tendem a eliminar os agricultores incapazes de oferecer garantias e contrapartidas, mesmo que possam de apresentar projetos economicamente viáveis. Exemplo disso é a quantidade irrisória de agricultores de baixa renda agrícola que conseguiram de fato obter financiamentos, apesar de uma linha do PRONAF estar voltada especificamente a este público (ABRAMOVA Y, 1999, p. 14).

A partir da possibilidade de atuação de entidades da agricultura familiar em poder atender os agricultores aos programas do PRONAF, a situação do pequeno produtor e assentados foram melhoradas. Em linhas gerais, as entidades de representação da agricultura familiar, como a CRESOL e o STR, consideram o PRONAF como um programa de maior amplitude de atendimento ao agricultor e ao assentado, considerando o aspecto de benefícios que o mesmo pode produzir na propriedade.

A instituição do PRONAF auxiliou nos aspectos da ruptura do modo de vida camponesa, necessitando uma adequação ao modelo de agricultor familiar, voltado o que prevê o programa em crédito de custeio para aquisição de insumos e sementes das grandes empresas. Mesmo assim, para o Presidente do STR de Marmeleiro (2010), o PRONAF, para os agricultores familiares está sendo a melhor política de todos os tempos, necessitando alguns ajustes principalmente na questão da assistência técnica e melhor fiscalização no uso dos recursos.

Um exemplo típico está na possibilidade de acessar financiamentos para o desenvolvimento de ciclos completos de produção, a exemplo do leite, que existem os financiamentos de investimento e custeio para recuperação de pastagens, aquisição de animais, formação de piquetes, aquisição de equipamentos, construção de estábulo, enquanto que o PROCERA, as parcelas liberadas, tinha destino específico para uma linha.

Para o Presidente do STR, Marmeleiro (2010), a prática do PRONAF é prover ao agricultor familiar a possibilidade de acessar as linhas de crédito, para que a cada ano que passa, o mesmo possa com os resultados da produção, acessar linhas de maior valor, tornando a sua propriedade cada vez mais estruturada e com melhoria das condições de vida.

Verificamos que os assentados consideram como dificuldade para o acesso de maior quantidade de recursos, os trâmites legais da necessidade de um projeto e a exigência de avalista,

[...] *O Pronaf só atende quem tem boa renda e quem tinha certa condição e apoio. Nós aqui sofremos porque, tinha que fazer o projeto e ter avalista e tinha que ter documento da terra, coisa que a gente não tinha. Quem ia assinar para nós? Quem ia montar o projeto pra nós? Quando o Pronaf foi criado pra nós, ficamos sem financiamento por 02 a 03 anos. É claro que depois o pessoal da Cresol e do Sindicato começou a ajudar a gente* (ASSENTADO “A”, abril, 2010).

Esses fatores colocam em discussão que a necessidade de Reforma Agrária, não depende apenas de entregar uma área de terra, todavia exige do poder público acompanhamento e ações que traga benefícios de evolução econômica, política e social, compatibilizando políticas públicas conforme a realidade dos assentados. Levantamento realizado junto aos assentados de Perseverança verificou que o Programa PRONAF foi pouco acessado. A Tabela 10 enumera os acessos a financiamentos efetuados junto ao PRONAF (1999-2009):

Tabela 10 - Acesso ao financiamento do PRONAF pelos assentados de 1999 a 2009

Financiamento do Pronaf	Nº de Assentados	%
Não tem acesso ao financiamento	10	29,4
Uma vez	05	14,7
Duas vezes	06	17,6
Três vezes	06	17,6
Quatro vezes	05	14,7
Mais de quatro vezes	02	5,9
Total de Entrevistados	34	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Set/2009)

De acordo com a Tabela 10, aproximadamente 30% dos assentados nunca acessaram a linha de crédito PRONAF. Para aqueles que acessaram, 32% contraíram o financiamento até duas vezes. Comparando os assentados de origem de acampamento com aqueles que adquiriam lotes posteriormente 50% dos assentados de origem de acampamento não acessaram nenhuma vez o PRONAF, enquanto que aqueles que adquiriam lote posteriormente, 50% o acesso foi mais de 2 vezes (Pesquisa de campo, maio, 2009).

Considera-se essa diferenciação pelo aspecto de evolução econômica que cada família herdou. As diferentes formas e possibilidades de crescimento, mesmo que a ocupação de espaço natural seja parecida, refletem nas formas de acesso ao Pronaf. A melhor condição econômica acaba refletindo as melhores possibilidades de acesso ao crédito.

Houve vários episódios no assentamento, a partir de 1998, de frustrações de safras e os assentados não mantiveram em dia a quitação das dívidas, vejamos o desabafo do assentado,

quem tinha financiamento e não conseguia pagar, não conseguia mais financiar. Isso aconteceu com vários assentados por causa de seca. A gente conseguia refinarciar, mas daí a dívida só aumentava. Por isso, que muita gente parou de fazer financiamento. Eu tenho dívida do PRONAF de muitos anos atrás e acredito que já fui parar no Serasa. Não consigo mais pegar financiamento. Estou pagando um pouco por mês, com dinheiro do leite. Eu não quero o meu nome sujo por aí (ASSENTADO “B”, abril, 2010).

Para os assentados que acessaram o PRONAF, quando havia frustração de safra, foram beneficiados pelos procedimentos de refinanciamento da dívida. Mas, a possibilidade de aumentar a dívida, intimidava os mesmos a adquirir outro financiamento. Isso interfere diretamente na produção da propriedade, que se agravava pela falta de capital de giro, o que levou muitos assentados a adotar os procedimentos de arrendamento das terras para terceiros.

A dívida gerada pela aquisição de crédito indica que o assentado está de uma forma ou de outra, realizando investimentos na propriedade. No levantamento (Tabela 11) realizado sobre dívidas existentes entre os assentados, fizemos um comparativo entre os assentados originários de acampamento e daqueles que adquiriam lotes posteriormente.

Tabela 11 - Dívidas do financiamento PRONAF, segundo os assentados

Dívidas do Financiamento Pronaf	Assentados de origem acampamento	%	Assentados de aquisição de lotes posterior	%
Não acessa o Pronaf	08	50,0%	03	15,0
Menos de R\$ 2.000,00	02	14,2	02	10,0
2.000,00 a 5.000,00	01	7,1	02	10,0
5.001,00 a 10.000,00	01	7,1	02	10,0
de 11.000 a 15.000,00	01	7,1	05	25,0
Mais de 15.000,00	01	7,1	06	30,0
Total	14	100,0	20	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Setembro, 2009)

A capacidade de geração de renda é fator primordial para manter a propriedade com capital de giro e a possibilidade de quitar dívida contraída pelos programas de financiamento. Porém, a situação apresentada pelas duas realidades, é distinta, mesmo que as dívidas contraídas pelos assentados que adquiriram lotes posteriormente sejam maiores, há, portanto, maior capacidade de retorno financeiro.

Como ponto positivo quando os agricultores familiares e assentados contraem financiamentos do Pronaf através das linhas de crédito de custeio ou investimento, está a capacidade de geração de renda para o município, através do desenvolvimento do comércio, o aumento de geração de renda pela produção de alimentos e geração de impostos.

Com a notícia de que são liberados financiamentos, o comércio utiliza os mecanismos de “ganhar mais”, realizando aumento de preços momentâneos, observados por Leite,

o fato de vários desses créditos serem liberados de uma só vez chega a provocar verdadeiros “alvoroços” no comércio local, com esgotamento de estoques de materiais (de construção, insumos agrícolas, matrizes de animais...) ocasionado “processos inflacionários” momentâneos e locais, que algumas vezes levam os assentados a pagarem preços mais elevados pelos produtos (LEITE et al., 2004, p. 226).

Os créditos liberados passaram a ser um bom negócio para os municípios devido à possibilidade de capitalizar recursos financeiros para o meio urbano sob forma de serviços.

De modo geral, o PRONAF tem contribuído diretamente para o desenvolvimento da agricultura familiar no Município de Marmeleiro. Especificamente aos assentamentos, existe uma dificuldade de acesso por parte de algumas famílias, aliada ao distanciamento dos meios de acesso e pelas condições estruturais do lote, como é o exemplo do arrendamento de terras para terceiros.

O ponto positivo vislumbrado no Assentamento Perseverança, que produziu mais acessos aos financiamentos, foram os assentados que investiram na produção de leite, através do financiamento da aquisição de animais, construção de estábulos e compra de equipamentos. Além da produção de renda ser positiva com a comercialização do leite, o assentado tem produzido capital de giro e melhorado investimentos na propriedade.

CAPÍTULO III

O ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA EM MARMELEIRO

3.1 A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA

O Assentamento Perseverança foi o primeiro projeto criado pelo INCRA no Município de Marmeleiro, em 1988. Surgiu a partir da organização dos trabalhadores sem-terra em um grande acampamento, criado no ano de 1985 na Comunidade da Linha Frias. Os sem-terra receberam apoio dos STRs dos municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema. Houve também a participação da CPT e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR) de Francisco Beltrão e dos MASTES, na organização do acampamento e nas decisões dos processos de assentamento.

Em meados de 1980, o município de Marmeleiro foi palco de concentrações de sem-terra que ocuparam a Fazenda Anoni. No mesmo período, a Fazenda Perseverança chamou a atenção dos sem-terra porque estava nos processos finais de retirada da madeira pela Empresa Dambros e Piva Madeireira.

Assim, no dia 09 de Julho de 1985, foi instalado na Linha Fria, Km 15, próximo à área da Fazenda Perseverança, um acampamento de 480 famílias sem-terra num total de 2.100 pessoas.

O acampamento era constituído de diferentes grupos familiares provenientes de vários municípios da região que se reuniram com o objetivo inicial de ocupar a área da Fazenda Giacomet-Marodin, hoje no Município de Rio Bonito do Iguçu - PR. Porém, o plano de ocupação não se concretizou devido à forte presença de jagunços e policiais na Fazenda Giacomet-Marodin que impediu que as famílias se deslocassem para aquela região. *“A gente formava grandes acampamentos em toda a região. Todos se comunicavam e era decidido em conjunto o que ocupava o que”* (ASSENTADO “A”, maio, 2010).

A organização interna do acampamento era realizada por líderes eleitos pelos próprios acampados. Além da organização interna, os líderes participavam das reuniões com as entidades que representavam os sem-terra nas negociações junto ao governo.

Os custos de viagens, alimentação e estadia dos líderes em reuniões eram realizados com contribuição dos assentados. No acampamento muitos dos sem-terra dependiam de trabalhos de diaristas de suas esposas para conseguir recursos financeiros para sua manutenção.

A Figura 11 ilustra a formação do acampamento formado na Linha Frias (Km 15), no Município de Marmeleiro, no ano de 1985:

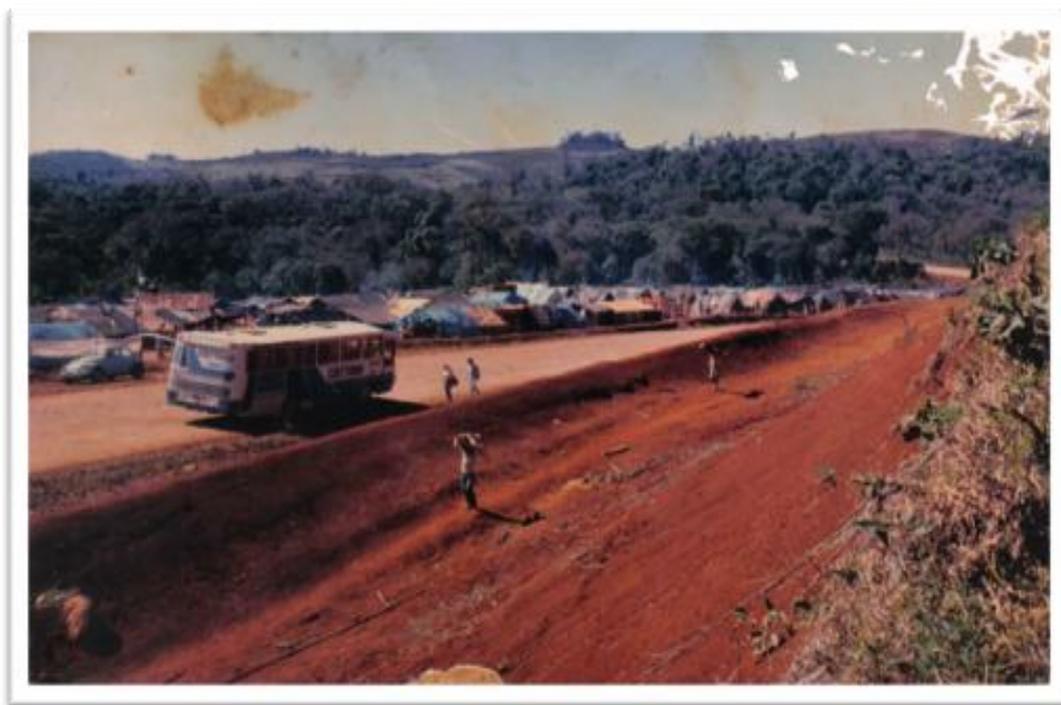


Figura 11 - Acampamento na Linha Frias – Marmeleiro, 1985

Fonte: Assentado “A”, arquivo particular (2010)

No acampamento, o líder era uma figura importante e respeitada pelos acampados. Além da liderança na organização do trabalho e na resolução de conflitos internos quando existiam, era responsável em fazer o elo entre as negociações e as informações. Segundo um dos assentados, a informação para os acampados era uma arma de luta, pois a partir da informação é que os acampados organizavam os passos das lutas: *“Nós tínhamos que se manter informados de tudo o que ocorria nas negociações e o que os outros acampamentos estavam planejando”* (ASSENTADO “A”, maio, 2010).

A responsabilidade em manter viva a luta nos acampamentos, a não dispersão e organização dos acampados, tornava o líder uma pessoa com posição respeitada dentro do acampamento como é relatado por um ex-líder,

nós éramos 15 líderes no acampamento. Cada um tinha uma área para atender. Eu atendia a parte social das famílias, ou seja, aquela área que de vez em quando dava alguns conflitos, principalmente por causa das crianças que brigavam. Eu tinha que apaziguar. Era um trabalho de grande responsabilidade. Eu era muito, mas muito respeitado. Foi o melhor período da minha vida. Lá eu fiz os verdadeiros amigos que hoje são os meus vizinhos (ASSENTADO “B”, maio, 2010).

Todas as atividades do acampamento eram divididas em grupos. Um exemplo típico era a atividade realizada pelos homens, que garantia às condições de segurança, de recursos financeiros e materiais (Figura 12), em que os acampados transportavam lenha retirada das matas próximas para o acampamento.



Figura 12 - Transporte de lenha pelos acampados, 1885

Fonte: Assentado “A”, arquivo particular (maio 2010)

Em meados da década de 1980, o Brasil ainda estava sob a influência do regime ditatorial e a forte rejeição às lutas de Reforma Agrária era uma constante, realizada pela mídia, contrária aos movimentos sociais. O domínio do poder sobre a mídia influenciava a opinião pública sobre a situação dos sem-terra que eram vistos como desordeiros, vagabundos e ladrões. Além do enfrentamento policial, eram hostilizados pela sociedade, sofriam privações e preconceitos, conseqüentemente eram privados dos direitos humanos.

A hostilidade aos acampados e aos líderes era eminente e as ameaças eram muitas. Quando se dirigiam para realizar negociações, eram acompanhados por vários sem-terra para

dar proteção, pois havia ameaças constantes de serem assassinados pelos jagunços contratados pelos donos de terras, como relatado por um ex-líder do acampamento do Km 15,

quando um líder precisava viajar para Francisco Beltrão, ou para Curitiba ou ainda para Brasília, um grupo de companheiros acompanhava até a entrada do ônibus e quando retornava a gente estava lá aguardando para levar ele até o acampamento. Havia muitos jagunços contratados para dar fim dos líderes. Nenhum líder saía por aí sozinho. A gente nunca recuou. A gente acabou sendo conhecido, e as autoridades respeitavam a gente. No começo era difícil, mas depois que a gente mostrava a forte pressão que produzia o grande acampamento, as autoridades recebiam a gente bem (ASSENTADO “A”, maio, 2010).

O enfrentamento as privações impostas pela polícia e da própria sociedade eram desafios permanentes dos líderes que tinham que manter a união de todos. O fator de persistência em torno dos objetivos comuns nos acampamentos dependia de apoio logístico das entidades de defesa da Reforma Agrária e da igreja,

o que fazia a gente continuar na luta era união de todos. As 480 famílias eram unidas. Todos colaboravam. Todos atendiam o que os líderes solicitavam. A nossa persistência em permanecer tanto tempo foi a nossa formação recebida pelas entidades. Eu me lembro muito bem que foram de duas a três reuniões por semana com pessoal do STR, da ASSESOAR e da igreja. Foram muitas missas, muitos conselhos dos padres. Eu acho que tudo isso fez a gente continuar na luta (ASSENTADO “B”, maio, 2010).

A hostilização aos acampados por parte da polícia militar era uma prática constante, principalmente quando havia as manifestações do grupo acampado em ocupações de áreas. A retirada do grupo em áreas ocupadas geralmente era realizada de forma violenta.

A repressão policial sobre os acampados, segundo o ex-líder do acampamento, era realizada de forma violenta com socos, pancadas e empurrões e o uso de palavras de ordem era ofensiva e preconceituosa, ambas as formas de violências ameaçavam a integridade à vida,

quando a gente invadia uma área, podia contar que logo vinha um batalhão da polícia e não tinha dó, descia a baioneta e a gente tinha que sair, pois a brutalidade era muito grande. Usavam a baioneta para cortar as lonas danificando praticamente todos os barracos. Muitas vezes mesmo no acampamento, o batalhão da polícia passava, parava e ameaçava a gente. A polícia levantava os barracos, virava as mesas e mandava ir embora. Fazia isso só para intimidar (ASSENTADO “C”, abril, 2010).

A persistência e a organização dos trabalhadores sem-terra nos acampamentos eram estratégicas para forçar o poder público a tomar medidas, porquanto havia um descaso do mesmo pela iniciativa à Reforma Agrária.

Para o Presidente do STR de Marmeleiro (2010), no ano de 1985, o Sudoeste foi tomado por vários acampamentos de grande vulto que se espalhavam pelos municípios da região principalmente em Francisco Beltrão, Marmeleiro, Renascença, Salto do Lontra, Dois Vizinhos, Quedas do Iguaçu e Capanema.

Os acampamentos do Sudoeste do Paraná reproduziam a situação do grave problema existente pela falta de iniciativa do governo Federal em resolver o problema da Reforma Agrária, visto que a concentração de trabalhadores excluídos do direito ao trabalho e a terra aumentava cada vez mais e as estratégias dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terras era ocupar grandes áreas na região que apresentavam condições para fins de desapropriação.

A estratégia adotada era fazer de forma coletiva em várias áreas ao mesmo tempo, distribuída em toda a região, criando assim, dificuldades da força policial atuar na retirada imediata dos ocupantes,

nós éramos organizados e tínhamos contato com vários acampamentos na região. No dia em que ocupamos o Fazenda Perseverança, outros grupos de acampados ocuparam fazendas em Santo do Lontra e outro grupo ocupou a fazenda Araupel em Quedas do Iguaçu. A nossa articulação era programada para se criar um impacto maior e desarticular as autoridades e a polícia, que eram muito ameaçadores (ASSENTADO “A”, maio 2010).

O objetivo das 480 famílias acampadas na Linha Frias em ocupar a Fazenda Perseverança, foi motivado em mostrar para as autoridades a necessidade de desapropriação da área para atender a reivindicação dos acampados que aguardavam por alguma decisão por parte do INCRA. Os assentados tinham consciência da limitação dos lotes,

nós sabíamos que quando houvesse uma desapropriação da área, apenas alguns iriam conseguir um lote e os outros deveriam buscar novos locais. Mas a ideia do movimento era essa de pressionar e a pressão vinha com grande número de famílias nos acampamentos. Por isso, que muitas famílias passaram por vários acampamentos até conseguir uma área (ASSENTADO “B”, maio, 2010).

Algumas semanas após a ocupação da Fazenda Perseverança foi emitida pelos proprietários da fazenda Dambros e Piva, uma ação judicial de reintegração de posse que deu

entrada no Fórum da Comarca de Francisco Beltrão e a ordem de despejo foi aprovada pelos juízes.

O resultado foi imediato, com ação policial sobre os acampados que ocorreu às 04 horas de uma manhã, com 2.000 policiais de vários batalhões da região, que cercaram o acampamento para executar a ordem de despejo das famílias. Como estratégia para que não houvesse resistência dos acampados, os policiais militares iniciaram a prisão dos líderes, como forma de intimidá-los,

[...] prendendo os líderes, eles achavam que as famílias iam se render facilmente. Porém eles se enganaram, pois num acampamento de dois anos praticamente todas as famílias se tornavam líderes, pois tomavam a consciência da luta, aprendiam a se defender. Conseguiram prender 30 a 40 pessoas e alguns líderes. Os policiais colocavam os presos num local distanciado do acampamento em céu aberto, cercados por um cordão de policiais com armas apontadas, como se fôssemos bandidos (ASSENTADO “A”, maio de 2010).

A polícia militar era apoiada pelas secretarias de segurança, das prefeituras municipais e das delegacias. A maioria das prefeituras municipais apoiava e acatava a decisão judicial, auxiliando no processo de reintegração de posse, contribuindo com a alimentação aos soldados e destinando caminhões caçambas para o local para auxiliar na retirada dos acampados. As famílias resistiam até onde era possível, no entanto,

[...] com tantos policiais e com a ordem de despejo, eles começavam de forma agressiva, a arrancar tudo o que tinha na frente e jogar tudo em cima dos caminhões. Não havia paciência, nem respeito com a gente e nem negociação. Em poucas horas, o pouco que nós tínhamos, foi todo jogado pra cima do caminhão, inclusive as mulheres e as crianças. Para nos enfraquecer, os caminhões foram em diferentes direções. Um grupo foi levado para Marmeleiro, outro para Beltrão e outro para Renascença. Assim eles queriam eram desarticular o movimento (ASSENTADO “A”, maio 2010).

A retirada dos acampados da Fazenda Perseverança era programada e os locais de despejo eram definidos pelas próprias prefeituras junto com a polícia militar. Um grupo de 60 acampados das 480 famílias foi despejado na área denominada Úrio, próxima a cidade de Marmeleiro, enquanto que outro grupo foi encaminhado para o município de Renascença e um terceiro grupo foi encaminhado para o município de Francisco Beltrão.

Assim, o grande acampamento que se instalara na Fazenda Perseverança deixou de existir e os acampados foram subdivididos em vários, com intuito de enfraquecer o

movimento, estratégia paliativa que durou pouco tempo, visto que os trabalhadores se reorganizavam e buscavam novas estratégias de luta.

Depois de muitas negociações e espera por parte dos acampados do Acampamento Úrio, a área da Fazenda Perseverança foi desapropriada. Das 60 famílias que constituía o acampamento Úrio, 34 famílias foram beneficiadas. Segundo técnicos da EMATER (2010) a seleção foi realizada pelo INCRA através de uma triagem em cartórios, fóruns, delegacias de polícia da região e nos locais de origem das famílias para averiguar se algumas delas eram proprietárias de imóveis rurais e se estavam arrolados em algum processo ou ação judicial.

Segundo técnicos do INCRA (2010), o processo de levantamento da situação, a negociação da área junto a Empresa Dambros e Piva, bem como, os trâmites para a legalização, foi realizada no final de ano de 1986, quando o INCRA anunciou a legalização definitiva da área para fins de Reforma Agrária. O assentamento foi instituído pelo decreto do INCRA, nº 93.718, de 16 de Dezembro de 1986.

Um fato ocorrido a partir do anúncio da desapropriação pelo Escritório Regional do INCRA de Francisco Beltrão, segundo os técnicos do INCRA (2010), foi à notícia divulgada na imprensa de que a área da Fazenda Perseverança estava desapropriada. A partir da divulgação, alguns sem-terra não acampados do município de Marmeleiro ocuparam a área, estabelecendo-se com construções de barracos, início de atividades produtivas e comercialização da madeira. Meses após esta ocupação da fazenda, as famílias não cadastradas foram retiradas e encaminhadas para outros acampamentos. A partir da retirada, foi garantida a continuidade dos trâmites legais do assentamento,

[...] eram pessoas sem-terra do município de Marmeleiro, companheiros nossos que não estavam nos acampamentos. Por orientação dos nossos líderes a gente nem se intrometeu para resolver o problema. O próprio INCRA e a polícia militar fizeram a retirada. Transferiram todos para Renascença. A retirada foi pacífica. Anos mais tarde todo mundo foi assentado. Uns foram para Bituruna, outros foram transferidos para o assentamento São Jorge e Anjo da Guarda, aqui mesmo em Marmeleiro (ASSENTADO “C”, abril, 2010).

Após a desapropriação da área foram tomadas medidas para a distribuição dos lotes. A medição, elaboração do projeto técnico, subdivisão dos lotes e a seleção final das famílias foram realizadas pelo INCRA e durou um ano. Neste período as famílias continuaram no acampamento Úrio, aguardando os trâmites finais do INCRA.

Através da Portaria nº 317, de 12 de maio de 1987 (INCRA, 1987) foi criado legalmente o projeto de Assentamento da Fazenda Perseverança, numa área de 735,50 ha área

denominada Gleba 02, Colônia Missões, com 34 lotes, uma área comunitária e uma unidade de preservação florestal permanente. A emissão da documentação de desapropriação foi realizada pelo INCRA, sob ato nº 10/87 na data de 04 de Fevereiro de 1987 à Empresa Dambros e Piva (Anexo 1).

A distribuição dos lotes aos futuros assentados foi definida em dois grupos: o primeiro era formado pelos ex-funcionários da Firma Dambros e Piva, constituído de 05 famílias. Esses funcionários trabalhavam na empresa como lenheiros e reivindicaram junto ao INCRA a sua permanência no local. O segundo grupo era constituído de famílias oriundas do acampamento Úrio classificadas segundo critérios do INCRA. A Tabela 12 menciona a procedência dos Assentados do Assentamento Perseverança:

Tabela 12 - Procedência dos Assentados do Assentamento Perseverança

Procedência	Nº de Assentados	%
Capanema - PR	13	38,2
Francisco Beltrão - PR	12	35,2
Marmeleiro - PR	05	14,7
Planalto - PR	02	6,0
Santo Antônio do Sudoeste - PR	01	3,0
Barracão - PR	01	3,0
Total	34	100

Fonte: INCRA, Unidade Regional de Francisco Beltrão – PR (1993)

Regularizada a área e definidos os assentados que iriam ocupar os lotes, faltava por parte do INCRA, a divisão, demarcação definitiva dos lotes e os procedimentos de documentação legal. Com possibilidade de ocupação por parte de outros grupos de sem-terra da região, as famílias selecionadas foram autorizadas pelo INCRA no ano de 1987 a ocupar e permanecer na área do assentamento e iniciar atividades de plantio de forma comunitária numa área de 45 ha.

As famílias se estabeleceram na entrada do assentamento, numa área já agricultável,

ficamos um ano aproximadamente aguardando que o INCRA entregasse os lotes para a gente ter o pedaço de terra em definitivo. Enquanto estávamos todos juntos, a gente se organizou o plantio para a nossa sobrevivência. Ganhamos um pouco de semente, usamos enxadas, foices e arado de boi. Todo mundo trabalhava em grupo. Todo mundo tinha que colaborar (ASSENTADO “A”, abril, 2010).

Enquanto aguardavam a demarcação definitiva dos lotes, deram início as primeiras atividades produtivas coletivas no assentamento. As atividades agrícolas eram voltadas para a subsistência das famílias e excedente para comercialização,

todo mundo se uniu. A gente plantou milho, trigo, arroz, feijão, batata, mandioca e algumas verduras. Criamos algumas galinhas caipira, porcos e bezeros. Para colher o trigo e milho, a gente contratou uma colheitadeira e um batedor de cereais. Depois da colheita cada família tirou uma parte para o consumo. O restante foi para pagar as máquinas e sobrou muito pouco (ASSENTADO “B”, abril, 2010).

No mês de julho de 1988, a área estava efetivamente subdivida em 34 lotes. Os futuros assentados receberam seus lotes através de sorteio realizado,

lembro-me que naquele momento tinha muitas pessoas alegres na sala. Lembro daquele copo de vidro, onde o sorteio com os papeizinhos picados com o número de 01 a 34. Tive sorte eu tirei o número 06. Fiquei apreensivo se eu tirasse um número que a área fosse muito dobrada, ficaria difícil para trabalhar (ASSENTADO “A”, abril, 2010).

Levantamento realizado junto ao INCRA (1993) sobre a procedência dos assentados do Perseverança, foi detectado que a maioria eram arrendatários, enquanto que outros trabalhavam como diaristas e meeiros, residentes nas propriedades de terceiros, conforme descrição da Tabela 13.

Tabela 13 - Atividade no meio rural dos assentados antes do assentamento

Atividade	Nº de Assentados	%
Arrendatários	19	55,9
Meeiros	05	14,7
Diaristas	05	14,7
Mateiro	05	14,7
Total	34	100

Fonte: INCRA, Unidade Regional de Francisco Beltrão – PR (1993)

Todos os assentados residiam no Sudoeste do Paraná, o que permitiu sua adaptação na área. Segundo Leite et al. (2004) a maioria dos assentamentos implantados no Brasil, o acesso a terra é geralmente de trabalhadores rurais já residentes na própria região. Isso representa um aspecto positivo quanto à adaptabilidade, mas não garante o aspecto da fixação que depende de outros fatores principalmente o apoio de políticas governamentais.

O tamanho dos lotes se constituiu em média de 15 ha, acrescentados 3,5 há que correspondem à Reserva Legal. A reserva está situada numa área específica correspondente em média 20% da área total, conforme prevista em lei.

Após a entrada nos lotes, os assentados continuaram residindo em barracos de lona e alguns montaram barracas de “pau roliço”, uma vez que não havia liberação momentânea de

recursos financeiros para que pudessem iniciar a construção de moradias e instalações para iniciar as atividades agrícolas.

Houve a preocupação das famílias quanto à religiosidade, principalmente acostumados com encontros nos domingos para momentos de reza. No lote comunitário, as famílias levantaram a primeira igreja (Figura 13), servindo de espaço para a realização dos cultos religiosos.



Figura 13 - Cerimônia religiosa realizada na sede comunitária do Assentamento Perseverança, 1988

Fonte: Arquivo pessoal do Assentado “A” (2010)

Observa-se na Figura 13, que a primeira igreja foi construída de bambu. As cerimônias religiosas eram realizadas ao ar livre com a presença de padres da Paróquia de Marmeleiro.

Os assentados que receberam lote com vegetação, passaram a dedicar o trabalho na derrubada para iniciar as atividades agrícolas, descrita da seguinte forma, por um assentado,

era tudo mato, capoeira e galharia seca. O mato era só refugio. A madeira de lei foi toda retirada pela empresa Dambros. O que tinha de árvore de tronco grosso era pururuca que não servia nem para fazer tábua. [...] Quando a gente se instalou no lote começamos a derrubar o resto de mato, tudo na foice e no machado. Nem motosserra a gente tinha e ninguém do assentamento tinha. A gente não recebeu nem trator esteira para destoca. Como tinha bastante soqueiras gigantes, com o passar do tempo elas foram apodrecendo e limpamos a lavoura tacando fogo. A gente usava muito a junta de boi pra tirar da lavoura as soqueiras e galhada que sobrava do fogo. A gente plantava no meio das soqueiras. O governo do Estado da época doou uma matraca pra gente plantar (ASSENTADO “B”, Abril, 2010).

As práticas rudimentares adotadas no plantio de culturas agrícolas, como o uso de queimadas e a falta de manejo adequado ao solo produziram em poucos anos a perda rápida da fertilidade do solo. *“Tivemos uma vantagem muito grande, quando pegamos a terra para plantar, era muito boa, mas com o passar dos anos foi ficando fraca”* (ASSENTADO “B”, Abril, 2010).

Dois aspectos fundamentais devem ser considerados quanto ao início do assentamento: a falta imediata dos recursos financeiros para investimento e apoio às famílias na construção de residências e infraestruturas de produção; e a falta de assistência técnica e recursos financeiros para custeio das lavouras, aspectos estes fundamentais para a consolidação do assentado.

Para os assentados, os dois primeiros anos de assentamento foram desafiadores devido à falta de estradas vicinais, a derrubada da mata, residir em casebres de “pau roliço” coberto por lona plástica (Figura 14), plantio de culturas agrícolas com restos de floresta derrubada, o que dificultava a colheita realizada de forma manual.



Figura 14- Moradia da época de início de assentamento, 1988

Fonte: Arquivo da EMATER Regional, Francisco Beltrão (2010)

As dificuldades iniciais levaram algumas famílias a abandonar a área de assentamento por não haver perspectiva de melhoria das condições de vida. No ano de 1993 (PRANDO, 1993), das 34 famílias assentadas, 07 abandoaram os lotes pelas dificuldades apresentadas no interior do assentamento.

Na saída do lote, o assentado comercializava apenas o que conseguiu desenvolver como a parte de infraestrutura e produção, como a estrutura física, a produção agrícola, não podendo comercializar a terra. Os novos assentados geralmente adentravam ao lote, sem uma permissão definitiva do INCRA, sendo legalizada a sua condição de assentado posteriormente.

A comercialização dos lotes, segundo o INCRA (UA, Francisco Beltrão, 2010) é ilegal. Houve muitos casos em que o assentado comercializava a infraestrutura existente no lote e produção para outra família sem conhecimento do INCRA. Posterior à “compra do lote” a família que havia adquirido procurava o Instituto para verificar formas de regularização. Como medida de prevenção para que assentados não comercializem os lotes, a partir de 2010, o Superintendência Regional do INCRA – PR, emitiu uma cartilha de orientação a todos os assentados sob o título “diga não a venda de lote da Reforma Agrária”²¹.

Segundo o INCRA (2010), o abandono do lote do Perseverança por algumas famílias, foi motivada por alguns aspectos, tais como, a má aplicação dos recursos do então PROCERA e as dificuldades encontradas pelas mesmas no interior do assentamento. Na época havia fiscalização por parte do INCRA e da EMATER para que a aplicação dos recursos fosse realizada conforme a predeterminação.

Na percepção do Assentado “D”, as famílias que abandonaram seus lotes, o fizeram por falta de capacidade de cuidar seus negócios,

falando no geral dessas famílias que saíram do lote, foi causa da falta de capacidade de atenção em seus negócios, facilitaram com o dinheiro que receberam do Procera e ficaram quase sem nada. A Acarpa (atual Instituto Emater) fez vistoria em suas propriedades e não puderam repor o que gastaram. Eles ficaram na pior e daí teve que vender quase de graça [...] (ASSENTADA “D”, abril, 2010).

Das 34 primeiras famílias que foram assentadas até o ano de 2009, vinte abandonaram os lotes e venderam suas estruturas físicas e produção para outros. Uma série de fatores (Tabela 14) contribuiu para que as famílias abandonassem o assentamento, conforme apontado pelos próprios assentados de origem de acampamento:

²¹ A cartilha publicada pela Ouvidoria Agrária Regional (OAR) do Paraná descreve notas explicativas de orientação aos assentados, de que a venda ilegal do lote de terra de assentamento é crime. A cartilha orienta o assentado para ser um fiscal do seu próprio lote, incentiva o assentado a continuar no lote, ameaça o assentado ser processado, caso o mesmo fizer a venda do lote, orienta o assentado sobre os direitos e deveres do mesmo quanto ao contrato de concessão, a preservação do meio ambiente, sobre as leis que regem a reforma agrária, a proibição do arrendamento (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ – SR 09, MDA, 2010)

Tabela 14 – Motivos de abandono, segundo assentados que permaneceram no assentamento

Motivos	Nº de respostas	%
Dívidas contraídas com inadimplência	07	35,0
Arranjar trabalho na cidade	03	15,0
Doenças	02	10,0
Desilusão com o assentamento	02	10,0
Mudança para outros assentamentos	01	05,0
Velhice dos assentados	01	05,0
Morte de cônjuge	01	05,0
Saída dos filhos do assentamento	01	05,0
Aposentadoria	01	05,0
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de Campo (Set, 2009)

Para os assentados, as dívidas contraídas com financiamentos e as dificuldades enfrentadas no interior do assentamento, foram os principais motivos que afastaram alguns assentados durante os 23 anos de existência do assentamento. Outros motivos contribuíram como doenças entre os assentados, idade avançada, mortes e conseqüente saída dos filhos. Estes são alguns fatores que geram a mobilidade dos assentados, que ocorrem praticamente em todos os assentamentos de Reforma Agrária.

O abandono do lote no assentamento é um dos problemas da Reforma Agrária e está relacionado à ausência de políticas públicas garantidoras de permanência do assentado, sobretudo nos primeiros anos na terra. As políticas públicas direcionadas não atenderam os anseios dos assentados, fazendo com que muitos abandonassem seus lotes. Existem outros fatores que contribuem com a desistência das famílias como falta de infraestrutura, serviços públicos, transporte e de definição da política de preços mínimos de produtos agrícolas que não garantem renda mínima na produção.

Por isso, a continuidade do assentado na terra depende de programas de financiamento, assistência técnica, infraestrutura de maquinários, projetos de produção alternativa, cooperativismo, cursos de atualização sobre conservação de solos, criações, formação política e humana e trabalho associativista. Estas são condições necessárias para a manutenção da família na terra e as políticas públicas devem ser norteadas e implantadas a partir de tais necessidades.

Os aspectos de produção, assistência técnica e política agrícola foram importantes na definição de continuidade ou não de assentados do Perseverança, que a partir da falta de alguns desses aspectos contribuiu para que muitas famílias abandonassem o assentamento, buscando outras alternativas de sobrevivência.

CAPITULO IV

ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA: BENEFÍCIOS E ENTRAVES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 OS MEIOS DE PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO

Os meios produtivos no assentamento são necessários para garantir a permanência dos assentados na terra. O processo produtivo está relacionado a saberes herdados e adquiridos no processo de lutas e sua relação como as políticas públicas e programas governamentais voltados para o campo. Uma das interferências mais ativa que os assentados que tiveram acesso foram os financiamentos das lavouras através do PROCERA, e posteriormente o PRONAF.

Nas décadas de 1980 e 1990, os assentados sofreram também a influência do pacote Tecnológico da Revolução Verde, implantado na região nos anos de 1980. Houve um crescimento na utilização de tratores, colheitadeiras, adubo químico, defensivos agrícolas, modernização esta voltada à grande propriedade rural, aos complexos agroindustriais representando a integração técnica entre a indústria que produz para a agricultura e a agroindústria.

O processo de modernização foi orientado para o latifúndio, potenciais compradores dos produtos industriais, cuja produção tinha o direcionamento da produção para o mercado externo, enquanto que os produtos para abastecer o mercado interno eram pouco valorizados, produzidos pela grande maioria dos pequenos produtores rurais. Nessa perspectiva apresentada, a pequena propriedade rural familiar e lotes dos assentados não eram beneficiados diretamente com a política governamental do “pacote tecnológico”, o que ocasionou a dificuldade de se sobressair nos processos produtivos.

A criação do assentamento Perseverança em 1988 teve a influência da política econômica do “Pacote Tecnológico”, em que a fraca atuação do governo no incentivo ao crédito agrícola era bastante limitada, sem garantias de preços mínimos que gerassem renda para a manutenção e investimentos no lote rural.

As principais atividades econômicas do assentamento consistem na produção de grãos, criação e silvicultura. A Tabela 15 apresenta a distribuição do uso da terra pelos assentados e qual a predominância das atividades produtivas.

Tabela 15 - Uso da terra no assentamento Perseverança*

Tipo de uso	Menos de 2 ha	2 a 4 ha	5 a 7 ha	8 a 10 ha	11 a 13 ha	Não utiliza	Total de Assentados	% Total
Lavouras temporárias	-	17,6	17,6	44,1	14,7	5,9	34	100
Pastagens naturais	5,9	23,5	53,0	17,6	-	-	34	100
Pastagens cultivadas	44,1	35,4	17,6	-	-	5,9	34	100
APP	88,2	11,8	-	-	-	-	34	100
Silvicultura	50,0	14,7	-	-	-	35,3	34	100
Arrenda suas terras	-	5,9	11,8	23,4	-	58,9	34	100

Fonte: Pesquisa de campo (Set, 2009)

Nota:

* **Representação em percentual de assentados**

A maior parte da área do lote utilizada pelos assentados é destinada a produção agrícola e pastagens permanentes. Cerca de 65% dos assentados desenvolvem atividades silvícolas, com plantio de eucaliptos (Figura 15) e pinos ilhotes, práticas essas, incentivadas pelos projetos de financiamento de crédito custeio do PRONAF.



Figura 15 - plantio de eucaliptos no assentamento

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2010)

A utilização das terras para a silvicultura muitas vezes vai à contramão do assentamento, pois se trata de pequenas áreas de terra, o que é incompatível com esta cultura. O incentivo aos assentados para buscar alternativas de investimento em culturas de ciclos longos, não vem ao encontro com a necessidade de produção de culturas de ciclo mais curto e de retorno imediato.

Além da prática da silvicultura, muitos assentados apresentam dificuldades de viabilizar produções de cereais por não possuir maquinários agrícolas e tende a realizar o arrendamento de terras para terceiros, o que é comum para 41% dos assentados (Pesquisa de campo, setembro, 2009).

Podemos constatar que esta prática é considerada positiva pelos assentados, uma vez que não há necessidade de contrair empréstimos bancários para custeio da lavoura,

no início a gente era mais novo e tinha os filhos ainda no lote, que ajudava a gente a fazer as lavouras. Com o passar dos anos os filhos cresceram e foram embora para a cidade. A gente plantava principalmente milho, feijão e trigo. Quando a terra ficou limpa começamos a arrendar a terra, dá mais lucro (ASSENTADO “B”, abril, 2010).

De acordo com INCRA (2010) esta prática de exploração da área de assentamento por terceiros não é ilegal, visto que o assentamento encontra-se emancipado. O assentado desprovido da mecanização faz a cessão das áreas de terras para vizinhos, agricultores familiares vizinhos ao assentamento e para alguns assentados do Assentamento São Jorge que possuem infraestrutura de maquinários como colheitadeira, trator e implementos agrícolas para plantio e colheita da soja, milho e trigo. Para cada arrendamento, o assentado recebe em média 20% da renda da produção.

As justificativas de alguns assentados para o arrendamento de suas terras ocorrem nos seguintes termos,

[...] O que nós velhos vamos fazer na terra. A gente não tem maquinário, os filhos foram embora, e com o passar do tempo as terras ficaram fraca e para recuperar precisa de muito investimento. O calcário que o governo devia dar, nunca veio. Com o arrendamento a gente tem uma pequena renda. Quando fazia financiamento do Pronaf, praticamente tudo ia para devolver para o banco (ASSENTADO “B”, abril, 2010).

Com o passar dos anos, alguns assentados foram perdendo a capacidade de produção e investimento no lote em detrimento da falta de infraestrutura e de adoção de atividades

produtivas pertencentes ao agronegócio, que para a pequena propriedade rural representa um atraso devido aos custos elevados de produção e pouco retorno financeiro.

Na prática, a política de crédito no Brasil libera recursos para plantio de culturas pertencentes ao agronegócio, o que para a pequena propriedade rural não representa a eficiência produtiva necessária, para a geração de capital e posterior investimento. Outro fator a ser considerado é que os assentados estão habituados a produzir aquilo que aprenderam por gerações, o que dificulta a introdução de novas formas produtivas.

Parte dos assentados busca alternativas de maior produção de renda, como a venda de lenha, cultivo da erva-mate, aliada as produções agrícolas e a produção de leite. Os assentados que tiveram acesso a algumas formas de capacitação e conhecimento técnicos estão mais organizados. Podemos constatar essas capacitações apontadas pela fala de um dos assentados,

eu comecei a investir em vacas. Tive que fazer o curso de Manejo de Bovinos e aprendi como ordenhar com ordenhadeira mecânica, mochar, alimentação e inseminação artificial. Hoje, a prefeitura faz inseminação para os assentados interessados. Então, eu tenho umas vacas inseminadas. Aproveito a bezerra para aumentar o plantel. Fiz curso de tratorista (ASSENTADO “C”, Abril, 2010).

Algum diferencial de organização social e produtiva existentes entre os assentados são verificadas na medida em que os assentados têm acesso à capacitação. Com isso, conseguem transferir os resultados da capacitação na melhoria na organização e na produção. Verificou-se (Pesquisa de campo, Setembro, 2009) que a produção que exige maior aplicação de técnicas está diretamente aliada a capacitação, como no caso da produção de leite.

A maioria dos assentados pratica uma produção agropecuária baseada no cultivo de “miudezas”, produtos oriundos da horta e da criação de animais, como suínos, aves de postura, gado de leite, destinada a subsistência diária. No entanto, para a geração de renda, as produções diversificadas descritas na Tabela 16 geram excedentes que são comercializados, aliado as atividades agrícolas específicas comerciais. Assim distribuídos:

Tabela 16 - Criação de animais existentes no Assentamento*

Criações de animais	Menos de 02 Unid	2 a 6 Unid	7 a 12 Unid	13 a 20 Unid	Mais de 20 Unid	Não possui produção	Nº de Assentados	% Total
Vacas de leite	5,9	23,5	29,4	26,5	8,8	5,9	34	100
Novilhas	17,6	26,5	32,4	14,7	5,9	14,3	34	100
Bois (força/trabalho)	-	17,6	-	-	-	82,4	34	100
Touro (procriação)	23,5	-	-	-	-	76,5	34	100
Cabrito	5,9	-	-	-	-	94,1	34	100
Suínos	14,7	17,6	20,6	5,9	2,9	38,2	34	100

							Continuação	
Bovino de corte	14,7	17,6	23,5	8,8	-	35,3	34	100
Galinha Caipira	-	-		17,6	73,5	8,8	34	100
Apicultura (caixas)	-	-	2,9	-	-	97,1	34	100
Piscicultura (milheiro)	23,5	-	-	-	-	76,5	34	100
Pato	-	14,7	-	-	-	85,3	34	100

Fonte: Pesquisa de Campo (Setembro, 2009)

Nota:

*** Percentual de Assentados**

De acordo com os dados da Tabela 16, há uma predominância da criação bovina destinada à produção de leite. Alguns assentados têm acesso ao Programa de Inseminação Artificial em Bovinos de Leite, que vem contribuindo para melhorar a genética por animais leiteiros. Neste contexto, os assentados reconhecem a importância da atividade leiteira como retorno financeiro imediato,

[...] o que dá renda ainda para nós é o leite, que a cada dois dias o pessoal do laticínio vem pegar. Com o dinheiro do leite a gente faz o rancho e compra alguma ração, sal mineral para as vacas (ASSENTADO “B”, abril, 2010).

A Figura 16 ilustra o estábulo pertencente a este entrevistado, onde é realizada a ordenha:



Figura 16 - Atividade leiteira de produção de subsistência e comercialização

Fonte: autor (2010)

A alimentação animal provém da pastagem natural e de gramíneas cultivadas, incrementada com suplementação mineral e farelo de milho. Dados recolhidos na CRESOL e na EMATER – PR, unidades de Marmeleiro (Abril, 2010), informaram que a média de preço pago pelo litro de leite para ao assentado varia em torno de R\$ 0,53 a R\$ 0,60, dependendo da quantidade e qualidade do leite.

Na década de 2000, a produção de leite no assentamento foi ampliada, tanto no aumento do número de assentados que aderiram à atividade, como na quantidade de leite produzida. Um dos fatores que contribuíram foram os investimentos realizados a partir do PRONAF, que permitiu a aquisição de matrizes, equipamentos para acondicionamento do leite e melhorias nos estábulos.

A Tabela 17 enumera a produção diária de leite do assentamento:

Tabela 17 - Produção diária de leite do assentamento

Quantidade de leite produzida	Nº de Assentados	%
Não exerce atividade leiteira	05	14,7
Menos de 05 litros dia	01	2,9
5 a 30 litros dia	02	5,9
31 a 50 litros dia	03	8,8
51 a 70 litros dia	04	11,8
71 a 90 litros dia	04	11,8
91 a 110 litros dia	05	14,7
111 a 130 litros dia	05	14,7
Mais de 130 litros dia	05	14,7
Total	34	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Setembro, 2009)

O leite representa um retorno financeiro imediato e a possibilidade de quitação de financiamentos e investimentos no lote. No assentamento encontramos assentados que estão iniciando a produção de leite somente para o consumo, enquanto que outros apresentam toda infraestrutura para produção acima de 100 litros/dia.

Alguns assentados aliam a produção de leite com atividades agrícolas, produzindo cereais para consumo animal e excedente para comercialização. Exemplo típico é a produção de milho que é estocada para alimentação animal, o que garante baixo custo da manutenção para a aquisição de insumos destinados a complementação alimentar.

A produção agrícola é diversificada existindo uma predominância da produção de autoconsumo. Para produção comercial de culturas agrícolas, há a utilização de insumos agrícolas e sementes selecionadas, incorporadas nos anos de 1990 nos sistema produtivo dos assentados.

A Tabela 18 destaca os produtos agrícolas produzidos pelos assentados:

Tabela 18 - Produtos agrícolas do assentamento (2008)*

Culturas	Percentual de assentados que realiza produção agrícola							% Total
	Menos de 50**	50 a 100	101 a 200	201 a 300	Mais de 300	Não produz	Nº de Assentados	
Soja (sacas)	-	-	8,8	20,6	47,1	23,5	34	100
Milho (sacas)	11,8	11,8	17,6	23,5	35,3	-	34	100
Aveia (sacas)	11,8	14,7	17,6	23,5	20,6	14,7	34	100
Fumo (arroba)	-	5,9	-	-	-	94,1	34	100
Batata doce(Kg)	82,4	5,9	-	-	-	11,7	34	100
Feijão (Sacas)	73,5	-	-	-	-	26,5	34	100
Mandioca (tonelada)	79,4	14,7	-	-	-	5,9	34	100
Azevém (Sacas)	11,8	14,7	20,6	14,7	23,5	14,7	34	100
Hortaliças em geral (Kg)	58,8	41,2	-	-	-	-	34	100
Trigo (Sacas)	14,7	5,9	11,8	8,8	11,8	41,2	34	100

Fonte: Pesquisa de Campo (Set/2009)

Nota: Não incluso produção por arrendamento

* percentual de Assentados.

** Sacas, arroba, kg, ou toneladas.

Geralmente as sementes selecionadas e insumos agrícolas são provenientes através de financiamentos do PRONAF, em parceria com Cooperativas do município, exemplo típico da Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda. (COASUL).

Utilizando-se do plantio convencional, sem maquinários agrícolas próprios, e contando com maquinários de terceiros, as atividades agrícolas são onerosas, ou seja, geralmente a produção não cobre os custos. Muitos dos assentados que não tiveram retorno utilizando-se dessa sistemática abandonaram o plantio de cultura, arrendando as terras para terceiros cultivar, cobrando uma renda mínima de 18 a 20%.

Podemos verificar que as lutas constantes dos assentados para se manterem nas terras, se da essencialmente pela falta de infraestrutura por eles enfrentadas,

quando a gente foi assentado, a terra era muito boa e produzia bastante. Os nossos filhos ajudavam na lavoura. Com o passar do tempo, a terra foi enfraquecendo, precisando calcário e adubo químico. O nosso maior problema é não ter maquinário para trabalhar. Isso dificulta muito pra gente. Por isso que a gente arrenda as terras (ASSENTADO “C”, Abril, 2010).

O valor hora máquina contratada para realizar trabalhos de preparo do solo, plantio, colheita e a aquisição de insumos agrícolas e sementes, são fatores preponderantes dos assentados em optar pelo arrendamento.

Existe por parte do Governo Federal e do Estado a possibilidade de programas de aquisição de maquinários agrícolas que possam ser utilizados de forma coletiva. Porém, há a

necessidade da organização de uma associação, para que recursos e programas sejam acessados.

O uso dos insumos agrícolas, sementes selecionadas e agrotóxicos, são heranças históricas provenientes da influência da agricultura moderna, e que as famílias foram incorporadas ao modelo da utilização de insumos sintéticos e incorporação a produção agrícola de *commodities*.

A Tabela 19 descreve os principais tipos de insumos e fertilizantes utilizados pelos assentados em suas lavouras:

Tabela 19 - Fertilizantes, sementes e pesticidas adquiridos pelos assentados (2008)*

Tipos de Insumos/ Fertilizantes	Percentual de aquisição de Insumos agrícolas pelos assentados							
	Insumos/Quantidades	Menos de 10*	10 a 20	21 a 30	31 a 40	Mais de 40	Não adquire	Nº de Assentados
Adubo químico (sacas)	-	11,8	14,7	17,6	41,1	14,7	34	100
Uréia (sacas)	11,8	14,7	14,7	23,5	29,4	14,7	34	100
Adubo orgânico (ton)	8,8	-	5,9	-	85,3	34	100	
Sementes milho (sacas)	5,9	23,5	41,1	14,7	-	14,7	34	100
Sementes soja (sacas)	8,8	11,8	14,7	35,3	8,8	20,6	34	100
Calcário (ton)	5,9	8,8	2,9	26,5	14,7	41,1	34	100
Herbicidas (litros)	8,8	23,5	35,3	20,6	-	14,7	34	100
Fungicidas (litros)	8,8	23,5	35,3	20,6	-	14,7	34	100

Fonte: Pesquisa de Campo (Setembro, 2009)

Notas:

* Percentual de Assentados.

** Número de referência de aquisições em sacas, toneladas ou em litros.

Um pequeno percentual de assentados teve acesso a programas governamentais para correção de solos, como o programa de calcário. Para o presidente do STR de Marmeleiro, na década de 1990, alguns assentados receberam do Governo do Estado várias toneladas de calcário destinadas à recuperação dos solos. A aplicação desse calcário foi feita sem orientação técnica. Não houve por parte do assentado a realização de análise de solos para verificar as quantidades necessárias. A falta de orientação técnica e de maquinários específicos para a distribuição do calcário foram fatores que contribuíram para a não aplicação correta do calcário.

4.2 INFRAESTRUTURAS DE ATENDIMENTO A PRODUÇÃO

As primeiras construções de atendimento as produções agropecuárias dos assentados foram com recursos provenientes do PROCERA, assim cada assentado conseguiu construir

um pequeno galpão de madeira para armazenar os produtos agrícolas, principalmente o milho destinado para alimentação animal. Os recursos do PROCERA também auxiliaram na construção de pocilgas e estábulos e aquisição de bovinos de leite e suínos.

Algumas atividades produtivas comerciais não prosperaram no lote, como é o caso da suinocultura. As estruturas físicas antigas são utilizadas atualmente para a criação de suínos para a subsistência.

O galpão de fumo é uma das estruturas antigas sem utilização específica, encontradas na maioria dos lotes no assentamento. Em meados da década de 1990, a maioria dos assentados iniciou atividade de produção de fumo com contrato de parceria com a Souza Cruz. A atividade teve uma duração em média de 03 a 05 anos e posteriormente abandonaram a atividade, alegando problemas de ordem de pagamento, altos custos de produção, baixa renda e problemas por intoxicação durante as pulverizações realizadas.

Grande parte dos assentados substituiu a fumigicultura por produção de leite. O desvirtuamento imposto por grandes grupos econômicos de incentivo a atividades agrícolas geraram problemas de investimentos dos assentados em torno de produções que pouco contribuí com os assentados e geraram dívidas que foram pagas posteriormente.

O fumo foi um dos exemplos típicos que foi introduzido no assentamento com promessa de solução dos problemas de renda aos assentados. Com passar dos anos, a dependência, as dificuldades de trabalho e baixos preços pagos pela arroba, levaram ao desestímulo e ao abandono da atividade. Diferentemente do leite que é uma atividade atual de maior sustentabilidade para os assentados. Utilizam o galpão atualmente para guarda de maquinários e ferramentas e adequação de estábulo para produção de leite. Quanto a aquisição de maquinários, equipamentos e ferramentas, levantamento realizado junto aos assentados constatou-se a existência de poucos e antigos equipamentos que não atendem suficientemente as atividades produtivas.

Com relação à existência de equipamentos e ferramentas junto aos assentados a maioria foi adquirida nos primeiros anos de assentamento com recursos provenientes do PROCERA. Os equipamentos mais novos foram adquiridos com recursos do PRONAF, principalmente na área de bovinocultura do leite.

Apenas 02 assentados possuem trator e equipamentos mecanizados, que além de utilizar para a realização de atividades de produção no lote, realizam prestação de serviços para os outros assentados que são desprovidos desses maquinários.

Para aumentar a renda na propriedade, determinados assentados realizam a prestação de serviços para terceiros como trabalhador diarista como, por exemplo, carregamento de

frangos em aviários da Empresa Sadia, empreitadas de colheita de feijão, construções de estruturas físicas rurais na região, enfim formas de atividades temporárias exercidas principalmente os filhos dos assentados. A Tabela 20 descreve as principais atividades exercidas por membros da família fora das dependências do assentamento:

Tabela 20 - Atividades realizadas por membros da família fora do lote

Tipo de Atividade	Nº de Assentados	%
De forma assalariada, em restaurante, pedreiro,	08	34,8
Peão de propriedade para serviços gerais	04	17,4
Empreitada, para roçada, colheita, capina	03	13,0
Prestação de serviços para assentados com maquinário agrícola	08	34,8
Total	23	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Set/2009)

Esta prática da prestação de serviços para terceiros é uma forma que os assentados aderiram para aumentar as possibilidades de renda no lote. Para alguns assentados, as atividades produtivas não são suficientes para geração de renda.

A falta de políticas públicas mais direcionadas a geração de renda, compromete o crescimento econômico dos assentados. Apoio a assistência técnica, a escolaridade, apoio ao associativismo, a implantação de projetos específicos para os assentados, como hortaliças, frutíferas, atividades de produção de leite, mudaria a trajetória dos assentados. As políticas públicas nesses aspectos não chegaram aos assentados, o que produziu um grande diferencial da fixação ou não dos assentados.

A Tabela 21 enumera os principais problemas enfrentados pelos assentados para permanecerem em suas terras:

Tabela 21 - Principais dificuldades enfrentadas pelos assentados

Dificuldades após 22 anos de assentado	Respostas	%	Nº total de Entrevistados	% Total
Alto custo de produção e o baixo lucro.	25	73,5	34	100
Falta de assistência técnica e obtenção de novas técnicas	23	67,6	34	100
Falta de capital de giro	16	47,1	34	100
Não ter condições de adquirir maquinários e equipamentos	14	41,2	34	100
Falta de transporte adequado para todos	12	35,3	34	100
Falta de recursos para recuperar solo	10	29,4	34	100
Falta de acesso com melhores estradas	08	23,5	34	100
Prejuízos com questões climáticas principalmente secas	08	23,5	34	100
Distancia dos postos de saúde, devido a problemas de saúde	07	20,6	34	100
Saída de todos os filhos	07	20,6	34	100
Baixa produtividade da lavoura	06	17,6	34	100
Falta de mão de obra na propriedade	02	5,9	34	100

Fonte: Pesquisa de Campo (Set/2009)

Nota:

Obs: os assentados opinaram por mais de uma forma de dificuldade

As dificuldades apresentadas pelos assentados são aquelas que refletem diretamente nos processos produtivos, ou seja, carência de infraestrutura, quanto à relação custo benefício à falta de assistência técnica, as condições de acesso e saúde. Consideramos também a falta de formação e conhecimento sobre diferentes alternativas produtivas, que afetam na geração de maior renda.

4.3 CONDIÇÕES DE MORADIA A PARTIR DO APOIO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

A maioria das residências localizadas no assentamento Perseverança são construções recentes, que garante boas condições de moradia aos assentados, reformadas ou construídas principalmente a partir da década de 2000, com apoio de recursos financeiros de programas governamentais.

As primeiras residências dos assentados foram construídas de lona e pau roliço nos primeiros dias de assentamento. No início da década de 1990, os recursos do crédito habitação do INCRA, auxiliaram os assentados na construção de moradia simples construída de tábuas brutas, subdivida em uma cozinha e dois quartos. Apresentava uma metragem média de 40m², o que para tamanho das famílias era insuficiente. O banheiro, constituído de uma latrina localizada a uma distância entre 10 a 50 m da residência. A realidade dos atuais 34 assentados após 23 anos é bastante diferente. A maioria das famílias tem uma residência com tipo de construção mista e alvenaria, com banheiro anexo a casa.



Figura 17 - Residência típica dos assentados (1993)
Fonte: autor (1993)



Figura 18 - Residência típica dos assentados (2010)
Fonte: autor (2010)

As Figuras revelam a construção das residências do mesmo lote rural em dois momentos históricos. Na Figura 17 a construção da moradia ocorreu no ano de 1989 e foi realizada a partir de recursos provenientes do PROCERA. A Figura 18 mostra a construção atual na década de 2000, construída com recursos do Programa de Subsídio de Habitação de Interesse Social (PSH), com financiamento junto a CRESOL e apoio do STR.

As atuais casas dos assentados possuem entre 02 a 15 anos com uma média de metragem entre 50 a 80 m², o que indica boa infraestrutura, sendo que a maioria encontra-se em bom estado de conservação.

A partir de 2003, vários assentados foram beneficiados com o financiamento do PSH que liberou uma quantia de recursos a fundo perdidos e a CRESOL financiava o restante em 72 parcelas, conforme a necessidade do proprietário rural. As parcelas variam em valores de R\$ 48,00 a R\$ 65,00.

Percebemos a realização e satisfação do assentado que conseguiu melhorar sua moradia, através desses recursos,

a Cresol me ajudou a ter o acesso ao financiamento. Hoje eu tenho uma casa de alvenaria, um sonho muito antigo, que graças a Deus eu consegui ter. Eu morava num galpão. Tinha melhorado ele, mas era muito pequeno. Comecei a construir a casa há dois anos atrás. Todo o mês eu vou até a Cresol pagar a minha prestação de R\$ 54,00 (ASSENTADO “C”, abril, 2010)

Há um diferencial de estrutura física entre os assentados de origem de assentamento, para aqueles que adquiriram lotes posteriormente. Essa diferenciação apresentada nos remete a uma análise conjuntural e econômica. Os assentados de origem de acampamento estruturaram seu lote a partir de uma série de limitações e a residência é o ponto de compreensão.

A fixação no lote rural foi a partir da construção de barracos de lona e utilização de madeira pau roliço. Aproximadamente 02 anos posteriores, foram levantados os primeiros casebres com poucos recursos do PROCERA. A melhoria dos casebres foi acontecendo com investimentos próprios. Apenas na década de 2000, que muitos assentados foram beneficiados pelo programa PSH.



Figura 19 - Residência de assentado de origem de acampamento

Fonte: autor (2010)

Para os assentados que adquiriu lote posteriormente, a condição financeira era melhor, ou seja, entraram com alguns recursos próprios para construir ou reformar residências (Figura 20). Isso indica que quando o assentado possui recursos próprios conseguem melhores condições de moradia do que aqueles assentados, dependentes de políticas públicas. As melhores condições daqueles que dependem menos de políticas públicas se verificam também em outros aspectos como nas lavouras que se encontram mais desenvolvidas do que aqueles dependentes de políticas públicas.



Figura 20 - Residência de assentado que adquiriu lote

Fonte: Autor (2010)

Entendemos também que as famílias que adquiriam lote posteriormente, injetaram recursos financeiros a partir de um histórico produtivo e de renda anterior, o que possibilitou maior investimento no lote rural, diferentemente dos assentados de origem de acampamento, que iniciaram sua trajetória no assentamento com poucos recursos financeiros e de programas de crédito limitados.

4.4 VIDA COMUNITÁRIA NO ASSENTAMENTO E AS POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

A criação do Assentamento Perseverança gerou a fixação de 34 famílias nos lotes rurais e dessas com o passar das décadas, deram origem a uma série de novas famílias, que não havendo as condições de se estabelecer no próprio assentamento, buscaram novas alternativas.

Fazendo uma comparação da situação do número de filhos existentes no Assentamento Perseverança no ano de 1993 e ano de 2009 verificamos o grande número de constituição de novas famílias que se deslocaram para outros lugares.

No ano de 1993 (PRANDO, 1993), as famílias eram constituídas em média (5) cinco filhos que residiam no local, o que equivalia pelo menos de em média (170) cento e setenta crianças e jovens. Na pesquisa de 2009, foi constatado que a média do número de filhos por família restringe-se a média (1) um filho.

Um conjunto de fatores tem favorecido para a saída dos filhos, tais como, casamentos, busca de emprego no meio urbano, integração em novas áreas de terras, estudo na cidade, etc. Há também o fator do tamanho do lote (média de 15 ha), que não proporciona que haja subdivisão do lote entre os pais e filhos, restando à alternativa de procurar novos meios de vida.

Com relação à saída de filhos, o Assentado “A”, que tem apenas um filho menor residindo com os pais, salienta que outros 03 filhos saíram de casa e buscaram novas alternativas,

minha filha mais velha é casada, esta residindo em Santa Catarina e trabalha numa fábrica. Meu filho é casado, está residindo na cidade de Marmeleiro e trabalha numa empresa e a minha filha mais nova reside na Comunidade do Km 06, casada, trabalha em aviário de peru a qual é dona. [...].(ASSENTADO “A”, maio, 2010).

As famílias assentadas construíram histórias de vida, de luta e conseguiram constituir famílias que estão ocupando novos espaços. Verificamos a tendência no assentamento, existem famílias em que um dos filhos permanece no lote junto com os pais idosos. Porém verificamos em outras famílias que há somente os pais. Levantamento realizado no assentamento Perseverança apontou que em aproximadamente 24% dos assentados vivem somente os pais, conforme representação na Tabela 22.

Tabela 22 - Número de filhos das famílias que residem no assentamento

Nº de filhos da família	Nº de Assentados	%
Nenhum filho	08	23,5
1 filho	13	38,2
2 filhos	08	23,5
3 filhos	03	8,8
4 filhos	01	2,9
+ de 4 filhos	01	2,9
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de Campo (Setembro, 2009)

Os dados apresentados na Tabela 22 revelam que poucos filhos permanecem com os pais. Esta situação não é reflexo apenas do assentamento Perseverança, em que o jovem do meio rural busca novas alternativas de vida, o que propiciam situações da continuidade nos lotes rurais apenas pelos pais.

É fato evidente que os lotes estão sendo administradas quase que exclusivamente pelos pais, realidade já percebida pelos assentados,

não sei se você percebeu, mas no assentamento está ficando só os velhos. Eu por exemplo, tenho três filhos. A mais velha está trabalhando numa farmácia de Francisco Beltrão. Do meio, está trabalhando numa empresa em Marmeleiro e o mais novo de 18 anos está no quartel. Ficamos só eu e a minha esposa e estamos tocando a propriedade (ASSENTADO “C”, abril, 2010).

Em se tratando de lazer, constatamos que uma prática comum de todas as famílias do assentamento é dedicar um tempo diário para assistir programas televisivos, tomar chimarrão e ouvir rádio com programação local. É comum os assentados comentarem sobre os acontecimentos políticos ou notícias curiosas, ou ainda programas de TV ligados a agricultura. Há uma compreensão de senso comum dos fatos, noticiários e de programas televisivos em que os assentados emitem opiniões dos assuntos que acerca a realidade dos mesmos.

Esses são alguns meios de lazer e descanso que as famílias utilizam quando encontram no interior do lote. No meio comunitário o leque de opção aumentam, principalmente nos finais de semana quando há encontros na sede da comunidade.

Na sede da comunidade do Perseverança o prédio escolar desativado é utilizado para a realização de reuniões e encontros religiosos. No pavilhão comunitário os assentados se reúnem para confraternizar, beber cerveja, jogar baralho e conversar, principalmente nos sábados à tarde e nos domingos. Duas vezes ao ano é realizada no assentamento, a festa da comunidade em que além de todos os assentados participarem, há também a participação das comunidades vizinhas e convidados do meio urbano.

A sede da comunidade é constituída de pavilhão comunitário (Figura 21) que recebeu nova estrutura, com melhores condições na realização dos encontros e festividades.



Figura 21 - Sede da Comunidade: Pavilhão de pré-moldado - 2010

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2010)

Existem outros momentos em que as famílias realizam encontros comunitários. Em períodos de festas religiosas como o natal e páscoa, realizam a novena familiar em que os encontros são realizados nas residências. Este é um momento importante de se encontrar várias famílias ao mesmo tempo.

As relações de proximidade das famílias são maiores quando há o envolvimento de atividades religiosas ou lazer. Quando tratam de questões econômicas, as relações se distanciam. Isso foi verificado quanto ao auxílio em atividades produtivas sob forma de

mutirão. Cerca de 70% não tem essa prática de auxiliar os vizinhos. Apenas 30% auxiliam quando alguém está doente ou realiza uma colheita ou capina (Pesquisa de campo, set, 2009).

Outro aspecto a considerar está relacionado à permanência ou não das famílias nos lotes e o que leva a sua continuidade. Questionadas sobre o que levam as famílias permanecerem no assentamento, as respostas prevalecem em relação aos aspectos do forte vínculo criado com o local e entre assentados. Cerca de 80% dos assentados considera os vizinhos educados, gentis e humildes (pesquisa de Campo, set, 2009).

Existem dois aspectos a considerar quanto ao nível de satisfação e de bem estar apontados pelos assentados. Quando considera a questão econômica, o assentado tem uma frustração, devido às condições estruturais internas (materiais, equipamentos e maquinários) e externas, (financiamentos, dívidas e a falta de assistência técnica). Quando considera a questão social, a satisfação do assentado está na existência das relações sociais próximas com os vizinhos (heranças históricas) e nas possibilidades de manter vínculos familiares com os filhos (quanto mais próximo os filhos, melhor).

O fato de se sentir bem depende também de fatores externos, ou seja, da forma de como o assentado é respeitado pela sociedade. Este aspecto, as famílias se orgulham de serem conhecidas como assentadas e são identificadas no comércio local, nas entidades públicas, nas comunidades, característica esta que com o passar dos anos se mantém. Este orgulho pode ser constatado pela fala seguir,

nós somos assentados. A gente é identificada como assentado. Nós somos tratados assim e temos orgulho do que somos. No comércio quando a gente compra ou faz compra a crédito, sai como assentado e as pessoas respeitam e somos bem vistos (ASSENTADA “D”, abril, 2010).

Nas décadas de 1980 e 1990, a sociedade incorporou a questão dos movimentos sem terra como algo de reprodução da desordem, contra os princípios que regiam as leis, grupo perigoso que atentava ordem e a paz. Nesse sentido, quando acampados e posteriormente assentados passaram a ser vistos como desordeiros. *“Éramos hostilizados, sofriamos agressões moral e física do período do acampamento e nos assentamentos eram conhecidos como pessoas que ganharam terras gratuitas. E por ganhar terra gratuita éramos vagabundos” (ASSENTADO “A”, maio, 2010).*

Podemos constatar que atualmente a população do município de Marmeleiro reconhece, segundo os próprios assentados, a sua importância inclusive como processo de crescimento econômico e social local,

os assentados são muito importantes para o município, porque muita gente do comércio de Marmeleiro é beneficiada com a gente. O que era Marmeleiro da cidade para cá. Era um vazio, só mato, grandes fazendas, não tinha produção. Depois que fizeram os assentamentos todo mundo percebeu que era um bom negócio. Quando viram que o município arrecadou mais, o comércio vendeu mais, começaram dar mais valor para os assentados (ASSENTADO “E”, abril, 2010).

Referindo-se ao crédito junto ao comércio local, segundo os técnicos da CRESOL (2010), como em Marmeleiro existem vários assentamentos e alguns em situação econômica e social mais precária do que o Perseverança, o comércio local tem restringido a venda a prazo ou a crédito pela dificuldade econômica. Para os assentados do Perseverança, a restrição de crédito é menor, conquistada a partir do pagamento das dívidas em dia. O crédito dado aos assentados está relacionado à possibilidade de saldar dívidas e pelo aspecto de honestidade.

4.5 INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA

Foram poucas iniciativas cooperativistas em que os assentados tiveram acesso, não por processos de organização interna dos assentados, e sim pela ação das cooperativas de produção, de crédito, que os assentados buscaram para auxiliar o desenvolvimento produtivo do lote.

Essas poucas iniciativas são mais recentes, em que o assentado busca auxílio para liberação de crédito, negocia a venda da produção de leite e de grãos para pagamento de dívidas com insumos, enfim ações isoladas e paliativas, tentando buscar a melhor condição possível para negociar.

Mas, o intuito do cooperativismo criado é importante para o processo de crescimento econômico e social da família dada a vantagens que se possa ter. Nos anos de 1990, segundo Oliveira (2006), o cooperativismo tornou-se item das agendas de vários movimentos de trabalhadores do mundo inteiro, inclusive o sindical, alimentado principalmente pelas buscas de tentativas de minimizar a exclusão social e a pobreza,

causadas pelos índices altos de desemprego e precarização do trabalho. [...] O cooperativismo sempre foi um instrumento apresentado e exercitado pelos trabalhadores para encontrar saídas para enfrentar ondas de desemprego e pobreza (OLIVEIRA, 2006, p. 4).

As cooperativas têm um papel importante na organização dos trabalhadores em prol à busca de renda. Por serem organizadas de forma livre e controladas segundo interesses dos cooperados dentro do princípio democrático e respeitando a legislação vigente, as cooperativas dispensam de uma tutela de interferência do Estado.

Nos projetos de assentamentos, a prática do cooperativismo, foi pouco difundida e em muitos projetos foram a partir da ação do MST que se implantaram algumas cooperativas.

O esforço do MST para o desenvolvimento do cooperativismo nos assentamentos encontra barreiras na questão dos recursos financeiros, questões culturais e ideológicas. A realização de trabalhos nessa linha de ação depende de pessoal preparado, convencimento político e da necessidade de organização da cooperativa. Na prática, o assentado seria beneficiado por vários fatores, como a uma melhor qualificação, maior produtividade e melhorias nas condições dos lotes.

Para Sparovek (2003, p. 178) o assentado necessita do poder público, das entidades de apoio de “créditos específicos, campanhas de esclarecimento, cursos de capacitação gerencial, fortalecimento da assistência técnica e social nos assentamentos e priorização das parcerias locais”. São ações que podem impulsionar o aspecto do cooperativismo, que garantiriam desde o princípio, o crescimento econômico e social dos assentamentos.

As principais formas de cooperação agrícola existentes nos assentamentos, segundo Pimentel e Eid (2007), são aquelas em que os assentados exerceram desde os princípios do acampamento, e que no assentamento cultivaram as formas desde os processos mais comuns até os mais exigentes, como o estabelecimento de cooperativa.

A seguir apresentam-se algumas formas de organização, que os cooperados podem ter acesso:

a) mutirão e troca de serviços; b) núcleos de produção; c) associações que podem ser de diversos tipos como para aquisição de animais, de máquinas ou implementos agrícolas, de transporte, de comercialização, de benfeitorias, de representação política de todos os assentados; d) grupos semi-coletivos; e) grupos coletivos; f) Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS); g) Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS); h) Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). As CPAs são consideradas pelo MST como a etapa mais evoluída de organização da produção, pois a produção, a gestão e o trabalho são feitos de modo coletivo (PIMENTEL; EID, 2007, p. 4).

São inúmeras formas de organização que os assentados podem ter acesso, dentro de uma linha de ação e da produção que se define no interior do assentamento.

Para Sparovek (2003, p. 177) os indicativos, nesse sentido, é o “pequeno número de parcerias externas visando ao apoio à produção ou comercialização, a pequena participação dos assentados em cooperativas e a pequena parte da área dos projetos destinada à produção coletiva”, são alguns fatores que dificulta a realização da organização, partindo dos próprios assentados,

de uma forma geral, os assentados preferem administrar seus lotes individualmente, não priorizam ações coletivas nos projetos visando à produção e não participam de organizações coletivas para comercialização de sua produção, o que poderia representar um aumento na economia de escala e, conseqüentemente, da competitividade (SPAROVEK, 2003, p. 177).

A ação cooperativista depende de várias condições que além da convivência cooperativa entre os assentados, o trabalho coletivo, há a tomada de decisões conjuntas que exigem responsabilidades e ações gerenciais para manter a cooperativa.

Para Zimmermann (1994) no imaginário dos assentados, o ideal comum a todos os agricultores de ser colono, saber prover a sobrevivência, conhecimentos agrônômicos para produção de alimentos, heranças culturais repassadas de pais para filhos, produz o efeito de exercer maior autonomia sobre as formas de organização e os resultados da produção, o que implica maior autonomia, em que o ser coletivo requer maior subordinação.

Este é o desafio lançado para os assentamentos, que o esforço do MST nos seus processos de coletivização, nos moldes das CPAs, não é aceito pela maioria dos assentados. Para resolver o problema, é necessário incentivar a organização dos assentados a partir do cooperativismo voltado a agricultura familiar, como a CRESOL, a COPAFI e a Cooperativa do Leite da Agricultura Familiar (CLAF) que dão auxílio direto aos agricultores familiares e podem estender o trabalho junto aos assentados. Dessa forma, os assentados seriam menos subordinados ao modelo de cooperativas empresariais. A Tabela 23 descreve a participação dos assentados do Perseverança nos sistemas cooperativistas do Município de Marmeleiro:

Tabela 23 - Participação dos assentados do Perseverança nos sistemas cooperativistas

Tipos de Cooperativas	Assentados de origem de acampamento	%	Assentados que adquiriram lote posteriormente	%
Cresol	03	21,4	10	50,0
Claf	01	07,2	03	15,0
Copafi	-	-	01	05,0
Outras Cooperativas (Coasul)	-	-	04	20,0
Não são Cooperados	10	71,4	02	10,0
Total de Assentados	14	100,0	20	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Set, 2009).

Enquanto a maioria dos assentados de origem de acampamento não tem ligação direta às diferentes cooperativas do município, os assentados que foram incorporados posteriormente ao assentamento, estão mais integrados, conseqüentemente há uma maior dinamização dos meios produtivos no lote.

Com relação à assistência técnica, é comprovada a sua ineficiência através de levantamento realizado entre os assentados, que apontam a falta de apoio do poder público para 90% das famílias do Assentamento Perseverança de origem de acampamento. Os mesmos declararam não receber nenhuma forma de assistência técnica. Apenas 10% de família tem apoio técnico da CLAF. Entre as famílias que adquiriram lotes no assentamento, 50% recebe apoio técnico da CRESOL para a realização de algum projeto e atendimento quando solicitado (Pesquisa de campo, set, 2009).

A relação criada com as cooperativas, principalmente a COASUL é uma relação de troca. A assistência está vinculada as relações de compra e venda. O assentado, através do financiamento do PRONAF, incentivado pela cooperativa, adquire insumos e posteriormente comercializa a safra. As possibilidades de vantagens e garantias ficam a critério de acordos verbais de cumplicidade entre a cooperativa e o assentado, considerado por muitos, como uma ação positiva, pelas garantias recebidas. Essas garantias vão desde descontos na aquisição de produtos, visita técnica, compra a prazo de gêneros necessários ao lote, transporte de produtos e o bom atendimento.

A participação dos assentados em cooperativas é importante no processo de desenvolvimento da produção e o apoio na melhoria das condições de renda familiar.

No interior do assentamento, existem relações sociais de confiança entre os assentados, um capital social importante, que se expressa a uma dinâmica das relações de organização, confiança, cooperação, iniciativa, solidariedade, e participação entre os indivíduos que contribuem de forma efetiva, na formação de um senso de responsabilidade da própria comunidade sobre seus rumos. Para isso, os assentados realizam encontros familiares e comunitários que discutem assuntos dos processos produtivos, as questões familiares e os problemas do dia a dia.

Constou-se na Pesquisa de campo (2009) que os assentados do Perseverança, que o nível de participação em reuniões realizadas na comunidade é elevado, que tratam de assuntos comunitários, no entanto há poucos assentados que tem uma ação mais ativa nas reuniões de decisão, enquanto que muitos permanecem estáticos, não se manifestando, apenas observando para verificar os resultados finais.

Com relação ao elemento confiança, a maioria todos os assentados demonstram confiança nas pessoas que exercem a liderança no Assentamento. Quando se trata dos elementos de cooperação e iniciativa entre as famílias nas atividades comunitárias os assentados demonstram realizar com satisfação, principalmente quando realizada no exercício da organização de promoções festivas.

Considera-se importante os aspectos de organização assentados em torno da participação comunitária, porém faz-se necessário um trabalho mais direcionado quando se trata da organização de associação dos produtores em que os assentados não se comprometem a sua criação, conforme descrito no item 4.6.

4.6 ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA

A organização de associações de produtores é uma das alternativas que vem funcionando nos assentamentos de Reforma Agrária, diferentemente dos processos de organização cooperativista que não prosperou.

Sobre a organização associativista dos agricultores familiares e assentados, Barone e Silva (2008), destacam que a associação é uma das estratégias que os pequenos produtores utilizam na luta pela permanência na terra. Os autores definem o associativismo rural como um instrumento de luta dos pequenos produtores proporcionando a permanência na terra, sendo este um órgão capaz de inserir a produção rural no circuito econômico,

a pequena produção rural familiar apresenta importantes aspectos, sua reprodução socioeconômica, é muitas vezes é inviabilizada devido às dificuldades desses pequenos produtores sozinhos se posicionarem no mercado, sendo a comercialização de seus produtos o objetivo mais difícil de alcançar (BARONE; SILVA, 2008, p. 03).

Segundo Barone e Silva (2008, p. 4) a criação das associações é um meio que os assentados encontraram para enfrentarem a “problemática da comercialização de seus produtos, é uma forma dos mesmos conseguirem maior autonomia diante dos compradores”. Além disso, os assentados são representados em várias instâncias do poder, que segundo os autores passa auxiliar diretamente na organização do todo o assentamento, precisamos compreender que a associação é um órgão que responde pelos assentados,

com as instâncias burocráticas (prefeitura, governo estadual e federal, etc.) [...] Participam também das questões sociais dos assentamentos como conselho da escola, questão de transportes e estradas e tudo que envolve os assentamentos [...] para inserir seus produtos no mercado e assim obter uma renda da qual propiciará relativamente sua permanência na terra, sendo que a permanência na terra torna-se uma luta diária a esses trabalhadores e trabalhadoras (BARONE; SILVA, 2008, p. 03).

As associações em assentamentos têm uma forte influência sobre a organização da propriedade, principalmente para aqueles que participam de reuniões e cursos de capacitação. Para Gouveia, o período de 1987 e 1989 foi o período de maior incentivos da abertura das associações de produtores nos assentamentos. A adesão às formas associativas está relacionada à “obtenção de créditos agrícolas e à compra de maquinários em conjunto configurando-se, portanto, numa estratégia de auto-estimulação para o início dos trabalhos de implantação dos assentamentos” (GOUVEIA, 2001, p. 74).

No Assentamento Perseverança, as associações de produtores foram organizadas a partir de 1994, para atender necessidades produtivas na busca de financiamentos previstos no PROCERA Teto II. Foram organizadas três Associações em 1994 constituídas de grupos de 10 a 12 famílias, com finalidades distintas: a primeira com finalidade de aquisição de tratores e equipamentos; a segunda teve como finalidade para financiamento de unidade de produção de suínos, que constituía financiamento para construção de pocilga e aquisição de animais; a terceira teve a finalidade de aquisição de equipamentos de trabalho.

Um dos aspectos de dificuldades de manutenção das associações foi à possibilidade de aglutinar interesses comuns. Esta questão foi observada em entrevista com um dos assentados que no ano de 1993, participou da fundação de uma associação de produtores destinada à busca de recursos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

O objetivo da associação foi captar recursos junto ao poder público para beneficiar os assentados,

a primeira iniciativa da associação foi junto ao Banco do Brasil, conseguir um financiamento do Procera para financiar um trator usado com implementos agrícolas, como arado, grade, plantadeira, pulverizador e carreta no valor de R\$ 60.000,00. Conseguimos financiar e dividimos as despesas entre os 10 para depois de dois anos começar a pagar. Deu tudo certo, só que houve uns problemas. Todos os sócios usavam o trator, mas cuidavam muito pouco e toda vez que estragava ninguém se responsabilizava. Um ano depois o trator foi encostado com sérios problemas de pneus furados e motor fundido. Dos 10 sócios dois anos depois da compra do trator 06 abandonaram o assentamento. Apenas 04 ficaram e assumiram o trator. Eu queria arrumar, mas os outros 03 resolveram vender tudo por um baixo preço. Aí acabou a associação (ASSENTADO “C”, abril, 2010).

As iniciativas de organização não deram os resultados esperados pela dificuldade de organização dos mesmos em torno de objetivos comuns. As possibilidades de reabertura de uma nova associação, é revelada por um assentado como positiva, no entanto, emperra na da dificuldade de organização dos assentados em torno de objetivos comuns,

o pessoal do Assentamento São Jorge tem uma associação e eles conseguiram um trator todo equipado, e de vez em quando eles vêm trabalhar aqui no assentamento. Nós sem a associação nunca vamos conseguir nada. O problema é a teimosia de uns que só sabem criticar. Eu fui ver na Prefeitura para ver esse negócio de conseguir ganhar trator. Eles me disseram que precisa de uma associação e tem que ser todos do assentamento. Daí complica (ASSENTADO “C”, abril, 2010).

Dada a sua importância, o associativismo é percebido pelos assentados do Perseverança como uma necessidade, comparando ao assentamento São Jorge que tem essa associação e tem recebido benefícios.

Depoimento do assentado que participou da criação de uma Associação de Produtores para aquisição de equipamentos de tração animal, como plantadeira, arado, grade, carroça espalhador de calcário, trilhadeira e diversas ferramentas, através do financiamento do PROCERA, revela que a iniciativa na época foi positiva. No entanto, em vista de problemas de ordem de entendimento de uso dos equipamentos entre os associados, a associação foi extinta, sendo os equipamentos divididos entre os associados que assumiram o financiamento.

Sobre esta questão o assentado reconheceu o individualismo e a falta de compromisso dos produtores,

depois de muitos anos, a gente percebeu que entre nós associados não tinha uma liderança que pudesse ditar as regras de uso. Havia sócio que não zelava pelos equipamentos e quando precisava, estava danificado. Além de não assumir com os erros, não tinha compromisso com a associação. Era muito individualista. Havia por parte de todos um desânimo e uma desconfiança pela falta de zelo dado aos equipamentos. Foi resolvido então fazer a partilha e cada um assumir com parte das dívidas que ainda restavam (ASSENTADO “A”, maio, 2010).

A criação de associações com finalidade apenas atender programas de financiamentos, não garantiram que as mesmas prosperassem. Alguns fatores contribuíram para que as associações não prosperassem, como por exemplo, a finalidade das mesmas serem criadas apenas para atender demandas de financiamento e a falta de conhecimentos mais direcionados dos assentados dos princípios de funcionamento. A partir da destituição das

associações, cada assentado preferiu desenvolver suas atividades de forma individual, distanciando com isso, da possibilidade da criação de novas associações.

A dificuldade na organização de uma associação está na falta de liderança e no traçar objetivos comuns. Há também a falta de apoio direto dos órgãos públicos e entidades sociais para orientar principalmente o funcionamento legal. Com o passar do tempo, e desestímulo pelos líderes do acampamento, a associação de produtores não foi mais criada.

Não tendo uma associação de pequenos produtores em que os assentados possam buscar apoio as atividades produtivas e organização social, os assentados têm buscado apoio de entidades de representação de classe, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Dos 34 assentados, 50% são filiados ao STR, que dá assistência na organização de projetos do PRONAF e assistência jurídica individual para questões de aposentadoria e atendimento odontológico.

4.7 ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA

A assistência técnica pública nos assentamentos de Reforma Agrária é ainda uma política pública restrita, gerada a partir de programas criados pelos governos nas últimas décadas, que não surtiram efeitos necessários para os assentados. Citamos como o exemplo o Projeto Lumiar, que foi um dos programas que tinha uma proposta para trabalhar diretamente com os assentados. Porém as condições precárias de trabalho, a limitada experiência dos técnicos, a descontinuidade do processo de capacitação, pouco intercâmbio com a pesquisa, foram alguns fatores presentes que comprometeram os resultados mais efetivos para os assentados.

O programa de relevância criado em 2003 para a Reforma Agrária foi o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental as famílias assentadas (ATES), desenvolvido nos assentamentos rurais, esta contribuindo para viabilidade econômica, na perspectiva do desenvolvimento territorial integrado “e promover a adoção de metodologias participativas e de paradigmas baseados nos princípios da agricultura familiar, com foco na Agroecologia, Cooperação e Economia Popular Solidária, valendo-se de equipes multidisciplinares” (SILVA; ARAÚJO, 2008, p. 117).

Na prática, os programas como o Projeto Lumiar e o atual projeto ATES, foram e são voltados para o desenvolvimento da assistência técnica nos assentamentos de Reforma Agrária, e deveriam garantir ações na elaboração de projetos e planos de desenvolvimento,

que envolveriam a questão da busca do crédito, a melhoria da infraestrutura e o investimento na organização social. Todavia encontra a sua fraca atuação na gestão, quando contratado para atuar junto aos assentados, isto porque,

a assistência técnica aos assentamentos envolve as áreas de produção, comercialização, infraestrutura, gestão, organização e capacitação dando prioridade para a elaboração do plano de ação, o qual deverá ser acompanhado pela entidade responsável pela assistência técnica e pelos assentados (LEITE, et al., 2000, p. 154).

Dada a importância da assistência técnica nos assentamentos, os agentes que levam a mesma até os assentados, desenvolvem trabalhos de auxílio na elaboração de projetos básicos, acompanha licitações e fiscalizações de obras e serviços de interesse do assentamento, acompanha a contratação direta ou convênios com prefeituras e órgãos executores federais, estaduais ou municipais, além do trabalho com as “atividades ligadas ao desenvolvimento dos assentamentos como o crédito, assistência técnica, capacitação, industrialização, relações institucionais, mobilização comunitária entre outras” (Leite, et, al., 2000, p. 153). Por isso, colocamos o quão importante a instituição da assistência técnica nos assentamento.

A possibilidade de sucesso no interior do assentamento depende da produção e da organização social. Quando acompanhada pela assistência técnica sobressai resultados de crescimento econômico, em que a orientação direcionará o assentado se organizar da melhor maneira. Quando o assentado não tem um acompanhamento, tende a produção e uso dos recursos naturais sem um direcionamento adequado. Esta constatação foi verificada com os assentados do Perseverança, que na medida que exploravam os recursos existentes no lote, a capacidade produtiva foi diminuindo e muitos abandonaram o lote.

Nesse sentido, a assistência técnica passa ser importante nos primeiros anos de assentamento, pois o acompanhamento de profissionais competentes e em estágio permanente representa o grande diferencial de organização propriedade, pois partirá do princípio da orientação do todo como projetos de crédito agrícola, a comercialização, procurando integrar o assentado com o meio externo, além do trabalho o destino dos esgotos, a organização do lote, embalagens não degradáveis e uso adequado de agrotóxicos para evitar a poluição dos solos e da água.

A assistência técnica contribui também na criação de associações ou o incentivo ao cooperativismo, o que significa à realização de algumas atividades coletivas no assentamento, como a utilização compartilhada de maquinários, a organização da produção de hortaliças para serem comercializadas em conjunto, práticas estas que agregam mais valor a produção.

A limitação de assistência técnica pública direta aos assentamentos é um dos reflexos de pouco crescimento econômico em geral dos assentados. Quando não houve um trabalho contínuo de assistência técnica no assentamento, referindo nos processos de implantação do Perseverança, colhe-se posteriormente resultados negativos. Cada qual desenvolve suas atividades produtivas conforme a disponibilidade de recursos e condições financeiras.

A limitação gerada pela falta de assistência técnica produziu reflexos aos assentados, principalmente na aplicação de recursos financeiros. Temos como um ponto negativo, o desinteresse atual dos assentados do Perseverança em fazer cursos de capacitação em diferentes áreas. Nos primeiros anos de assentamento o interesse era maior, mas não foram oportunizados,

é frustrante esta parte da assistência técnica. Faz muito tempo que a gente não tem. Houve, quando a Emater era responsável para fazer os projetos do Pronaf, nós tínhamos a visita dos técnicos. Depois que passou para um grupo de jovens do Lumiar, não deu mais certo. Esse pessoal fez alguns projetos e não foram aprovados. Foi tirado a Emater na linha da frente e ela não veio mais nos atender (ASSENTADO “C”, abril, 2010).

No Assentamento Perseverança, conforme verificado junto aos assentados, a prática da assistência técnica existiu de forma tímida com poucos resultados. No entanto, nos outros assentamentos, mais recentemente, várias ações de assistência técnica têm sido desenvolvidas e que estão dando resultados positivos.

4.8 ATIVIDADES DE ENSINO NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA

A falta de um sistema de ensino voltado aos assentados dificulta as possibilidades na formação política e social. O ensino mais direcionado em que leva o aluno para as escolas do meio urbano contribui para que haja um direcionamento dos jovens a se distanciar do assentamento. A nuclearização do ensino criada, segundo critérios no sentido de melhorar a qualidade de ensino, levando os filhos de agricultores para as unidades escolares do meio urbano colaborou no rápido processo de esvaziamento rural, incentivando os jovens buscar oportunidade no meio urbano.

Constatamos a queixa de um pai em relação à falta de escolas nas proximidades do assentamento,

a escola foi fechada a quinze anos atrás. No ano que foi fechada, tinha mais de trinta alunos. Tinha aula pela manhã e pela tarde. Depois que fechou, as crianças começaram ser transportadas para as escolas da cidade. A maioria dos assentados não gostou muito da ideia, porque eles se influenciavam demais com as coisas da cidade. Nesses quinze anos o assentamento se esvaziou de filhos. Imagine, meu filho estudou da 4ª série do primário até a 3ª série do segundo grau. Depois ele foi morar na cidade (ASSENTADO “E”, abril, 2010).

O sistema de ensino existente no município não leva em consideração especificidades culturais, a condição social e econômica das pessoas. O ensino que é organizado para residentes do meio urbano é o mesmo para os agricultores. Assim é repassado aos filhos de agricultores e assentados, um processo cultural urbanizado, dificultando os processos de enraizamento do jovem ao meio rural.

São poucas as alternativas brasileiras existentes em que o ensino é voltado à formação ao meio rural. Temos o exemplo no município, a Casa Familiar Rural de Marmeleiro em que o seu sistema de ensino é voltado à formação do agricultor, porém é frequentada por um percentual reduzido de jovens filhos de agricultores do município e de filhos dos assentados.

Especificamente nos assentamentos do município de Marmeleiro, não há um programa voltado ao ensino à realidade dos assentados. Nos assentamentos do Paraná, a situação da escola é precária. Sobre esta questão, Alessandro Mariano em entrevista no site do MST, integrante do Setor de Educação, revelou que,

no Paraná, temos 300 assentamentos; destes, apenas 100 têm escola. As crianças até têm garantido o direito à educação, mas as escolas estão em uma situação precária. Algumas são muito antigas; têm assentamentos aqui com 20 anos. As escolas ainda são de madeira, não têm energia elétrica, estão em péssimas condições (MST, Março, 2011).

Além de não garantir o ensino com pedagogias voltadas à realidade do campo, escolas existentes nos assentamentos, estão em estado precário, sem a devida atenção do poder público.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), não foi desenvolvido no município de Marmeleiro, que poderia auxiliar na formação dos assentados e seus filhos, utilizando-se de ensino voltado ao campo.

Outro fator preponderante nos assentamentos está relacionado ao nível de escolaridade dos assentados. O nível de escolaridade influencia nas possibilidades de melhoria de renda e das condições de acesso às políticas públicas.

No Assentamento Perseverança encontramos a seguinte realidade (Tabela 24) de formação escolar entre os assentados:

Tabela 24 - Escolaridade dos assentados

Escolaridade	Número e Percentual de assentados			
	Es poso	%	Es posa	%
Concluiu a 1° Série	4	11,7	2	5,9
Concluiu a 2° série	2	5,9	2	5,9
Concluiu a 3° Série	1	2,9	1	2,9
Concluiu a 4° Série	12	35,3	11	32,4
Concluiu 5° a 8° série	9	26,5	11	32,4
Concluiu o Ensino Médio	5	14,7	6	17,6
Analfabeto	2	5,9	1	2,9
Total	34	100,0	34	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Setembro, 2009)

Constatamos a seguinte situação entre os assentados do Perseverança: a maior escolaridade (80%), (conclusão do Ensino Fundamental e Médio) dos assentados concentra-se naqueles que adquiriram o lote pela compra, enquanto que a menor escolaridade (70%) (até quarta série do Ensino Fundamental) concentra-se para os assentados de origem de acampamento.

No ano de 1995 foi implantado no assentamento aulas de alfabetização de jovens e adultos. O curso durou três anos e cerca de 80% dos assentados que não tinham concluído a 4° série cursaram as 03 primeiras séries do Ensino Fundamental, saindo da condição de analfabeto absoluto. Não foi dado prosseguimento as séries seguintes.

A escolaridade é um fator importante para o assentado, pois implica na capacidade de articular processos de planejamento da sua propriedade, bem como os contatos com o meio externo como as políticas governamentais em seu favor.

Tornar a educação e a capacitação como política permanente e duradora nos projetos de assentamentos representaria para o assentado, o acesso ao conhecimento, principalmente se este ensino estiver aliado à vivência dos assentados. A compreensão de técnicas agrícolas, financiamentos, negociações, empréstimos seriam facilitados, assim como melhoraria a engenhosidade do assentado perante as situações dinâmicas de produção.

Quando questionados sobre o nível de escolaridade e a sua interferência no dia a dia, os assentados concordam com a importância do conhecimento como princípio de organização e melhoria de condições quanto à capacitação. Porém, a maioria dos assentados alega que não participou de nenhuma forma de cursos de capacitação nos últimos dez anos.

Nesses dez anos poucas entidades procuraram a comunidade para ofertar cursos, fazer reuniões, enfim integrar o produtor com as políticas públicas oferecidas aos assentados e os esclarecimentos quanto aos direitos sociais.

4.9 O ARRANJO POLÍTICO NO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA E O REFLEXO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O arranjo político no assentamento representa o reflexo de como as políticas públicas são desenvolvidas ou não, principalmente quando se tratam da capacidade de articulação dos assentados perante situações de existências, cobranças, organização em torno de objetivos comuns, enfim levar a discussão que possa se transformar em benefícios a todos os assentados.

A política como instrumento de decisões, definições de políticas públicas e de aplicação de recursos seja ela local, estadual ou federal, tem forte influência sobre a vida dos assentados.

A política local tem influenciado diretamente na vida dos assentados e o seu reflexo interfere de forma positiva ou negativa quando se trata do atendimento as necessidades de produção agrícola/pecuária/industrial, serviços públicos como educação, saúde, apoio aos financiamentos e transportes.

Nesse contexto, Fabrini (2002) coloca que nos assentamentos de sem-terra não estão voltados apenas às questões produtivas, mas que neles existe também o debate político, que discute as questões de conquista da terra e continuidade articuladas das lutas. O autor reconhece a importância dos assentamentos como conquista de ‘inclusão’, isto porque,

os assentamentos são um ‘campo fértil’ para que os ideais possam se materializar e as utopias não morrerem. A conquista da terra, ao contrário de evidenciar um ‘desencantamento do mundo’, possibilita esperança aos trabalhadores sem-terra, pois a partir dessa conquista, o assentado assume a condição de incluído, não somente do ponto de vista da produção, mas também de uma inclusão social e política (FABRINI, 2002, p. 119).

Como forma de compreender o papel da política e a sua interferência junto aos assentados, realizou-se levantamento para coletar informações sobre a percepção política de organização interna dos assentados e seus reflexos no cotidiano; a política da governança e como ela interfere na vida dos assentados e quais os benefícios que ela tem proporcionado; e a

percepção político-partidária e o seu reflexo gerado das mesmas sobre o assentamento Perseverança, tanto nos benefícios de infraestrutura, como em serviços de atendimento a saúde, educação, transportes, assistência técnica e linhas de crédito.

Enquanto acampados, os assentados vivenciaram o trabalho comunitário em torno da organização coletiva e de interesses comuns. Os assuntos tratados eram de forma coletiva e as discussões permeavam as dificuldades, as indefinições por parte do governo, da organização dos grupos de trabalho, fatores esses que facilitavam o trabalho coletivo e produziam maior proximidade. Isto porque as finalidades eram comuns e se direcionavam para a conquista da terra.

Na fase de assentamento as formas de organização tornaram-se diferentes. Ao se instalar e se estruturar no lote, desviaram-se a atenção as possibilidades de organização em torno do trabalho coletivo. Os lotes de uma forma ou de outra produziram um distanciamento entre os assentados e conseqüentemente produziram o isolamento, ficando os encontros coletivos apenas nos sábados e domingos quando os assentados reuniam-se na sede da comunidade para atividades de lazer ou religiosas.

Percebemos durante pesquisa de coleta de dados que há uma prevalência do individual entre os assentados, sendo que cada família traz consigo uma vivência e modos diferentes de análise da realidade, bem como maneiras diferentes de planejar e vivenciar as atividades cotidianas no seu lote, deixando de lado os interesses sociais, econômicos coletivos até mesmo políticos comuns aos assentados.

Os assentados consideram o trabalho coletivo difícil, porquanto envolve muitas pessoas e não há lideranças que possam conduzir. Aqueles que vivenciaram algumas experiências coletivas em 1994, quando da criação das associações de produtores e não tiveram prosseguimento, porque as associações foram extintas, além das diversas situações que os mesmos se depararam, acabou desmotivando-os a novas experiências associatistas, limitando-se ao interior dos seus lotes. Essa constatação verificada mostra a necessidade de apoio mais direto de instituições que desenvolve a assistência técnica no município, exemplo típico do Assentamento São Jorge que a Associação de Produtores foi criada a partir da influência da Assistência técnica da Fundação Terra.

Observamos durante a pesquisa de campo, que são vários fatores que contribuem para que os assentados não tenham uma ação mais direcionada na organização social e uma discussão política mais coletiva. Entre eles, o fator que se destaca, está no aspecto histórico desde a criação, entidades de movimentos sociais não deram continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido no acampamento. As entidades ligadas aos movimentos sociais,

como o MST, STRs, CRESOL, COPAFI, tiveram poucas ações no assentamento, que poderiam ser as ferramentas de orientação e formação dos assentados.

O ‘isolamento’ também interferiu diretamente quanto à participação política no assentamento, na pesquisa foi observado que parte dos assentados não participa de qualquer atividade, seja através de associação, cooperativa, sindicato ou movimento social. Além de não participar, tem pouco conhecimento e discernimento da importância política das entidades como apoio no desenvolvimento econômico e social.

Entendemos que a organização social e política do assentamento devem partir dos próprios assentados. Nos primeiros anos de assentamento, houve por parte dos assentados, iniciativas de organização associativistas, consideradas importantes no processo político dos mesmos. Porém, a falta de uma consolidação em torno de objetivos comuns e clareza da importância e finalidades das associações levaram a desestruturação, criando assim um descrédito em novas iniciativas de organização.

Verificamos junto aos assentados, as dificuldades de assimilar a importância da participação de entidades ou movimentos sociais. Historicamente não houve durante o assentamento, trabalho desenvolvido com relação às políticas educacionais que poderiam ter sido aplicadas para que os assentados tivessem formação e discernir com maior consciência nas decisões políticas. Os assentados não tiveram acesso aos cursos preparatórios de cooperativismo, associativismo, sobre assistência técnica, atividades produtivas, enfim cursos que poderiam esclarecer sobre a importância da organização social e atividades produtivas.

Verificamos que no assentamento, que além de não acontecer a formação e socialização do conhecimento, não há assentados envolvidos em coordenações de sindicatos, ou grupos de jovens e adultos ou trabalhos assistenciais, apenas existem alguns assentados que constitui a diretoria da igreja local.

A mulher assentada tem uma participação reduzida nas atividades comunitárias. Algumas participam no clube de mães do município e algumas atividades comunitárias, diferentemente quando no acampamento, o papel e “participação” da mulher no decorrer da organização e ocupações, eram maiores.

Quanto à questão política de governança, os assentados acreditam e confiam muito na administração municipal e este poder exerce uma influência muito forte sobre os assentados, pelos aspectos de dependência de serviços públicos que os assentados são atendidos.

Esta influência do poder executivo sobre o assentamento, está relacionada a prestação de serviços básicos, como abertura de estradas, pontos de energia elétrica,

transportes de passageiros e alunos, auxílio na comunidade com a construção de infraestruturas de pavilhão, igreja, apoio as comunidades, enfim, o poder público de uma forma ou de outra está presente na comunidade.

Isso não significa que os assentados estejam satisfeitos com as ações do poder público no assentamento, mas veem positivo o pequeno atendimento dado, levando em consideração os poucos serviços públicos fornecido pela administração municipal.

Os assentamentos e reassentamento do município de Marmeleiro correspondem em média 25% do eleitorado do município, o que equivale a cerca de 1.200 eleitores. Porém não existe nenhum representante dos assentamentos no poder legislativo.

Levantamento realizado na pesquisa de campo em 2010 constatou a falta de uma liderança que possa estar representando os assentados. Como predomina no assentamento aspectos do individualismo e pouca formação política, isso dificulta a discussão mais abrangente da política partidária.

Com relação à percepção da política partidária, os assentados do Perseverança, há um descrédito, principalmente relacionado ao poder legislativo tanto na esfera municipal, Estadual como Federal, por haver uma confusão dos reais papéis do Legislativo no exercício do mandato.

Como há promessas, compra de votos ou troca de favores antes das eleições por parte dos candidatos, a descrença sobre o político aumenta. Quando não são atendidos nas suas necessidades como estradas, saúde transportes, telefonia, educação, o descrédito passa a ser maior ainda.

Faria (2005) descreve essa prática dos políticos que influenciam a vida das pessoas como sendo,

um invólucro que recobre diversas relações pessoais vividas no âmbito da política, como o favor, a troca, e que não são abertamente falados e aludidos. Ou seja, na maior parte das vezes, fala-se em promessas, seja dos políticos ou de eleitores (no caso destes, o ato de votar), mas não se fala de compra e venda de votos; de trocas e favores (FARIA, 2005, p. 23).

A argumentação de Faria (2005) mostra a fragilidade de como a política cria as manhas e as artimanhas de exploração da sociedade mais carente e vulnerável.

A compra ou venda de votos, a troca de favores e as promessas eleitorais, são práticas comuns não públicas, que quando questionados sobre esses aspectos alguns assentados colocam que “talvez exista”, ou comentam “que todo mundo faz”, mas “eu não

faço isso”, eu não “vendo o voto”, “eu sou consciente”. A maioria dos assentados tem clareza e consciência do princípio da compra ou venda é errada. Criticam políticos e os eleitores que utilizam dessa prática.

Essa perspectiva gerada pelo favorecimento particular através da compra ou venda do voto é um problema social brasileiro herdado desde passado distante. A oferta de serviços, produtos e até dinheiro em troca do voto é uma prática comum de exploração da consciência e da condição econômica, que afeta diretamente a vida dos assentados. Alguns assentados têm consciência para diferenciar o que são bons candidatos ou não. Os níveis de promessas realizados demonstram nitidamente que o candidato não consegue atender, uma vez que não tem poder para resolver certos problemas, pois depende de outras instâncias políticas.

Bourdieu (2003) define o sentido da promessa quando diz que, na política a verdade da promessa ou o prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade, ou seja,

a palavra empenhada pelo candidato só encontra seu sustento e êxito na medida em que esse mesmo candidato seja reconhecido como alguém legitimamente autorizado pelo grupo para falar em seu nome ou capacitado de um poder que lhe permite cumprir com os compromissos firmados (BOURDIEU, 2003, p. 186).

Os assentados têm restrições em acreditar e confiar nas promessas dos candidatos, principalmente quando é visualizado diariamente são transmitidas imagens nos meios de comunicação, escândalos de desvios de recursos financeiros, de corrupção, a falta de atendimento médico e segurança pública.

A convivência, a informação, e a discussão política entre os assentados, comparando informações e analisando notícias, auxiliam para que os mesmos possam chegar às conclusões sobre os perfis de candidatos e a suas intenções.

A política nacional, enraizada nos velhos dogmas e de figuras tradicionais heranças dos períodos ditatoriais, mantém no poder com alianças e privilégios, que dificilmente são afetados ou perdem espaço e poder. Realizam artimanhas e se mantém no poder, negociando com grupos poderosos capitalistas, como Martins descreve,

[...] O clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. [...] uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre ricos e pobres (MARTINS, 1994, p. 29).

Os assentados enquanto sujeitos políticos, procuram não se envolver diretamente em questões de eleições partidárias. Acompanha os processos eletivos, fazendo comentários entre si, respeitando a opinião de cada um e procuram ser amistosos para não produzir conflitos internos na comunidade. O respeito entre os moradores e o respeito com os candidatos, permite que todos possam estabelecer relações de contato.

Quanto ao aspecto da filiação partidária, o eleitor tem a possibilidade de maior participação na vida política. No assentamento verificamos essa condição de filiação. Quando o assentado não é filiado a um partido, a sua escolha depende de fatores confiança, da honestidade e convencimento político. A opinião do assentado revela a fragilidade da política brasileira, principalmente quando trata dos escândalos que envolvem senadores, deputados, governadores e prefeitos,

existe muita corrupção em todos os lugares. Eu acompanho na televisão e vejo os escândalos políticos de desvio de dinheiro do povo. O pior que está minado e não sei como vai se resolver. Mas eu tenho consciência de que não é só os políticos que são corruptos. A corrupção se espalhou até entre nós. Tá ficando difícil, porque todo mundo quer tirar vantagem (ASSENTADO “A”, abril, 2010).

O pensamento quanto ao conceito de corrupção que vem ocorrendo no país, o assentado apresenta opinião clara e direta “eu não acho nada, a justiça deveria executar, tomar providências e punir. Eu nunca ouvi dizer que um político corrupto devolveu o dinheiro roubado” (ASSENTADO “C”, abril, 2010).

Nota-se que a relação entre promessa e política modifica-se conforme a situação social de cada assentado. Quando o assentado possui uma infraestrutura social e econômica estável e aparenta esclarecimento, o conceito de política perpassa a uma visão mais ampla e não apenas nos domínios locais. Quando a dependência do assentado é maior e apresenta limitações de conhecimento, o conceito de política e as promessas dos políticos atingem seu mais alto grau de penetração,

teve um candidato a vereador que veio aqui pedir voto e disse que se fosse eleito, iria tirar o barranco na frente da casa, coisa que eu nem falei para ele. Minha esposa não tem muita paciência e logo vai dizendo para o político parar de mentir. Mas tem muita gente que acaba recebendo benefícios dos candidatos, vendendo seu voto. Falta muita informação, e as pessoas pensam o que pode barganhar com os políticos (ASSENTADO “C”, abril, 2010).

Para alguns assentados, as maiores frustrações quanto aos políticos estão relacionadas à incapacidade que os mesmos têm em atender as necessidades mais imediatas como o atendimento ao problema de saúde que vem se agravando, o recurso suficiente para propriedade, construção de açudes, organização do pátio, auxiliar na reforma da casa e benfeitorias, recursos na aquisição de animais. Essa incapacidade geralmente tem relação direta com as promessas que os políticos fazem aos assentados,

eu não quero nada dos candidatos aqui em casa, mas eu gostaria de estrada boa, cascalhada até a porta da casa, porque o dia que chove a gente fica Isolado. O leite tem que ser levado com a carroça de boi até próximo ao asfalto. E se acontece um problema de saúde, como é que nós vamos sair de casa? (ASSENTADO “E”, abril, 2010).

A falta de experiência de participação e de discussão sobre políticas de âmbito local ainda é um dos grandes limites à adoção de um processo realmente participativo de construção do desenvolvimento. É preciso que a população, no caso os assentados, acredite que pode ajudar a construir políticas públicas a partir das instituições e organizações sociais fortalecidas, com atuação qualificada no poder legislativo via projetos de lei, emendas populares etc.

Nessa perspectiva, o papel das eleições e a participação popular são muito importantes, na medida em que influenciarão diretamente na aplicação de recursos do orçamento ao atendimento das demandas mais necessitadas. A escolha de representantes é importante em dois aspectos: antes das eleições através da participação popular nas discussões, apresentações de propostas, fechamento de compromissos, enfim, colocar em pauta as necessidades da população e depois da eleição, em que a comunidade passa a ser um agente de cobrança dos compromissos firmados de acordo com as necessidades reais.

No assentamento Perseverança o ponto de partida está na realização de reuniões com a participação efetiva dos assentados, para que se possam reivindicar necessidades reais que interferem nos processos produtivos locais.

Este é o maior desafio que se coloca aos assentados, que é a sua organização, a participação consciente para a discussão em comunidade dos problemas existentes e apresentar as possíveis soluções para os legisladores do município. Este também é um desafio das entidades e movimentos sociais envolvidas nos assentamentos para organizar e junto com os assentados apresentar e cobrar serviços necessários para o bem comum, pois a participação política está diretamente vinculada às conquistas de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de vida dos assentados do Perseverança é marcada pelo escasso acesso as políticas públicas que não deram suficientemente o suporte para que existisse um crescimento econômico e social até a conquista em definitivo do ‘título da terra’.

A história de criação do assentamento Perseverança foi marcada pela organização dos trabalhadores sem-terra, num grande acampamento de 480 famílias localizado na beira da Rodovia que ligava o município de Marmeleiro e Barracão, que vislumbraram as possibilidades de conquistar terra, a partir da organização dos trabalhadores.

Quando houve, por parte famílias acampadas, a ocupação da Fazenda Perseverança no ano de 1985, demonstraram sua força de organização para atingir o objetivo de forçar o INCRA a acelerar a realização da liberação da área para fins de Reforma Agrária no município de Marmeleiro.

Enquanto acampados, as dificuldades enfrentadas eram grandes, principalmente pelas hostilizações da polícia, discriminação da sociedade que os rotulava como: desordeiros, vagabundos e ladrões. Porém, as intimidações não afastavam os trabalhadores sem-terra dos seus objetivos. Foram 04 anos que dezenas de famílias persistiram em acampamentos. No ano de 1988, 34 famílias foram assentadas, ocupando uma área de 730 ha de área.

Uma vez demarcada à área e iniciada a ocupação legal, inicia-se uma nova história de resistência e persistência, com enfrentamento de uma série de dificuldades impostas principalmente pela falta de estrutura física e financeira. Para os assentados do Perseverança, o processo inicial de ocupação dos lotes foi difícil dada a falta total de infraestrutura local. Durante os dois primeiros anos que se encontrava no assentamento, a maioria dos assentados residiram em casebres feitos de “pau roliço” cobertos por lonas plásticas. As famílias iniciaram suas atividades agrícolas através da derrubada da vegetação que a empresa Dambros e Piva deixou após exploração dos principais exemplares.

Os recursos provenientes do Crédito Instalação do INCRA, principalmente para alimentação, fomento e infraestrutura, foram liberados meses posteriores, em pequenas parcelas para dar atendimento inicial, até que as famílias pudessem realizar as primeiras atividades produtivas de subsistência. Os recursos provenientes do PROCERA começaram a ser liberados para os assentados para viabilizar a construção de pequena infraestrutura de

madeira, como a pocilgas, galpão e estábulo. Serviu também para aquisição de animais de tração e produção de leite.

Este apoio inicial, mesmo limitado, foi importante aos assentados, o que contribuiu para que muitas famílias permanecessem no local. As adversidades encontradas nos primeiros anos, pela falta infraestrutura condizente de estradas, energia elétrica, segurança e condições para derrubar a vegetação e preparar as lavouras, levaram algumas famílias a abandonar o assentamento, sendo substituídas por outras que aguardavam serem assentadas.

Mesmo com os poucos recursos do crédito Instalação e PROCERA, em 7 anos de assentamento, a maioria das famílias possuíam uma estrutura mínima voltada as atividades de subsistência, como suínos, gado de leite, galináceos, lavouras, moradias simples, pequenas ferramentas manuais e equipamentos agrícolas de tração animal.

Atualmente 14 famílias das 34 assentadas continuam no Assentamento. São diversos fatores que levaram muitas famílias ao abandono do assentamento. Destacamos a mais acentuada, que foi às dificuldades de se estabelecer uma infraestrutura e condições mínimas de geração de renda, que garantisse investimento no lote para melhorar as atividades de produção e da renda. O que devemos entender é que o apoio inicial do PROCERA e do Crédito Instalação não foi suficiente para que as famílias saíssem da condição de pobreza.

Consideramos dois importantes aspectos que interferiram diretamente na viabilidade do assentamento, principalmente nos momentos iniciais após a implantação: o primeiro aspecto está relacionado à falta de acompanhamento direto da assistência técnica para reorientar as famílias em torno de produções alternativas, acompanhadas por cursos de atualização que direcionassem os assentados ao domínio de conhecimento e de técnicas produtivas e o segundo aspecto está relacionado à política de crédito com poucos recursos, desacompanhada pela atividade de assistência técnica. As cotas liberadas pelo Programa PROCERA, não atendeu suficientemente os assentados, o que engessou por anos as possibilidades de maior crescimento produtivo e estrutural.

A permanência do assentado no interior do seu lote depende do conjunto de mecanismos que possam garantir a produção e dessa ter um retorno financeiro para manutenção das famílias e investimentos, condição básica que contribui na continuidade no lote.

Quando foi extinto o PROCERA em 1999, os assentados passaram a ter acesso as linhas de crédito A e AC do PRONAF. Houve uma grande expectativa por parte dos assentados, principalmente de como acessar o financiamento, dada a dificuldade pelas novas exigências do financiamento. É inconcebível que financiamento do PRONAF voltado a um

agricultor mais estruturado, pudesse atender aos assentados na mesma plenitude, principalmente no início da década de 2000. As regras definidas do PRONAF dificultavam o acesso para os assentados.

Mesmo assim, algumas famílias do assentamento Perseverança tiveram acesso ao PRONAF e destinou recursos de custeio para lavouras de culturas temporárias e ao plantio de pinus ilhotes e eucaliptos, atividades estas consideradas de ciclo longo, o que para as pequenas áreas, torna-se inviável pela demora do retorno.

O PRONAF, como mecanismos de financiamento direcionados aos agricultores familiares, foi recebido pelos assentados com certa dificuldade, principalmente quando se tratava da liberação de recursos de custeio destinado à produção de culturas anuais, como o fumo, o milho, a soja e o trigo. Além disso, os assentados tinham como ponto negativo a falta de estrutura de maquinários que essas culturas exigem, desde o preparo do solo, o plantio e até colheita.

Assim os assentados, principalmente de origem de acampamento, acessaram pouco o financiamento do PRONAF, que além de dívidas produzidas não quitadas, inclusive do PROCERA, aliado a falta de infraestrutura de equipamentos agrícolas, preferiram não mais apostar em produções agrícolas financiadas. Adotaram a prática de arrendar as terras para terceiros e desse arrendamento receber uma pequena parcela dos lucros.

A partir do incentivo criado no município para produção de leite no início da década de 2000, alguns assentados passaram a investir nesta atividade, utilizando do financiamento do PRONAF, com aquisição de matrizes, equipamentos, recuperação de pastagens e reforma de estábulos. Para isso, os assentados tiveram apoio das organizações da agricultura familiar, através da CLAF e da CRESOL, que direcionaram a orientação técnica em torno da melhoria das condições produtivas. Percebendo que algumas famílias começaram a ter resultados satisfatórios com o leite, houve maior adesão por parte de outros assentados, passando para 80% os que aderiram a atividade. Isso indica a importância desta atividade.

Com a introdução do Programa Municipal de Inseminação Artificial em bovinos de leite e a orientação ao manejo adequado de pastagens e a participação nos cursos de capacitação, alguns assentados tem melhorado a atividade, chegando às cifras de produção que ultrapassam aos 200 litros diários. Nas pesquisas de campo realizadas com os assentados, podemos constatar que aquelas famílias que tem acesso aos cursos de capacitação e as orientações técnicas e programas de apoio, tem apresentado melhores resultados produtivos.

Outro aspecto que consideramos importante refere-se ao acesso dos assentados ao ensino público, como contribuidor da melhoria da condição de acesso às políticas públicas.

Até 1993, a maioria dos assentados era analfabeta ou tinham apenas a 1º série do Ensino Fundamental. A partir do acesso à Educação de Jovens e Adultos realizada no assentamento, a maioria dos assentados concluiu até a 4º série, deixando de serem analfabetos absolutos, porém o programa não teve continuidade.

A escolaridade dos assentados é importante para que os mesmos tenham um nível de compreensão que facilite o contato com o comércio local, contrair financiamentos, enfim, administrar o interior do lote com mais planejamento e organização. A escolaridade proporciona ainda as possibilidades de participação dos cursos de capacitação, para a compreensão de tecnologias produtivas aplicáveis a agropecuária.

A partir da criação do assentamento, o poder público municipal construiu uma unidade escolar que funcionou por oito anos. Foi desativada em vista da nuclearização do ensino, sendo os filhos dos assentados transportados para concluir os estudos até a cidade. Não houve política educacional no município que fosse desenvolvida exclusivamente para os assentados de Marmeleiro, como metodologia própria voltada à realidade dos assentamentos. Assim, a educação dos filhos foi voltada a uma cultura urbana, o que incentivou que muitos jovens de forma prematura, abandonassem o assentamento em busca de mercado de trabalho urbano.

A assistência técnica, desenvolvida no Assentamento Perseverança nos anos de 1990 pelo Projeto Lumiar, não surtiu muitos efeitos de desenvolvimento econômico. O Programa durou apenas dois anos e foi marcado pela falta de condições de transporte e preparo profissional dos extensionistas sobre a realidade dos assentamentos. Atualmente é desenvolvido nos assentamentos São Jorge, Eduardo Raduam e Anjo da Guarda, o Programa da ATES, que além de levar a assistência técnica na organização dos processos produtivos aos assentados, o programa desenvolve atividades de associativismo, acesso aos financiamentos e a autoestima. Os assentados do Perseverança não tem acesso ao Programa ATES, por serem considerados pelo INCRA já emancipados.

Uma das saídas importantes e fundamentais para os assentados do Perseverança é a organização em torno de sistemas associativistas. As experiências associativistas dos anos de 1990, não prosperaram pela falta de lideranças e entendimento entre os sócios. Não se tinha um suporte técnico que pudesse dar sustentação, o que levou ao fracasso organizacional e intimidou as possibilidades de criar novas associações de produtores nos anos posteriores. Nos assentamentos São Jorge e Anjo da Guarda foram criadas as associações sob o acompanhamento e assessoramento de extensionista da Fundação Terra, que dá o suporte

técnico a diretoria, auxilia na elaboração de projetos e possibilita a organização dos assentados em torno de objetivos comuns.

A falta de atuação mais direta das organizações da agricultura familiar, do poder público contribuíram para uma acomodação dos assentados do Perseverança em não criar novas associações, o que implica a falta de ação de lideranças que possam ativar atividades associativistas. Essa falta de mecanismos associativistas interfere diretamente na discussão política das necessidades voltadas aos assentados. A participação política nas discussões dos problemas, das necessidades do assentamento é bastante tímida, ficando restrita aos assentados que buscam apoio junto ao poder público para as soluções de problemas de forma particular.

Assim, as atividades de organização coletiva se estabelecem apenas nos encontros nos finais de semana para realizar o culto religioso, momentos importantes, marca histórica em período de acampamento, em que a religião representou uma força de união e resistência as adversidades que eram impostas aos acampados.

As políticas direcionadas ao assentamento são bastante restritivas. A mobilização dos assentados em termo das políticas é limitada, o que dificulta uma ação mais concreta do poder público no apoio e na solução dos problemas existentes.

É dessa forma que podemos compreender as políticas públicas para o assentamento Perseverança, pois sua ausência se desdobra no desenvolvimento do assentamento. Trata-se de uma ausência que não está limitada aos recursos financeiros, mas à políticas públicas mais ampla que envolvem assistência técnica, estímulo ao associativismo, educação do campo, etc. Neste contexto de carência de política pública urge também a necessidade de elevar a autoestima dos assentados, sobretudo aqueles que estão no assentamento deste a sua origem.

Portanto, verifica-se entre os assentados de Perseverança a necessidade de políticas públicas diversas. Aqueles assentados mais carentes de políticas públicas, como os que estão no assentamento deste a origem, encontram-se em condições piores do que aqueles que adquiriram lotes por meio de compra, mesmo dependentes de investimentos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. FEA e PROCAM/USP. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, nº 1, 2, 3 e 29, nº 1. Jan/dez. 1998 e jan/ago, 1999.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v.21. Juiz de Fora, 2007, p.43 - p.56.

BARONE, Luís Antônio; SILVA, Martha Esthela dos Santos. **Estratégias produtivas e resistência social em assentamentos rurais: O caso de Presidente Venceslau**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/luisantonioabaroneemarthaestheladossantossilva.Pdf>. Acesso em 2010.

BATTISTI, E. **As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 a 80 do século XX**. In: **campo – território: revista de Geografia Agrária**, v. 1, nº 2, p.65-91, ago. 2006. Disponível em: www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=60. Acesso em 2010.

BERGAMASCO, Sonia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BITTENCOURT, G. A., CASTILHO, D. S. B., BIANCHINI, V.; Silva, H. B. C. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Coordenação de Comunicação Social do MDA, 1998.

BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pra mim foi uma escola... o princípio educativo do trabalho cooperativo**. Passo Fundo: UPF, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Lei nº 10696 de 02/07/2003 / PL - Poder Legislativo Federal (D.O.U. 03/07/2003). **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.diariodasleis.com.br/busca/exiblink.php?numlink=1-98-24-2003-07-02-10696>. Acesso em 2010.

BRASIL. Decreto Nº 1.946, de 28 de Junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D1946.htm>. Acesso em 2010.

BRASIL. **Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64>. Acesso em Set/2010.

BRASIL, **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Caderno de Legislação - PNAE - 2011**. Disponível em: http://www.cecane.sc.ufsc.br/Arquivos/Caderno_de_legislacao_PNAE_CECANE-SC_2011.pdf. Acesso em: 2011.

BRASIL. Lei Nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal**: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm. Acesso em: Set/2010.

BRASIL. **Linhas de crédito do PRONAF**. Disponibilizado em: www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf. Acesso em: 2010.

BRASIL. **Programa de subsídio à habitação de interesse social PSH** - Conversão da Medida Provisória nº 200 de 2004. LEI Nº 10.998, de 15 de Dezembro De 2004 (DOU 16.12.2004). Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/estadual/programas_habitacao/psh/index.asp. Acesso em 2010.

BRASIL. IBGE, **Censo Agropecuário 2006**: Desigualdade na distribuição de terras é a mesma de 20 anos atrás. Reportagem de Thaís Leitão, da Agência Brasil, publicada pelo EcoDebate, 01/10/2009. Disponível em: <www.ecodebate.org.br>. Acesso em: out. 2010.

BRASIL. IBGE, **Censo Agropecuário 2006**: IBGE revela retrato do Brasil agrário. Publicada pelo EcoDebate, outubro 1, 2009. Disponível em: <www.ecodebate.org.br>. Acesso em: out. 2010.

BRASIL. IBGE: **Censos Agropecuários**: 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007. Unidade de Francisco Beltrão, PR, 2009.

BRASIL. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa Nº 47 de 16 de Setembro de 2008**. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: out. 2010.

BRASIL. INCRA, **Instrução Normativa 58/2010**. Disponível em: <www.incra.gov.br>. acesso em: maio/2010.

BRASIL. INCRA, **Portaria nº 317, de 12 de maio de 1987**, Disponível em: <www.incra.gov.br> acesso em: maio de 2010.

BRUNO, Regina Ângela Landim; DIAS, Marcelo Miná. **As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil**. NEAD. Relatório de consultoria. Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: www.nead.org.br. Acesso em maio/2010.

CORADINI, Odacir L. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahan, 1982.

FABRINI, João Edmilson. **Assentamento de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste /PR, enquanto território de resistência camponesa**. Tese. (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Ciências e Tecnologia. Campus de Presidente Prudente, SP, 2002.

FAJARDO, Sérgio. **O território paranaense: aspectos da ocupação e formação da estrutura produtiva e as transformações da paisagem rural.** Guairacá Guarapuava, PR N° 22 p. 95-117, 2006. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc>. Acesso em 2010.

FARIA, Leticia de. Modernidade e tradição: política, promessa e voto no Movimento Sem Terra. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em sociologia política da UFSC.** Vol. 2 n° 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 22-35. Disponível em: www.emtese.ufsc.br. Acesso em: 2010.

FERES, João B. **Propriedade da terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil.** Nijmegen/Holanda: CEDLA, 1990.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. Boletim Dataluta.** Artigo Científico. Ano IX, N° 24, out. 2008. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e os desafios para a realização da Reforma Agrária no governo Lula.** NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Ano IV, n° 11, maio a agosto, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** Presidente Prudente: 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ano IX N° 24 - Outubro de 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>. Acesso em: out. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; LEAL, Gleison Moreira. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária.** Artigo científico sobre IV Encontro Nacional de Pós Graduação em Geografia, realizado pela Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia, na Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Março de 2002. Disponível em: www.geografia.uniceub.br/contribuicoes%20teoricas.doc. Acesso em: out. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. In: 15° **Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2006.

FRANCIS, Paula Chagas. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): o estudo de caso do assentamento rural Dorcelina Folders (Arapongas - PR). Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, 2005. 148 f. **Revista Geografar,** Curitiba, v.4, n.1, p.78-97, jan./jun. 2009, disponível em: www.ser.ufpr.br/geografar. Acesso em 2010.

FRANCO, Mariana C. Pantoja. **Xagu: de sem terra a assentado.** Dissertação (Mestrado em sociologia) - Rio de Janeiro, 1992.

GOMES, Iria Z. **Terra e subjetividade: a recriação da vida no limite do caos.** Curitiba: Criar, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A Nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST, in: Geografias: **Revista do Departamento de Geografia** / Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG. – v. 1, n. 1 (jul./dez.) 2005- – Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2005. Disponível em: www.igc.ufmg.br/geografias. Acesso em: out. 2010.

GÖRGEN, Sérgio. **Análise do censo agropecuário de 2009**. Janeiro 2010, Disponível em: www.ecodebate.org.br. Acesso em: out. 2010.

GUANZIROLI, Carlos E. et al. **Assistência técnica para assentamentos rurais. Análise a partir do sistema de gerenciamento da Reforma Agrária (SINGER)**. Relatório de Consultoria. RJ. 2003. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_261.pdf?file>. Acesso em: out. 2010.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (Públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21 nº 55, Campinas, nov.2001.

INSTITUTO EMATER, Unidade de Marmeleiro, PR. **Dados preliminares da agropecuária do município**, 2009.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Assentamentos Rurais do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1992, 260p.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico – Município de Marmeleiro**. Jan. 2009. Disponível em: www.ipardes.gov.br>. acesso em: maio/2010.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estudo sobre assentamentos de Agricultores**. Curitiba: IPARDES, 1989.

JORNAL DO IGUAÇU. **Sem-terras aguardam a Reforma Agrária**. 30.06.84, Disponibilizado pela EMATER, Regional de Francisco Beltrão, cedido em maio de 2010.

JORNAL DO IGUAÇU. **Vendas de propriedades rurais assustam técnicos**. 04.03.1984, Disponível em arquivo EMATER Regional de Francisco Beltrão, cedido em maio de 2010.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Mobilização para o despejo – setembro de 1984**. Disponível em arquivo da EMATER Regional de Francisco Beltrão, cedido em maio de 2010.

JORNAL FOLHA DO SUDOESTE. **A luta pelos direitos da propriedade**, 15 de abril de 1987, Disponível em arquivo da EMATER Regional de Francisco Beltrão, cedido em maio de 2010.

JORNAL FOLHA DO SUDOESTE. **Editorial**: Padre Natalício José Weschenfelder 06 de Outubro de 1984.

JORNAL MOTOCAR. **Invasão em Mangueirinha: 50 mil famílias sem-terras no Sudoeste**. Ano V, Pato Branco, 27 de junho a 04 de Julho de 1984, nº 255. Disponível em Arquivo, EMATER, Regional de Francisco Beltrão, cedido em maio de 2010.

KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé.** Editora Posigraf S.A. 2004.

LAUREANO, Delze dos Santos; MOREIRA, Gilvander Luís. **MST: 25 Anos de Luta por Reforma Agrária.** Artigo Científico. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 6 n. 11 p. 11-29 Janeiro - Junho de 2009. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/veredas_direito/pdf/29_180.pdf>. Acesso em: out. 2010.

LEITE, Pedro Sisnando et al. (*Orgs*) **Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; Cinturão, Rosângela. **Entrevista proferida aos pesquisadores.** NEAD- Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural – Ministério da Agricultura. Notícias agrárias, 26 de Abril a 02 de Maio de 2004 n° 230. Lançamento do livro “**Impacto dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro”, período de jan/2000 a fev/2001. 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A questão agrária hoje e os desafios do Governo Lula.** AGRÁRIA, n° 1, pp. 37-54, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/1/marques.pdf>>. Acesso em: set/2010.

MARTINS. José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS. José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucítec, 1994.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=319>>. Acesso em: set/2010.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras. **A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade,** 2010. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: set. 2010.

NUNES, Sidemar Presotto. O crédito rural do PRONAF e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. Conjuntura Agrícola. **Boletim Eletrônico Deser.** Fev/2007. Disponível em: <<http://www.unitins.br/ates/arquivos>>. Acesso em: mai. 2011.

OLIVEIRA FILHO, Geraldo Soares de; MOREIRA, Maria Lúcia de Sousa. **Políticas de desenvolvimento agrário na realidade camponesa: O caso do assentamento Transval em Canindé, CE.** Universidade Federal do Ceará Fortaleza - Ce – Brasil. XLIV Congresso da Sober “questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento. Pôster Agricultura Familiar. Sociedade brasileira de economia e sociologia rural. Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/1185.pdf>>. Acesso em: out. 2010.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades:** Casos de Cooperativas da Cidade do Rio de Janeiro. TESE (Doutorado) - UFRRJ - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA Seropédica, RJ, Dezembro de 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A política de Reforma Agrária no Brasil.** Direitos Humanos no Brasil. Relatório da Sede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <http://stat.correioweb.com.br/cbonline/2009_12/DireitosHUmanos.pdf#page=27>. Acesso em: out. 2011.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização:** estado e questão agrária. Rio de Janeiro. Artigos Assinados. Estud. v. 3, nº. 7. São Paulo. Sept./Dec. 1989, disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: out. 2010.

PEREIRA, Cloviomar Cararine. **“Devo não nego, pago quando puder”:** Entendendo a inadimplência no Assentamento Rural Casas Altas, Seropédica (RJ). Dissertação de Mestrado: UFRRJ. Novembro, 2005.

PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno; EID, Farid. **As cooperativas de Reforma Agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda, 2007.** Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Artigo científico. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGERP2000_E0073.PDF> Acesso em: maio/2010.

PRANDO, Alzemiro. **A realidade Sócio-Ambiental – Estudo de caso – Assentamento Perseverança, Marmeleiro.** Monografia (Especialização) - Ecologia e Educação Ambiental. Facibel/USP, 1993.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de crédito especial para Reforma Agrária (PROCERA):** institucionalidade, subsídio e eficácia. IPEA, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0648.pdf>. Acesso em: out. 2010.

SANTOS, Roseli Alves. Território e modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. **Revista Espaço Acadêmico.** Nº 118. Março/2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia:** um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SILVA, Aldenôr Gomes da; ARAÚJO, Joaquim Pinheiro de. O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado. **Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM,** Ano XV, Jan – Jun de 2008. Disponível em: <w3.ufsm.br/extensaorural/art5ed15.pdf>. Acesso em: maio/2011.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Phd em Ciência Política pela *London School of Economics and Political Science (LSE)*. Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia. Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf>>. Acesso em: out. 2010.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. USP/MDA/FAO. São Paulo: Paginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. Disponível em: ><http://www.incra.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: out. 2010.

TAFFAREL, Celi Zulke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. **Balço político e continuidade a ação**. PRONERA Bahia. Salvador BA 2009. Disponível em: <http://www2.faced.ufba.br/educacampo/educacampo/pronera/b_p_c_a_p_10_a_r/> Acesso em: set. 2010.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Paraná Sudoeste: ocupação e colonização**. 2. ed. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

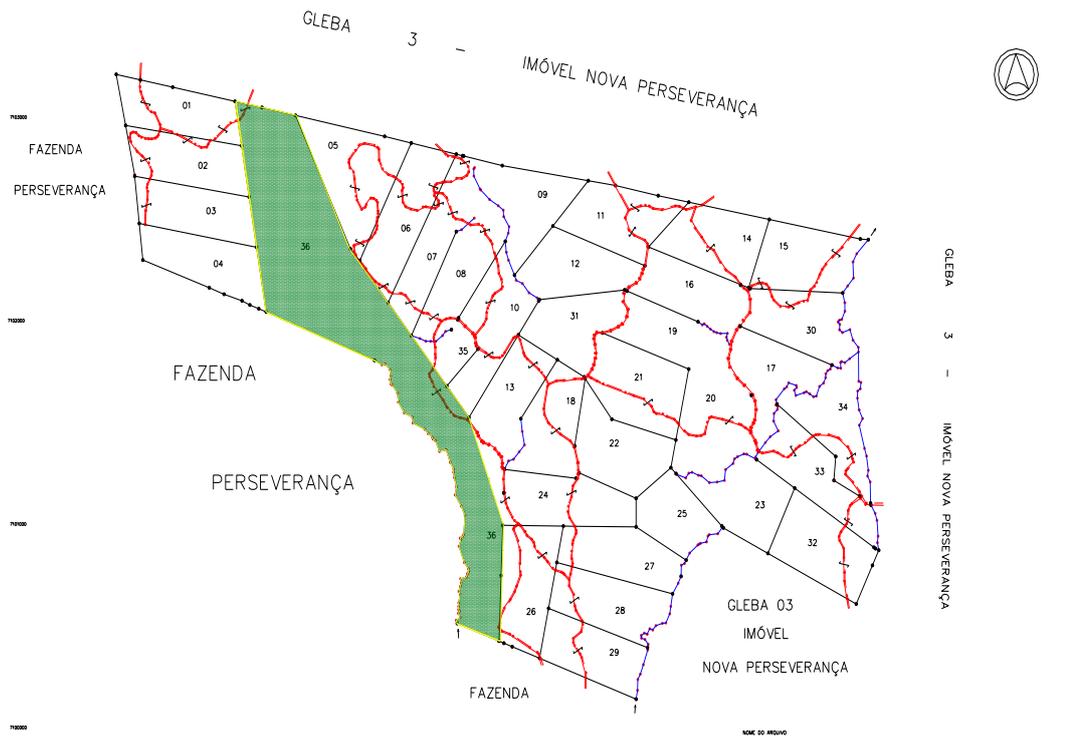
ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZIMMERMANN, Neusa C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. IN: MEDEIROS, Leonilde. et.al. (Orgs.). **Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

ANEXOS

ANEXO - I

MAPA: ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA, 2010



Fonte INCRA, UA – Francisco Beltrão – PR
Em Verde: Área de Reserva Legal

APÊNDICES

APÊNDICE - I

ENTREVISTA: CRESOL - MARMELEIRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – FRANCISCO
BELTRÃO – PR - MESTRADO EM GEOGRAFIA

MESTRANDO: ALZEMIRO PRANDO

PESQUISA: REALIDADE DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA – MARMELEIRO

I – CRÉDITO AGRÍCOLA
1) Entre os dois programas, PRONAF e PROCERA, qual era o melhor para os assentados? Por quê?
2) O assentado tem mais dificuldade em acessar o PRONAF do que o agricultor familiar? Por que?
3) Por que há inadimplência no pagamento do PROCERA?
4) A CRESOL tem auxiliado os assentados do Perseverança a obter o Pronaf?
Quando é feito o Pronaf? É realizada assistência técnica?
5) Para a CRESOL, um assentado para fazer o PRONAF, exige-se avalista? Isso não dificulta o acesso?
II – OUTROS ASSUNTOS
1) Quais as dificuldades de assistência técnica aos assentados?
2) Qual é o preço do leite recebido hoje pelos produtores. Qual o custo litro?
3) Por que os assentados do Perseverança são poucos filiados na CRESOL?

APÊNDICE II

ENTREVISTA: EMATER - MARMELEIRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – FRANCISCO
BELTRÃO – PR - MESTRADO EM GEOGRAFIA

MESTRANDO: ALZEMIRO PRANDO

PESQUISA: REALIDADE DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA – MARMELEIRO

1) Qual o preço pago pelo litro de leite em Marmeleiro?

2) Como o Instituto Emater contribui no assentamento Perseverança?
--

3) A comercialização dos lotes no Assentamento é ilegal? Por quê?

APÊNDICE - III

ENTREVISTA: INCRA – UNIDADE AVANÇADA FRANCISCO BELTRÃO - PR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – FRANCISCO
BELTRÃO – PR - MESTRADO EM GEOGRAFIA

MESTRANDO: ALZEMIRO PRANDO

PESQUISA: REALIDADE DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA – MARMELEIRO

1) Quando foi legalizado o Assentamento Perseverança?
2) Os assentados que abandonaram os lotes, venderam o mesmo? De que forma é trabalhada esta questão da saída dos assentados dos lotes?
3) Os assentados do Perseverança já são emancipados? Quanto tempo leva a emancipação de um assentamento?
4) Após a emancipação do assentamento Perseverança, quais os programas que os assentados tem acesso?

APÊNDICE - IV**ENTREVISTA: FUNDAÇÃO TERRA - MARMELEIRO - PR**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – FRANCISCO
BELTRÃO – PR - MESTRADO EM GEOGRAFIA
MESTRANDO: ALZEMIRO PRANDO
PESQUISA: REALIDADE DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA – MARMELEIRO
ENTREVISTA REALIZADA JUNTO A ENGENHEIRA AGRONOMA LINEI GEHM

1) Como se qualifica o seu trabalho nos Assentamentos de Marmeleiro?
2) Quais as atividades que você desenvolve junto aos Assentados?
3) Quanto tempo que você vem desenvolvendo atividades com os assentados?
4) Que resultados você poderia apontar com o trabalho desenvolvido?
5) Que dificuldades que você encontra para desenvolver as atividades?
6) Alguma outra consideração importante que gostaria de fazer:
7) Qual a alimentação animal utilizada na bovinocultura do leite pelos assentados do Perseverança?

APÊNDICE - V

ENTREVISTA: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS MARMELEIRO – PR
(Presidente do Sindicato)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – FRANCISCO
BELTRÃO – PR - MESTRADO EM GEOGRAFIA
MESTRANDO: ALZEMIRO PRANDO
PESQUISA: REALIDADE DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA – MARMELEIRO

1) Como se apresentava a região Sudoeste do Paraná quanto a realidade dos Sem-Terra na década de 1980?
2) Como foi formado o acampamento na Linha Frias na época?
3) Quantas famílias formaram o acampamento? As maiores dificuldades dos acampados? Como os acampados conseguiam a alimentação? Os recursos financeiros vinham de onde?
4) O que fazia com que o grupo de acampados continuassem organizados?
5) Na sua opinião, por que os assentados abandonam seus lotes nos assentamentos? Como se dá a saída de lotes por parte dos assentados?
6) Como foi o programa PROCERA área os Assentados?
7) Comparativo entre os dois programas, PRONAF e PROCERA, qual era o melhor? Por quê?
8) Qual a dificuldade dos assentados em acessar o PRONAF?
9) O assentado tem mais dificuldade de acessar o PRONAF do que o agricultor familiar?
10) Um assentado para fazer um PRONAF, exige-se avalista?
11) Quando é acessado o PRONAF pelo assentado, é feita a assistência técnica?
12) Como é a procura dos assentados para auxílio ou assistência técnica na Cresol e no STR?
13) Por que os assentados são pouco filiados no STR e na CRESOL?
14) Qual atuação do sindicato no assentamento Perseverança?
15) O que o acampamento São Francisco produz atualmente?
16) Quantas famílias existem atualmente? De quem é a área? O que exploravam na área? Como está a questão da desapropriação?
17) Quais as entidade que desenvolve a luta no acampamento?

18) Quantos por cento de assentados hoje se dedicam a produção de leite?
--

19) Por que os assentados do Perseverança não trabalha com o associativismo?
--

APÊNDICE - VI

ENTREVISTA: ASSENTADOS DO PERSEVERANÇA MARMELEIRO - PR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – FRANCISCO
BELTRÃO – PR - MESTRADO EM GEOGRAFIA
MESTRANDO: ALZEMIRO PRANDO
PESQUISA: REALIDADE DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA – MARMELEIRO

I – A FORMAÇÃO DO ACAMPAMENTO
1) Qual a estratégia do Movimento Sem Terras quanto as ocupações de áreas de terras?
2) Como era organizado o acampamento na Linha Frias?
3) Que entidades exerciam apoio no acampamento e como era esse apoio?
4) Houve ocupação da Fazenda Perseverança antes do Projeto ser criado? Como foi? O que aconteceu posteriormente?
5) Onde os assentados se instalaram quando foram transferidos do acampamento para o assentamento.
6) Como foi a primeira produção agrícola no Assentamento?
II CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO:
1) Quando recebeu o lote qual era o aspecto de paisagem encontrada da sua área do lote?
2) Por que teve assentado que abandonou o lote?
3) Por que da dificuldade de adesão as formas associativistas no assentamento?
III ATIVIDADES PRODUTIVAS
1) Por que os assentados arrendam terras para terceiros?
2) Quais as maiores dificuldades para produção agrícola/pecuária no lote?
3) Quais as principais culturas trabalhadas no assentamento?
4) Geralmente adquire-se com que recursos os insumos agrícolas?
5) O assentado recebe assistência técnica? De que forma?
III SITUAÇÃO SOCIAL DOS ASSENTADOS
1) Quais os cursos de atualização você fez nos últimos anos e no que te auxiliou?
2) Por que os filhos abandonam o assentamento?
3) Depois de 23 anos os assentados são tratados como assentados ou agricultores familiares, por que?
4) Quando a escola deixou de funcionar no assentamento? Você considera que melhor levar os alunos para estudar na cidade?
5) Vocês solicitaram posto de saúde e posto telefônico e poço artesiano para o assentamento, por que não veio?
6) Quando foi construída a atual casa? Com que dinheiro?
IV PROGRAMAS DE CRÉDITO
1) Quanto ao PROCERA, a família lembra de quantos financiamentos teve desde o início do assentamento?

2) O que foi adquirido com o PROCERA?
3) Os financiamentos do PROCERA eram suficientes?
4) Atualmente você tem dívida do PROCERA?
5) Você chegou de receber um valor do INCRA chamado de Crédito Habitação? Qual foi o valor? E foi utilizado para o que?
6) Quando houve a unificação do PROCERA ao PRONAF, para a família ficou de maneira?
7) Quem auxilia a família para ter acesso ao PRONAF?
8) Quais os maiores problemas gerados pelo PRONAF?
9) O Senhor teve ou tem dívidas do PRONAF?
10) Entre o programa PROCERA e PRONAF, qual é o melhor? Por quê?
11) Quem faz a assistência técnica na propriedade?
12) Quando é acessado o PRONAF, é feito a assistência técnica no lote?
V - ASSOCIATIVISMO NO ASSENTAMENTO
1) O assentamento já teve associação de produtores? Qual era o objetivo?
2) Das associações criada o que houve?
3) Quando os assentados compraram um trator para uso comunitário porque não deu certo?
4) Por que atualmente não se pensou em criar uma associação?
5) Por que não existe máquinas e equipamentos de uso comunitário? Já se tentou a organização?
VI QUESTÃO POLITICA NO ASSENTAMENTO
1) Quando a família escolhe um candidato para votar, que característica leva em consideração.
2) O que a família acha dos escândalos de corrupção e desvios de recursos financeiros no país?
3) Com as eleições a família acredita em mudanças para os assentados?
4) A família acha que vale a pena votar? Por que?
5) Por que é importante votar?

APÊNDICE - VII

QUESTIONÁRIO: ASSENTADOS: FAMÍLIA QUE ADQUIRIU LOTE DO ASSENTADO NO PERSEVERANÇA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – FRANCISCO
BELTRÃO – PR - MESTRADO EM GEOGRAFIA
MESTRANDO: ALZEMIRO PRANDO
PESQUISA: REALIDADE DO ASSENTAMENTO PERSEVERANÇA – MARMELEIRO

1) Até que série estudou?
2) Quantos Filhos a família tem:
Que moram no assentamento:
3) Teve a saída de casa de algum filho na idade de 14 aos 18 anos?
Foi aonde?
Por que saiu?
3) Se não tinha terra: Trabalhava com o que antes de comprar de um assentado?
4) Quais as suas formas de lazer: em casa:
() Assistir TV
() tomar Chimarrão
() Ouvir Rádio
() Jogar baralho em casa
() outra forma – Qual:
5) Quais formas de lazer na comunidade:
() Fazer “serão” nos vizinhos
() Tomar Chimarrão nos vizinhos
() ir na sede da comunidade jogar baralho
() ir na comunidade jogar bocha
() Outra
Qual:
6) Quais as formas de lazer da esposa: em casa:
() Assistir TV
() Tomar Chimarrão
() Ouvir Rádio
() Jogar baralho em casa
() Outra forma:
Qual:

7) As famílias tem o princípio de se ajudarem umas as outras em forma de mutirão?
Se ajudam que tipo de trabalho?
Por que se ajudam?
Como é pago?
8) A família paga pessoas para fazer trabalhos temporários?
Fazer o que?
9) Alguém da família trabalha fora da propriedade?
Qual forma (assalariado, peão, empreitada, diarista, meeiro)? Quem trabalha? Que tipo de trabalho?
Local:
Tem carteira assinada?
o Ganho é mensal ou diário:
Qual o valor?
Por que Trabalha?
10) A família tem realizado financiamento do PRONAF?
Qual Pronaf (custeio ou investimento)
Quantos financiamentos fez depois que veio morar no Assentamento?
Usou o financiamento para que?
Tem dívida desses financiamentos?
Qual valor?
Como pretende pagar?
11) A família tem dívidas?
Qual o valor?
Feita do que?
12) A família participa de alguma forma associativista (Associação de moradores, clube de mães, Sindicato (qual), Cooperativa (qual))
13) A família recebe assistência técnica?
De quem?
Quantas vezes por semana?
Qual é a orientação recebida?
14) Depois que veio morar no assentamento, quais as maiores dificuldades que a família tem?
15) Família é feliz depois que veio morar no Assentamento?
Por quê?

IV - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

16) Descrever o uso de terras

Lavouras permanentes	Área (ha)		
	Própria	Arrendada	Tipo de plantio/espécie
Lavouras temporárias			
Pastagens naturais			
Pastagens cultivadas			
APP – Área de preservação permanente.			
RL – Área de reserva legal			
Florestas cultivadas			
Terras em pousio			
Terras inaproveitáveis			
Estradas e residências			
Açudes			
Total das áreas			

17) Descrever as benfeitorias existentes:

Descrição da Benfeitoria	Características: Madeira, Alvenaria, Mista, Tipo de cobertura.	Tempo de construção (Anos)	Área m ²	Estado de Conservação Bom/Regular/Ruim	finalidade

18) Maquinários, e equipamentos e ferramentas existentes

Máquinas e equipamentos	Características (marca, tipo)	Idade em anos	Uso para

19) Animais existentes na propriedade

Tipos de animais existentes – Especificações/categorias	Unid	Qdade de animais	Quantidade em L produzidos	Finalidade

20) Produtos agrícolas e hortaliças produzidos na propriedade (de Junho de 2008 a Junho de 2009)

Tipos de produtos agrícolas e horticultura – Especificações/categorias	Unid	Quant. produzida	Finalidade

21) Que tipos de insumos são comprados para serem aplicadas na propriedade.

Insumos /serviços	Atividade	Quantidade	Finalidade

APÊNDICE - VIII

QUESTIONÁRIO: FAMILIA ASSENTADA NO PERSEVERANÇA - DE ORIGEM DE ACAMPAMENTO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – FRANCISCO BELTRÃO – PR - MESTRADO EM GEOGRAFIA
MESTRANDO: ALZEMIRO PRANDO

1 Até que série estudou?
Esposo
Esposa
2) Quantos Filhos a família tem
Quantos residente no assentamento
3) Se não teve terra: Trabalhava com o que antes de ser assentado?
4) Quais as suas formas de lazer:
<input type="checkbox"/> Assistir TV
<input type="checkbox"/> Tomar Chimarrão
<input type="checkbox"/> Ouvir Rádio
<input type="checkbox"/> Jogar baralho em casa
<input type="checkbox"/> Outra forma:
Qual:
5) Quais formas de lazer na comunidade:
<input type="checkbox"/> Fazer “serão” nos vizinhos
<input type="checkbox"/> Tomar Chimarrão nos vizinhos
<input type="checkbox"/> ir na sede da comunidade jogar baralho
<input type="checkbox"/> ir na comunidade jogar bocha
<input type="checkbox"/> Outra
Qual:
6) Quais formas de lazer da esposa:
<input type="checkbox"/> Assistir TV
<input type="checkbox"/> Tomar Chimarrão
<input type="checkbox"/> Ouvir Rádio
<input type="checkbox"/> Jogar baralho em casa
<input type="checkbox"/> Outra forma:
Qual:

7) As famílias tem o principio de se ajudarem umas as outras em forma de mutirão? Se ajudam que tipo de trabalho?
Por que se ajudam?
Como é pago?
8) A família paga pessoas para fazer trabalhos temporários?
Fazer o que?
9) Alguém da família trabalha fora do lote?
Qual forma (assalariado, peão, empreitada, diarista, meeiro)?
Quem trabalha?
Que tipo de trabalho?
Local:
Tem carteira assinada?
o Ganho é mensal ou diário:
Qual o valor?
Por que Trabalha?
10) A família recebeu antigamente o PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária)?
Qual o valor?
Foi usado para que?
Existe divida ainda deste Financiamento?
Qual Valor?
A família usou os recursos para o que?
11) A família tem realizado financiamento do PRONAF?
Qual Pronaf (custeio ou investimento)
Quantos financiamentos fez?
Usou o financiamento para que?
Tem divida desse financiamento?
Qual valor?
como pretende pagar?
12) A família tem dívidas?
Qual o valor?
Feita do que?
13) A família participa de alguma forma associativista (Associação de moradores, clube de mães, Sindicato (qual), Cooperativa (qual)
14) A família recebe assistência técnica?
De quem?
Quantas vezes por semana?
Qual é a orientação recebida?
15) Depois de 22 anos de Assentamento a Família é feliz?
Por quê?

IV - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

16) Descrever o uso de terras

Lavouras permanentes	Área (ha)		
	Própria	Arrendada	Tipo de plantio/espécie
Lavouras temporárias			
Pastagens naturais			
Pastagens cultivadas			
APP – Área de preservação permanente.			
RL – Área de reserva legal			
Florestas cultivadas			
Terras em pousio			
Terras inaproveitáveis			
Estradas e residências			
Açudes			
Total das áreas			

17) Descrever as benfeitorias existentes

Descrição da Benfeitoria	Características: Madeira, Alvenaria, Mista, Tipo de cobertura.	Tempo de construção (Anos)	Área m ²	Estado de Conservação Bom/Regular/Ruim	Finalidade

18) Maquinários, equipamentos e ferramentas existentes

Máquinas e equipamentos	Características (marca, tipo)	Idade em anos	Uso para

19) Animais existentes na propriedade

Tipos de animais existentes – Especificações/categorias	Unid	Quantidade de animais	Quantidade em litros produzidos	Finalidade

20) Produtos agrícolas e hortaliças produzidos na propriedade (de Junho de 2008 a Junho de 2009)

Tipos de produtos agrícolas e horticultura – Especificações/categorias	Unid	Quant. produzida	Finalidade

21) Que tipos de insumos são comprados para serem aplicadas na propriedade.

Insumos /serviços	Atividade	Quantidade	Finalidade